

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
YANGLEY ADRIANO MARINHO

“É UMA EXPERIÊNCIA DOS POBRES...”:
TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES NEGROS
NA CIDADE DE ITUMBIARA-GO (1980-2010)

UBERLÂNDIA-MG

2011

YANGLEY ADRIANO MARINHO

“É UMA EXPERIÊNCIA DOS POBRES...”:
TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES NEGROS
NA CIDADE DE ITUMBIARA-GO (1980-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em História Social.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dilma Andrade de Paula

UBERLÂNDIA-MG

2011

YANGLEY ADRIANO MARINHO

“É UMA EXPERIÊNCIA DOS POBRES...”: TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES
NEGROS NA CIDADE DE ITUMBIARA-GO (1980-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em História Social.

Área de concentração: História Social

Resultado: _____

Data de aprovação: _____

Professora Dra. Dilma Andrade de Paula(Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia

Professora Dra. Sheille Soares de Freitas
UNIOESTE – Mar Cândido Rondon-PR

Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida
Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- M338e Marinho, Yanglely Adriano, 1982-
 “É uma experiência dos pobres...” [manuscrito] : trajetórias de
 trabalhadores negros na cidade de Itumbiara-GO (1980-2010) / Yanglely
 Adriano Marinho. - Uberlândia, 2011.
 132 f. : il.
- Orientadora: Dilma Andrade de Paula.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.
1. História social - Teses. 2. Negros - Itumbiara (GO) - Condições
 sociais - Teses. 3. Negros - Itumbiara (GO) - Identidade étnica - Teses. 4.
 Trabalhadores negros - Itumbiara (GO) - 1980-2010 - Teses. I. Paula, Dilma
 Andrade de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
 Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

Dedico este trabalho aos meus pais, Valmira e Sebastião, que sempre se empenharam para que eu pudesse conquistar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Não foi nada fácil trilhar os caminhos que me levaram à conclusão do presente trabalho. Conseguir chegar até aqui reforça ainda mais a certeza de que não estive sozinho durante todo esse tempo. Por isso, não posso deixar de agradecer primeiramente a Deus, força principal que me conduziu nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Ao Senhor, toda honra e toda glória para sempre.

Agradeço a todos os professores da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, que desde o nosso primeiro contato sempre buscaram, pacientemente, ajudar-me a repensar e recolocar minhas questões, não apenas como reflexões intelectuais, mas como posicionamentos políticos e sociais.

À professora Heloísa Pacheco que, nas poucas oportunidades em que tivemos contato, sempre buscou incentivar-me quanto à necessidade de continuar em frente. Ao professor Sérgio Paulo, por sua atenção em ouvir e preocupação em auxiliar nas dificuldades, minhas e dos colegas, da qual sempre vou lembrar com grande carinho. Agradeço à professora Célia Calvo pela forma atenciosa e respeitosa com a qual sempre me tratou, fosse nos momentos das aulas – ouvindo e pondo em discussão as questões trazidas por mim –, ou nos eventuais encontros pelos corredores.

Às professoras Regina Ilka e Marta Emísia que, no curso da disciplina “Seminário de Pesquisa”, tanto contribuíram para tornar mais claros os caminhos teóricos e metodológicos que procurei seguir durante o desenvolvimento desta dissertação. À professora Marta Emísia também sou grato por sua participação decisiva em meu Exame de Qualificação. A leitura atenciosa e comprometida, assim como os questionamentos, alertas e indicações naquele momento em muito contribuíram para um melhor direcionamento e conclusão deste trabalho.

Ao professor Paulo Almeida agradeço por ter sido sempre prestativo, paciente e pela disposição em ajudar, tanto em relação à minha formação como historiador quanto em minhas atividades em sala de aula. Destaco também a contribuição do professor Paulo que, em sua participação no meu Exame de Qualificação, muito se empenhou para que eu entendesse e explorasse melhor a potência das questões abordadas no trabalho. Fico feliz por nossa convivência até aqui, não apenas pelo aprendizado que, tenho certeza, me servirá para minha vida toda, mas, principalmente, pela amizade respeitosa que construímos.

De forma especial, agradeço à professora Dilma Andrade de Paula pela consideração com a qual tratou-me desde o momento em que eu ainda era aluno ouvinte. Sou profundamente grato pela atenção e, principalmente, pela paciência que teve comigo nesses mais de dois anos de orientação, sempre buscando respeitar meus posicionamentos e, ao mesmo tempo, não se furtando em fazer os alertas e dar os “puxões de orelha” tão necessários, sobretudo nos momentos finais do trabalho. A você professora Dilma, meu carinho, respeito e admiração.

A todos os colegas com os quais tive o prazer de conviver nestes poucos, mas significativos anos de formação na linha “Trabalho e Movimentos Sociais”: Amanda, Andrey, Antunes, Carlos, Gisélia, Mariana, Norton, Olívia, as Renatas Resende e Garcia, Renato, Roberto, Rodrigo, Roger, Thiago, Valéria e Valmiro. Sou grato por ter compartilhado tantos momentos importantes com vocês.

A todos os professores e funcionários da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Itumbiara, que tanto contribuíram durante os anos iniciais de minha formação acadêmica e, mesmo agora como ex-aluno, continuam a direcionar o mesmo carinho e atenção recebidos nos anos em que passei no curso de História. Em especial, quero agradecer aos professores Ivonilda Lemes, Kátia Eliane e Renato Jales que, ainda na graduação, incentivaram-me e indicaram os caminhos para a continuidade de minha formação na Universidade Federal de Uberlândia.

Um agradecimento também a todos que tornaram viável o desenvolvimento da pesquisa. Os funcionários e responsáveis pelo Palácio da Cultura de Itumbiara e jornal *O Regional*, que sempre procuraram atender prontamente minhas solicitações em acessar seus arquivos. Nesse sentido, sou grato, principalmente, às pessoas que entrevistei e conversei informalmente durante estes mais de dois anos de dedicação ao presente trabalho: as senhoras Cecília, Jesuslene, Iracema, Luzia, Terezinha e o senhor Alcides, que me receberam em suas residências, muitas vezes abrindo mão de um momento de descanso para contribuir com o desenvolvimento desta dissertação. Com certeza, chegar até o fim desta empreitada, não teria sido possível sem a valiosa ajuda destas pessoas.

Ao amigos Ronei e Anderson, ambos residentes em Uberlândia e que tanto me auxiliaram com hospedagem, alimentação e agradáveis companhias nesses anos em que precisei me deslocar todas as semanas para a conclusão do curso. A vocês, preciosos amigos, meu carinho, respeito e eterna gratidão. Preciosa também foi a amizade de Carlos e Sheille, os quais desde antes do início do curso colocaram-se à minha disposição, ajudando-me a pensar

as questões do projeto, indicando leituras e, principalmente, incentivando e torcendo pelo meu sucesso. A esse belo casal, os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço também a todos os amigos que nesse período tão “atropelado” souberam entender minhas ausências, as visitas não feitas, os telefonemas não dados e que, mesmo assim, ficaram torcendo para que tudo desse certo. A amizade de vocês está entre as coisas que tenho de mais valor em minha vida.

Não posso deixar de destacar o apoio de minha família: meus irmãos Everton, Jeferson e Erison e, principalmente, meus pais Sebastião e Valmira, meus maiores incentivadores. A vocês, mais que agradecimentos: quero aqui expressar meu mais profundo amor.

À Minha doce, meiga e amada Laine sou profundamente grato por compreender os motivos pelos quais não pudemos estar juntos nos momentos em que precisei concentrar esforços a fim de finalizar este trabalho. Saiba que sua presença em minha vida, meu amor, é algo que me deixa imensamente feliz e me faz querer voar cada vez mais alto!

Ao observar o caminho trilhado até aqui, fica em mim a sensação de que mais uma etapa se cumpriu, mas, que há ainda pela frente um longo caminho a ser percorrido. Só o que peço a Deus é poder continuar merecendo que todas estas maravilhosas pessoas continuem presentes em minha vida.

RESUMO

O presente trabalho procura perceber a movimentação de trabalhadores negros, em meio às diversas práticas sociais que estes vêm desenvolvendo na cidade de Itumbiara- GO, a partir de 1980. Neste sentido, procurei empreender uma abordagem que não isolasse estes sujeitos, mas buscasse evidenciar como, na relação mantida com outros grupos sociais, procuram afirmar seus interesses, seus valores e, assim, acabam colocando em tensão modos de viver a/na cidade. Entendendo que é nesta movimentação de sujeitos que a cidade vai sendo constituída. Também busquei também problematizar imagens e projetos que vêm sendo desenvolvidos em Itumbiara nestas últimas décadas e que trazem em si a ideia de “cidade realizada”, “cidade do progresso”, “cidade de todos”. Neste caminho, o objetivo foi colocar estas mesmas perspectivas no processo histórico em que se desenvolveram, dentro de disputas, consensos, negociações e contradições, procurando não ficar apenas na simples contestação de perspectivas que se querem únicas. Acompanhar de perto como estes trabalhadores negros vivem esta/nesta cidade em desigualdade de condições e a maneira como lidam com um campo comum de possibilidades que vai se estabelecendo no social, contribuiu muito para a evidenciação de sujeitos vivendo suas culturas não apenas enquanto tradição e/ou folclore, mas enquanto modo de vida e modo de luta.

Palavras-Chave: Trabalhadores Negros. Cidade. Cultura. Tensão Social.

ABSTRACT

This study attempts to realize the movement of black workers among the various social practices that they have developed in the city of Itumbiara-GO since 1980. I tried here to take an approach that doesn't isolate these people, but to show how they seek to assert their interests, values, and thus put strain on ways to live in/the city, in the relationship maintained with other social groups. I understand that is in this movement of subject that the city is being formed. I also aimed to question images and project that have been developed in recent decades and which set Itumbiara at the idea of "achieved city", "city of progress", "city for all". In this way, the goal was to place these perspectives in the same historical process that they developed within disputes, consensus, negotiations and contradictions, looking not just stay on the simple challenge of prospects which are thought as unique. Closely monitor how these black workers live this/in this city in terms of unequal conditions and how they deal with a common field of possibilities that establish in society, contributed much to the disclosure of individuals living their culture not only as a tradition and/or folklore, but as a way of life and way to fight.

Keywords: Black Workers. City. Culture. Social tension.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1 ITUMBIARA, CIDADE DE TODOS?.....	22
2 TRABALHADORES NEGROS EM ITUMBIARA: BUSCANDO SUJEITOS, ENCONTRANDO A CIDADE.....	52
3 “A GENTE PARTILHA DE TUDO: A VIDA, A LUTA, A DOR, AS VITÓRIAS...”: PRÁTICAS QUE TENSIONAM A CIDADE.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	120
FONTES.....	120
BIBLIOGRAFIA.....	125

APRESENTAÇÃO

A discussão que desenvolvo neste trabalho tem como principal objetivo perceber a movimentação de trabalhadores negros na cidade de Itumbiara a partir de 1980. A opção por dar prioridade a esse período foi se definindo a partir do desenvolvimento da própria pesquisa. Conversando com diversos trabalhadores negros, a década de 1980 revelou-se um momento significativo para a “reorganização” do Congado, assim como de outras práticas constituintes da movimentação desses sujeitos em Itumbiara. Outra questão foi que alguns materiais a que pude ter acesso (jornais e revistas) tratam deste período e foram importantes para a problematização de projetos, imagens e modos de viver a/na cidade.

Entendo que é nessa movimentação de sujeitos em seu fazer-se cotidiano – no trabalho, desenvolvendo valores, construindo territorialidades, identificações –, que a cidade vai sendo constituída de forma tensa e contraditória. Portanto, uma preocupação constante de minhas abordagens foi não isolar grupos sociais específicos, analisando aquilo que seria a sua vida na cidade, mas, sim, pensar nas relações mantidas entre diversos sujeitos sociais que vão dando formas a espaços urbanos compartilhados em desigualdades de condições. O interesse em dialogar com estes sujeitos específicos – ponto de partida para a compreensão de valores que vão tensionando modos de viver a/na cidade – surgiu quando ainda, em meados de 2008, tive contato com a reportagem a seguir veiculada pelo periódico local *Folha de Notícias*:

Dois parlamentares do Partido dos Trabalhadores, o deputado federal Pedro Wilson e o deputado estadual Mauro Rubem, visitaram recentemente a cidade de Itumbiara. Na agenda de Pedro Wilson, ele teve uma reunião com o presidente da Câmara Municipal, vereador Fernando Andrade, acompanhado de representantes do diretório do PT e representantes do movimento negro, congada e moçambique da cidade. Eles solicitaram à câmara e ao prefeito Zé Gomes, a doação de uma área destinada à construção de centro cultural para resgatar e manter viva as tradições da comunidade negra, como o Congo Beira Mar, Real Moçambique e Navio Negreiro. A área seria no setor oeste e diante da manifestação positiva do presidente da Câmara e do Executivo em ceder o terreno, Pedro Wilson se comprometeu a garantir os recursos para edificação do centro cultural junto ao governo federal, através de emenda parlamentar de sua autoria.¹

Ao entrar em contato com essa narrativa, tive logo o desejo de discutir o quanto as relações sociais eram ali apresentadas de forma simplificada. Incomodava-me a passividade na qual a imprensa enquadrava aqueles trabalhadores e, assim, resolvi empreender uma

¹ FOLHA DE NOTÍCIAS. Itumbiara, ano XVIII, n. 3357, p. 4, 8 mai. 2008.

investigação que “revelasse” tamanha manipulação. Essa postura limitada me impedia de considerar um conjunto de possibilidades, onde, por exemplo, o “resgatar e manter viva as tradições da comunidade negra” poderia indicar uma perspectiva de se pensar a sociedade, ou seja, a perspectiva da pluralidade e da diversidade democrática, ocultando as relações de desigualdade que compõem o campo social. Também, naquele momento, não problematizava o que significaria este não ter um “centro cultural” para aquelas pessoas e o que isso indicaria das possibilidades de se viver em Itumbiara nesses últimos anos.

Assim, mesmo sem a intenção, minha abordagem inicial se restringia à descrição de como esses trabalhadores viviam/vivem em constante conflito com outros segmentos da sociedade itumbiarenses, a fim de prosseguirem com o desenvolvimento de práticas sociais e valores que julgam importantes dentro do conjunto de suas vivências. Na passagem a seguir, Yara Aun Khoury sugere a ampliação das questões que envolvem o campo de atuação dos sujeitos:

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas. Esses sujeitos são moradores da cidade, pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, grupos de imigrantes, de mulheres, de jovens, velhos ou crianças, membros de movimentos específicos, vivendo experiências de trabalho, construindo modos de viver e de se organizar, ou sobrevivendo em becos e ruas, com bagagens culturais diferentes, com perspectivas futuras diversificadas, enfrentando, ou não, processos de exclusão, marginalização e segregação social.

Nessa perspectiva, a cultura não é pensada como curiosidade ou um exotismo, mas enraizada na realidade social, impregnada de um sentido intenso, por meio da qual as pessoas se expressam, reagem, exercendo, ou não, suas possibilidades criativas, forjando os processos de mudança social.²

Essa perspectiva defendida pela autora – pensar a história como processo construído de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória – sempre esteve presente nas discussões propostas pelos professores vinculados à linha Trabalho e Movimentos Sociais, seja no curso das disciplinas ou por ocasião de encontros com professores de outras instituições. Atentar para a complexidade de tal abordagem foi sempre tarefa difícil, uma vez que significava abrir mão de uma visão que não levava em consideração o caráter

² KHOURY, Yara Aun et al. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo. n. 22, jun/2001, p. 80.

contraditório, não linear das ações dos sujeitos, ao viverem suas diversas demandas cotidianas. Assim, mais do que confirmar o suposto de que a “comunidade negra” não é passiva da forma como é apresentada pela reportagem, busquei pensar as relações que se desenvolvem na cidade de Itumbiara, muitas vezes com uma configuração bastante desigual.

A escolha por dialogar com trabalhadores negros integrantes de grupos de Congado aproximou sempre mais do perigo, indicado por Khoury, de se tomar a cultura desses sujeitos como sendo o exótico, o curioso. Não por acreditar nessa perspectiva, mas por abordagens ou procedimentos que isolassem algo que não se vive como folclore e, sim, como modo de luta.

A leitura e reflexão de outros trabalhos no campo da Antropologia ou mesmo da História mostrou-se de fundamental importância para a avaliação desses riscos de folclorização de modos de viver. Neste sentido, o primeiro trabalho com o qual tive contato foi de Larissa Oliveira Gabarra, intitulado *A dança da tradição: o Congado em Uberlândia – MG, século XX*. Na busca de “escrever a história do Congado de Uberlândia, nomeando outros sujeitos sociais”³, a pesquisadora opta por um procedimento de descrição dos festejos em que, segundo a autora, “o povo se encontra, desfaz e refaz sua identidade colocando sua prática, como um desejo de vida, uma renovação cíclica, que se inicia, se finda e se reinicia na vivência do ritual”.⁴

Também no campo da História, Fernanda Pires Rubião pesquisa sobre o Congado na cidade de Oliveira-MG.⁵ Apesar de inicialmente se debruçar sobre os conflitos e as disputas envolvendo a Festa do Congado em Oliveira, ao longo do século XX, a autora abandona a possibilidade de pensar os desdobramentos dessas tensões, passando também a descrever minuciosamente o ritual do Congado como prática identitária, “manifestação cultural”. Até mesmo os conflitos dentro dos grupos e entre os grupos são tratados como “desvios”, não precisando, portanto, ser investigados.

Já no campo da Antropologia, Camila Camargo Vieira analisa o Congado na Comunidade dos Arturos, na cidade de Contagem-MG. Fazendo uso de referenciais próprios de uma investigação antropológica – observação participante, descrição densa, entre outros – a autora busca refletir sobre “a sutil passagem da memória oral para a corporal dentro do

³ GABARRA, Larissa O. *A dança da tradição: Congado em Uberlândia (séc. XX)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004, p. 19.

⁴ Ibidem, p. 19.

⁵ RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: memórias, identidades e tradições no Congado de Oliveira (1950-2009)*. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ritual do Congado na Comunidade dos Arturos”⁶. Neste sentido, grande parte das preocupações deste trabalho voltam-se, principalmente, para o ritual, a dança, a expressão dos corpos, amparadas também por teorias como “o corpo como forma de expressão, sendo possível, portanto, através da superfície dos corpos, demonstrar as profundezas da vida social”⁷, ou ainda, “os rituais representam a forma das relações sociais e dão a elas expressão visível, capacitando as pessoas a conhecer sua própria sociedade”.⁸

Estes são trabalhos que, apesar de suas especificidades, estão estruturados segundo perspectivas e procedimentos muito semelhantes. Os autores estão sempre procurando relacionar os festejos do Congado, a estruturação dos rituais, com uma suposta busca dos sujeitos em estabelecer uma ligação com um “passado ancestral”, uma “identidade negra” forjada ainda na África e também na escravidão. Estes são encaminhamentos possíveis e com ampla aceitação, dado o número de trabalhos produzidos nestes moldes nos últimos anos. No entanto, considero que ficar preso à festa e ao ritual, impede que se perceba o que seria a busca dos sujeitos por uma ligação com um passado africano e escravo, também como tentativa de legitimar suas ações em torno de outras demandas cotidianas, em outras dificuldades e disputas vividas na/pela cidade.

Dialogando com alguns destes trabalhadores, pude perceber um conjunto de situações compartilhadas: as dificuldades com a moradia (muitos dos entrevistados dividem o espaço de suas casas com familiares, autorizando que pequenas construções sejam feitas em seus terrenos como uma forma de ajudar os que lhes são próximos); as dificuldades com o orçamento (mesmo após a aposentadoria é preciso continuar trabalhando, devido a insuficiência dos recursos); as dificuldades com os festejos; a falta de um espaço para realizarem os ensaios e receber os grupos de Congado que chegam de outras cidades, o que acaba gerando conflitos com outros segmentos sociais. Enfim, acompanhar mais de perto a vida destes sujeitos foi trazendo evidências de uma condição de classe, que vem se movimentando em meio a modos de vida, valores e práticas sociais em disputa na/pela cidade.

Buscar a dinâmica e a complexidade das relações que vão sendo produzidas no social significou estar constantemente atento às evidências que vão sendo deixadas, à medida que os sujeitos afirmam ou procuram a afirmação de seus modos de viver a/na cidade, em convívio

⁶ VIEIRA, Camila Camargo. *No giro do Rosário: dança e memória corporal na Comunidade dos Arturos*. 2003. 183 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: jul. 2010.

⁷ Ibidem, p. 45.

⁸ Ibidem, p. 54.

ou em oposição a outros. Dessa maneira, à medida que minhas questões e inquietações iam ganhando força, um maior número de materiais (periódicos, panfletos, atas de reuniões, ofícios, cartazes, entre outros) passaram a ser compreendidos como fontes para a interpretação de um processo histórico em permanente construção. No trecho a seguir, Yara Khoury sugere que na produção do conhecimento histórico o historiador recorra a fontes diversificadas e, principalmente, lance sobre as mesmas um novo olhar:

Buscando apreender os significados mais profundos das relações sociais, e da mudança histórica, compreendendo e incorporando a diversidade de perspectivas e pontos de vista, como possibilidades alternativas colocadas no social, procuramos dar uma explicação densa dos fatos e trabalhá-los acima de qualquer compartimentação. Para isso não só recorremos a uma gama bastante diversificada de fontes, como lançamos um novo olhar sobre elas. Nós as pensamos em sua própria historicidade, como expressões de relações sociais, assim como elementos constitutivos dessas relações. Escolhê-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las, no contexto social em que se engendram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação. Nesse sentido, mais do que buscar dados e informações nas fontes, nós as observamos como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente.⁹

Não foi tarefa fácil entender que as evidências encontradas na pesquisa, pensadas aqui como fontes, não poderiam ser tratadas apenas como informações, mas como algo que expressa e constitui práticas sociais. Nesse caminho, busquei um maior aprofundamento no trabalho com narrativas orais, o que, aos poucos, foi se revelando um desafio por tratar-se de um procedimento que lida com pessoas reais, sujeitos de suas histórias que estão, a todo o momento, lidando com as possibilidades que vão sendo colocadas para se viver, em meio a uma condição compartilhada. Nesse sentido, Alessandro Portelli observa que:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um *patchwork*, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-

⁹ KHOURY, Yara Aun et al. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, jun/2001, p. 81.

me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos.¹⁰

Cada vez mais estimulante foi esmiuçar esse “campo de possibilidades compartilhadas” que vai sendo aberto pelos sujeitos à medida que relembram e avaliam suas trajetórias, não só em termos do que lhes acontecera, mas também do que lhes era possível acontecer pelas condições comuns em que estavam vivendo. Dessa maneira, procurei trabalhar as narrativas orais, assim como os demais materiais tratados como fontes nesta pesquisa, não como um caminho para se chegar a “outras histórias”, mas como forma de identificar e problematizar as negociações e os conflitos que estavam/estão sendo travados entre os segmentos sociais a fim de obterem o reconhecimento de seus valores e de seus modos de viver a/na cidade de Itumbiara a partir de 1980.

Embora a intenção nunca tenha sido “contar a história do Congado em Itumbiara”, desde o início os sujeitos escolhidos para diálogo voltado à composição do trabalho foram trabalhadores negros que têm em comum o desenvolvimento desta e de outras práticas sociais na cidade. Como já foi dito, o isolamento desses sujeitos, causado por algumas das perspectivas inicialmente empregadas, obrigou a mudança em direção a um procedimento que trouxesse a cidade como o campo comum de problematização. Nesse sentido, resolvi manter o diálogo com esse grupo específico não por comodidade, mas por entender que pensar a maneira como desenvolvem suas ações diárias, seu relacionamento com outros segmentos sociais é, em grande medida, pensar a cidade sendo constituída através dessas relações.

Para iniciar um contato com tais sujeitos, procurei saber quem eram os representantes dos grupos de Congado citados na reportagem que destaco no início desta apresentação. Com isso, consegui chegar até Dona Cecília e Dona Iracema, líderes dos grupos Beira Mar e Moçambique Real, respectivamente. Fui até a residência das duas com o intuito de, primeiramente, apresentar-me e falar de minhas intenções com a pesquisa, saber da disponibilidade de ambas e, só então, marcar outro momento para a gravação das entrevistas. Procurei tomar o máximo de cuidado nessa aproximação inicial, não só com Dona Cecília e Dona Iracema, mas com todas as pessoas com quem conversei, a fim de não incomodá-las

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 8-9, dez./1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf>. Acesso em: out. 2010.

e/ou inibi-las. Era preciso estabelecer uma relação de confiança¹¹ com cada entrevistado, dada a influência direta no disto “produto final”. Pensando nessa questão, Alessandro Portelli observa que:

[...] historiadores que trabalham com história oral estão cada vez mais cientes de que é um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material. A expressão “história oral”, [...] refere-se simultaneamente ao que os historiadores ouvem (as fontes orais) e ao que dizem ou escrevem. [...] remete ao que a fonte e o historiador fazem juntos no momento de seu encontro na entrevista.¹²

Do que sugere Portelli, esse “produto final” não seria meramente a organização de “informações” colhidas junto à “testemunha”, mas um discurso dialógico, ou seja, algo único que é resultante do encontro entre entrevistador e entrevistado. Assim, apesar de sempre levar algumas questões prontas, nunca me senti no direito de “interrogar” ninguém. Procurei, na medida do possível, estabelecer um diálogo em que os entrevistados pudessem me compreender, bem como eu a eles.

No decorrer da pesquisa tive muitas conversas informais com vários trabalhadores. No entanto, realizei entrevistas gravadas apenas com seis deles: as irmãs Iracema Pereira da Silva e Luzia Santos Florêncio; Cecília Conceição de Oliveira e Juseslene de Oliveira Silva, mãe e filha, respectivamente; e o casal Alcides Gomes da Silva e Terezinha Maria do Nascimento Silva.

¹¹ Todo este “cuidado” com a abordagem dos entrevistados, a produção das narrativas orais e o emprego destas na produção do conhecimento histórico constituiu-se, em grande parte, no diálogo estabelecido com muitos autores acostumados às especificidades que envolvem o trabalho com História Oral. Assim, além dos procedimentos sugeridos por Portelli – que podem ser mais claramente identificados neste trabalho –, as questões apontadas por Alistair Thomson se mostraram bastante produtivas. Dentre os apontamentos de Thomson, destaco aqui sua reflexão acerca dos dilemas éticos e políticos que envolvem o trabalho dos historiadores orais. Principalmente, o dilema que está relacionado ao uso (ou não) das “memórias das pessoas para fazer histórias que contestem ou critiquem seus narradores”. Ver THOMSON, Alistair et al. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 71.

No desenvolvimento do presente trabalho, também procurei levar em consideração o processo que envolve a transcrição e publicação de entrevistas. Sendo assim, para o encaminhamento de tais questões, algumas indicações de Chantal de Tourtier-Bonazzi tiveram um papel importante. Não como manual técnico a ser lido e colocado em prática sem qualquer ponderação, mas como um conjunto de sugestões que ajudaram a pensar alguns problemas que envolvem o campo da História Oral. Ver TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 233- 245.

¹² PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 9- 36, jun./2001.

Iracema Pereira da Silva tem 63 anos, é viúva e moradora da Rua Santa Tereza, n. 489, no Bairro Planalto de Itumbiara-MG. Com muitas dificuldades, vem liderando o grupo “Moçambique Real”. Segundo ela, pela falta de apoio às vezes precisa usar dinheiro da pensão deixada por seu marido no intuito de suprir algumas necessidades do grupo, prejudicando ainda mais o já apertado orçamento doméstico. Diante disso, precisa complementar sua renda trabalhando como vendedora autônoma pelas ruas da cidade. Também participa de outros grupos e instituições como, por exemplo, o CERECA, onde já ocupou cargos de diretoria.

A dona Luzia Santos Florêncio tem 69 anos, também é viúva, moradora da Rua Botafogo, nº 58, no Bairro Santos Dumont da mesma cidade. Ela, sua irmã Iracema, seus pais e o restante dos irmãos viveram durante muito tempo como migrantes – ou andarilhos, como ela mesma define –, sem moradia fixa, sem frequentar escola, passando por todos os tipos de privações. Foi trabalhadora rural e doméstica por vários anos e hoje conta com orgulho ter conseguido, mesmo com todas as dificuldades, aprender a ler e escrever, chegando até a lançar um livro de sua autoria, “Mesmo assim eu sou feliz”, publicado pela editora Vozes. Participa ativamente do grupo Moçambique Real, liderado por sua irmã e atua também, já há 40 anos, como catequista na Paróquia de Cristo Rei em Itumbiara. Devido a esse forte engajamento na Igreja, já foi escolhida para ser representante de Itumbiara em vários encontros regionais e nacionais promovido pelas CEBs, Comunidades Eclesiais de Base.

Dona Cecília Conceição de Oliveira, 80 anos, viúva, é moradora da rua Pio XII, nº 280, no bairro Setor Oeste. Chegou com a família em Itumbiara na década de 1960, depois de ter passado por várias cidades do Triângulo Mineiro como Conceição das Alagoas, Araxá e Sacramento. Trabalhou por vários anos na Prefeitura de Itumbiara e em Furnas, onde ficou doente e se aposentou. É líder e fundadora do grupo Congo Beira Mar. Já foi candidata a vereadora em várias oportunidades. Também exerceu por vários anos o cargo de Presidente da associação de moradores do bairro Setor Oeste.

Jesuslene Oliveira Silva, 49 anos, filha de dona Cecília, é casada e reside na Rua dos Chapas, Quadra B, Lote 18, no bairro Vila Mutirão. É ativa participante do grupo Congo Beira Mar e também do Movimento Negro em Goiás, sendo representante em Itumbiara da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Dona Jesuslene se define também como mãe de santo, atividade à qual tem se dedicado muito nos últimos anos.

Alcides Gomes da Silva, 71 anos, e Terezinha Maria do Nascimento Silva, 63 anos, casados há quase cinco décadas, são moradores da rua Frei Hugo, nº 97, no Bairro Novo Horizonte. Ambos, também vindos de cidades do Triângulo Mineiro, Uberlândia e Canápolis,

conheceram-se na zona rural de Itumbiara. Na época, década de 1960, obtinham o sustento da família trabalhando nas fazendas da região, até que, na década de 1970, seu Alcides viu no emprego de pedreiro nas várias hidrelétricas em construção pelo país a possibilidade de obter melhores condições de vida. Rodaram por várias cidades até voltarem pra Itumbiara na década de 1990. São integrantes do grupo “Congo Beira Mar de dona Cecília e atuam como “festeiros” (organizadores das festividades) em várias oportunidades. Hoje, mesmo aposentados, continuam trabalhando, pois, segundo eles, essa é a única forma de ajudar os filhos, aumentar e reformar a casa, entre outras coisas que não seriam possíveis apenas com a renda da aposentadoria.

Para tornar compreensível uma narrativa em que a cidade surge através das ações destes e de outros sujeitos, busquei organizar o trabalho em três capítulos. O primeiro, intitulado *Itumbiara, cidade de todos?*, procura problematizar imagens e projetos de cidade que foram me inquietando à medida que ia avançando na pesquisa. Por meio de alguns livros de memorialistas, procurei evidenciar articulações que parecem compor um projeto que tenta organizar valores, modos de viver, buscando sua afirmação ao se ligar nos caminhos daqueles que, supostamente, “fundaram” o lugar, reforçando tal memória e, ao mesmo tempo, buscando legitimidade para as ações que se quer empreender no presente.

Nesse caminho, busquei perceber, em periódicos e outros materiais, a formulação de uma memória que se quer única em Itumbiara, não como forma de denúncia, mas tentando situar dentro das correlações de forças que vem sendo formadas nas últimas décadas os sentidos que estão se constituindo como hegemônicos na cidade. Nesse sentido, as perspectivas problematizadas em grande medida almejam legitimar a ação de quem supostamente está (re)colocando a cidade no “rumo certo”, tal como teriam feito os “primeiros desbravadores” e “personagens ilustres” do lugar. Assim, procuro compreender essa “cidade de todos” como o lugar formulado para que grupos dominantes melhor acomodem seus projetos, práticas e valores.

Finalizando esse capítulo, o intuito foi não apenas questionar uma perspectiva de cidade harmônica, mas evidenciar a movimentação contraditória dos sujeitos ao compartilharem de maneira desigual a mesma cidade. Pude destacar tal contradição adentrando os mesmos arquivos da imprensa local. Assim, em reportagens realizadas com a suposta intenção de “denunciar” a falta de limpeza de bairros “periféricos” ou problemas de trânsito – situações não condizentes com a imagem de cidade discutida anteriormente –, procurei trazer à tona uma cidade sendo constituída de forma tensa e menos consensual.

No capítulo dois, *Trabalhadores negros em Itumbiara: buscando sujeitos, encontrando a cidade*, interpretando as entrevistas que produzi em conjunto com alguns trabalhadores, integrantes de grupos de Congado de Itumbiara, pude perceber sujeitos com trajetórias distintas e, ao mesmo tempo, tão semelhantes – pela condição de classe que vivenciam –, compartilhando, disputando e vivendo a cidade por meio de relações desiguais, mantidas junto a outros segmentos da sociedade local.

Assim, a luta diária, os enfrentamentos para a afirmação de valores e projetos surgem não isoladamente, mas dentro de um horizonte compartilhado de questões que me fazem pensar que essas pessoas vivem uma condição de classe. Tal perspectiva foi ganhando força à medida que muitos entrevistados foram trazendo questões que são significativas nesse sentido. Como no caso de Dona Luzia, que, ao relembrar a época em que trabalhava como doméstica, procurou deixar claro que nunca aceitou ser maltratada por ninguém, pois uma coisa seria certa: as pessoas para as quais trabalhava nunca iam fazer o serviço que ela realizava, mas sim uma pessoa de sua “classe”. Portanto, se essa pessoa não trabalhasse em determinada casa, trabalharia em uma outra. Tais colocações me chamaram a atenção – não por Dona Luzia ter se situado em uma classe, mas por sua fala ter me instigado a ir além, perseguir essa movimentação dos sujeitos em meio a relações classistas.

Busquei também destacar a forma como o apoio ao Congado e a outras “manifestações culturais” vem sendo articulado a uma prática que visa conceber a cidade como espaço da diversidade e pluralidade, ocultando as disputas e tensões cotidianas. Disputas e tensões evidenciadas nas dificuldades que esses trabalhadores encontram diante dos limitados recursos para suprir as necessidades da família ou pela falta de um espaço para desenvolverem suas práticas, como no caso dos festejos do Congado. Questões que compõem um campo de possibilidades compartilhado, em que as identificações vão sendo forjadas, dia após dia, tanto no consenso quanto no dissenso.

Seja resistindo ou reivindicando, seja negociando ou caindo em resignação procurei colocar em movimento sujeitos atuando segundo interesses classistas na tentativa de afirmação e/ou manutenção de valores e práticas que acabam colocando em conflito modos de viver a/na cidade de Itumbiara a partir de 1980.

No terceiro capítulo, intitulado “*A gente partilha de tudo: a vida, a luta, a dor, as vitórias*”: *práticas que tensionam a cidade*, procurei dar continuidade ao processo de evidenciar sujeitos movimentando-se de acordo com interesses classistas, tendo como base a análise de diversos materiais. Muitos desses materiais me foram apresentados por Dona Luzia. O livro de sua autoria, “Mesmo assim eu sou feliz” e ainda os filmes “Magnificat” e

“O anel de tucum” surgiram, nesse sentido, não como exemplos de uma experiência individual, mas de uma série de situações compartilhadas por muitos sujeitos em Itumbiara no final dos anos 1980 e início dos 1990.

Esses materiais cedidos por Dona Luzia, bem como diversos outros, apontaram para um intenso envolvimento desses trabalhadores com a Igreja Católica. Assim como em várias localidades espalhadas pelo país, as CEBs aparecem de maneira muito significativa em suas experiências na Itumbiara dos anos 1980. Nesse sentido, a percepção que tive é a de que as propostas das CEBs foram aproveitadas como um meio de organizar e/ou potencializar ações de solidariedade, sentidos de sobrevivência mútua, já desenvolvidas por muitos sujeitos naquele momento. A interpretação que desenvolvi se deu no sentido de que essa relação entre trabalhadores negros e Igreja não vem ocorrendo de uma forma exclusivamente religiosa, mas também como um viés de negociação marcado por contradições, consensos e conflitos.

Na continuidade do capítulo, procurei ter atenção com a dinâmica das experiências dos sujeitos, percebendo como estes se movimentam, tentam ampliar suas possibilidades de atuação política, buscando meios para conseguirem resistir às restrições impostas por diversas instituições representantes de interesses hegemônicos na cidade.

Observando como se desenvolve a relação entre esses trabalhadores negros e o Poder Público Municipal, partidos políticos e seus representantes, foi possível perceber como os sujeitos estão cotidianamente negociando e impondo limites às imagens projetadas por esses grupos e que os mesmos pretendem definir *a priori* o que é a cidade de Itumbiara e como se deve interpretá-la. Dessa forma, materiais como atas, ofícios, projetos de lei, dentre outros, ganharam força em minhas análises como espaços privilegiados de negociação e resistência, como expressões de práticas sociais vivenciadas pelos sujeitos como modo de vida e modo de luta, não apenas como tradição.

CAPÍTULO I

ITUMBIARA, CIDADE DE TODOS?

A cidade de Itumbiara está localizada no sul do estado de Goiás. É uma cidade de economia forte e com propensão para o comércio desde sua origem, ainda no século XIX. Situada a 204 km de Goiânia-GO e a 400 km de Brasília-DF, é considerada o “Portal do Centro-Oeste”, a “cidade do progresso” e de “povo acolhedor”.¹³ Estas são algumas das adjetivações que facilmente podem ser encontradas em jornais, revistas, livros ou qualquer material de produção local. Adjetivações que procuram indicar mais que simples elogios em relação a essa cidade goiana – pode-se admitir – posto que, na verdade, apontam sentidos socialmente disputados por/entre vários segmentos que a compõem.

Ao longo deste período de dedicação ao desenvolvimento do presente trabalho, nem sempre a busca por interpretar o que seriam esses sentidos apresentou-se como algo que merecesse ser investigado. O interesse inicial pela investigação residia em dialogar com grupos de trabalhadores negros, procurando perceber seus modos de morar, trabalhar, sustentar valores e práticas, tais como o Congado, a partir da década de 1980. Em grande medida, o procedimento empregado na tentativa de alcançar tal objetivo indiciava o isolamento dos sujeitos, trabalhadores negros, no conjunto de atividades que estes desenvolvem cotidianamente em determinados espaços da cidade. As visitas constantes aos jornais e órgãos públicos à procura de evidências relativas a como esses sujeitos vivem em Itumbiara trouxeram a necessidade de recolocar as questões, bem como formular novas

¹³ Segundo o IBGE, Itumbiara contava até 2009 com uma população estimada em 92.832 habitantes e uma área territorial de 2.461 Km². Procurando traçar o seu “perfil econômico” o IBGE segue oferecendo informações sobre Itumbiara: “O Município fica localizado no vale do Rio Paranaíba, região de terras de excelente fertilidade, tem na agricultura a sua principal fonte de recursos, apesar que aos poucos esta característica está perdendo espaço para a Indústria. Itumbiara destaca-se no contexto estadual, como um dos Municípios centro polo da agro-industrial, no que tange a industrialização destacamos: produtos derivados do milho, da soja, do algodão e do leite. Contamos ainda com indústrias nos ramos de metalúrgicas, calçados, têxtil, mecânico e alimentação. [...] O município conta com um distrito industrial, situado as margens da Rodovia Federal BR-452 e com acesso para a Rodovia Federal BR - 153, que liga o Estado de Goiás aos Estados de Minas Gerais, São Paulo e aos demais centro consumidores do País, como o Nordeste e Brasília. O Distrito Industrial conta com uma infraestrutura bem montada, energia elétrica, água, esgoto, telefone e asfalto. Com uma área aproximada de 1.100.000 m², já distribuídos em quadras e ruas, ficando de 7 a 8 km do centro da cidade. As indústrias que ali se instalam, contam com o apoio do FOMENTAR - Sistema de financiamento de até 70% do ICMS pelo período de 15 anos, com encargos de 2,6% ao ano e ainda, com os benefícios da municipalidade, oferecendo vantagens e inclusive ajuda na limpeza dos terrenos”. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: set. 2010. Apesar de não ser o caso de desconsiderar informações como estas, que oferecerem alguma noção de localização, tamanho, capacidade industrial etc., é importante considerar que as mesmas não podem definir – como em algumas perspectivas é suposto – o que é Itumbiara ou qualquer outra cidade. Na perspectiva que venho adotando, são os diferentes sujeitos sociais ao constituírem cotidianamente seus valores, expectativas é que vão tensionando modos de viver e dando formas complexas e contraditórias às suas respectivas cidades.

perguntas à documentação, uma vez que esses sujeitos não eram citados (não de maneira direta e com a constância esperada) e, de outra maneira, procurar os significados dessas ausências e “esquecimentos”.

Nesse caminho, E. P. Thompson, propõe que a relação entre produção do conhecimento histórico e o seu objeto – a história “real” – seja compreendida como um diálogo. Dessa maneira, o autor argumenta que

a prática histórica está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre, por um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daqueles que as suportam, à luz desse ajuste.¹⁴

Refletir nessa direção apontada por Thompson possibilitou-me não descartar determinados periódicos locais em função de não fazerem referência (ou pouco se referirem) às práticas desenvolvidas pelos trabalhadores negros com os quais vinha eu dialogando desde o início do trabalho. Na verdade, percebi que, em grande medida, a pesquisa se desenvolvia no sentido de apenas descrever os valores e crenças cultivados, bem como os festejos que esses trabalhadores vem realizando no decorrer dos anos. Nessa perspectiva, a análise dos periódicos foi trazendo evidências, passando a cidade a ser o campo investigativo e o terreno comum de problematização.

A leitura e reflexão do trabalho realizado pelo Grupo Memória Popular foi muito importante para o trilhar de outros caminhos teórico-metodológicos. O grupo considera importantíssima, antes de qualquer definição de memória popular, a ampliação daquilo que se entende por “escrita da história” para além dos limites de uma história acadêmica. Nesse sentido, a argumentação aponta para o fato de que o estudo da memória popular:

[...] é necessariamente um estudo relacional. Deve-se incluir tanto a representação histórica dominante no âmbito público quanto procurar ampliar ou generalizar experiências subordinadas ou privadas. Como todas as disputas deve ter dois lados. Nos estudos concretos, memórias privadas não podem ser facilmente desvinculadas dos efeitos dos discursos históricos dominantes. Muitas vezes são estes que suprem os próprios termos por meio dos quais uma história privada é pensada. Memórias do passado são, como todas as formas de senso comum, construções singularmente complexas

¹⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zarrar, 1981. p. 54.

parecendo um tipo de geologia, sedimentação seletiva de vestígios do passado.¹⁵

Assim como sugere o procedimento acima, incorporar a uma perspectiva relacional as disputas em torno de determinadas memórias em Itumbiara é o que vem permitindo a formulação de questões as quais possibilitam perceber a cidade em seu fazer constante e contraditório, cenário de muitas lutas travadas em desigualdade na intenção de manter ou evidenciar valores, modos de vida; implantar um domínio ou resistir a ele. Isso não significa, que a opção ou a mudança implique deslocar o foco das trajetórias de vida de determinados trabalhadores negros. Dito de outro modo, constitui a tentativa de perceber em diversas práticas sociais desenvolvidas diariamente como as demandas desses trabalhadores encontram sustentação, se perdem ou são reelaboradas ante outros projetos dominantes implantados na cidade.

Esta perspectiva trouxe a necessidade não apenas de revisitar alguns arquivos da imprensa local, mas principalmente de incidir um outro olhar sobre ela. A esse respeito, Laura Antunes Maciel problematiza a imprensa enquanto prática social ativa:

[...] ainda é preciso refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa. [...] O ponto central de nossas reflexões passa por uma atenção às disputas e lutas que marcam a produção social da memória, considerando a imprensa um dos lugares privilegiados para a construção de sentidos para o presente e uma das práticas de memorização do acontecer social.¹⁶

Estas considerações trazidas por Maciel permitem pensar então como a imprensa em Itumbiara atua na constituição das relações sociais, influenciando, mas também sendo influenciada neste processo. No mesmo campo de reflexão, Heloisa de Faria Cruz ressalta a importância de se pensar a imprensa, atentando para a historicidade dos processos sociais dos

¹⁵ GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política e método. In: FENELON, Déa R. et. al (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005. p. 286.

¹⁶ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa R. et. al (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005. p. 15.

quais esta participa enquanto força ativa e não apenas como um instrumento de informações. Sendo assim, a autora argumenta que:

[...] pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Implica, sim, trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção o estudo da imprensa desloca-se da história dos meios de comunicação em direção à história social.¹⁷

Seguindo de perto o que sugere a autora – articular a análise das publicações ao campo de lutas sociais –, as publicações dos jornais e revistas da cidade passaram a chamar a atenção não mais pela produção de uma invisibilidade (ou visibilidade precária) de muitos sujeitos sociais, mas pela indicação de como determinadas visões e alguns projetos de cidade são estruturados e vão tensionando modos de viver. O trecho a seguir compõe a edição especial da *Revista Contemporânea* de Itumbiara e homenageia os cem anos de emancipação política do município. Edição essa, que seus organizadores consideraram ideal para “valorizar a história de um povo” ao “recontá-la” de acordo com a visão dos próprios moradores:

Qualquer trabalho feito com o intuito de valorizar a história de um povo, antes de tudo, precisa ser feito segundo a visão deste povo. Não poderíamos falar da história do centenário de Itumbiara apenas segundo nossa visão, mas conforme a visão das pessoas que fizeram a história de Itumbiara. Por isso, essa edição especial, conta com depoimentos e agradecimentos de cidadãos e por outros que adotaram este município e se “autonaturalizaram” itumbiarenses de coração. Como não poderia faltar, contaremos a história de Itumbiara desde os primórdios das atividades realizadas na região e você poderá entender um pouco mais sobre a importância da viabilização do trecho que uniu o Brasil Central a todo país.¹⁸

Referir-se a uma Itumbiara desde seus primórdios, trazendo os marcos consagrados no interior de uma história considerada única – “aquilo que não poderia faltar” – indica, ao meu ver, que os depoimentos dos cidadãos trazidos pela revista constituem figurantes em uma cena protagonizada pelos desbravadores, pelos heróis que iniciaram a cidade. Apesar da anunciada “história do povo” contada pelo “próprio povo”, o movimento elaborado por meio das reportagens formuladas neste número da revista acaba apontando para uma memória já

¹⁷ CRUZ, Heloisa de Faria. O avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. In: *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, jul./dez. 2008. p. 32.

¹⁸ REVISTA CONTEMPORÂNEA. Itumbiara, ano II, n. 9. p. 4, out./nov. 2009.

autorizada, *a importância da viabilização do trecho que uniu o Brasil Central a todo país*, em que os depoimentos e agradecimentos dos moradores acabam por legitimar a história da cidade apenas a partir do ângulo de visão e das expectativas de alguns grupos que vêm se constituindo dominantes nas últimas décadas do século XX e início do XXI.

Nessa linha, o jornal *Folha de Notícias*, também em edição especial referente aos cem anos de emancipação de Itumbiara, também sinaliza qual imagem de cidade deve – ou não – ser evidenciada nesse movimento comemorativo:

Caminhar pela Av. Beira Rio observando o Rio Paranaíba, tranquilo e sereno em seu leito, as luzes e pilares da histórica Ponte Affonso Penna, ver o Estádio JK lotado aos domingos, a imensidão do Lago de Furnas, a movimentação e rostos amigos na feira livre da Trindade, a Catedral de Santa Rita de Cássia na missa do domingo à noite, sentar no banco da Praça da República e observar as traquinagens dos micos, o vôo dos pombos em busca de alimento, são situações que só quem vive em Itumbiara tem o privilégio de acompanhar.

O povoado que surgiu em 1824, com a construção do Porto de Santa Rita, hoje é uma imponente cidade, pólo comercial, industrial e de serviços da Região Sul de Goiás, sendo referência em diversas áreas para mais de 30 municípios do Sul, Sudoeste e Sudeste Goiano e ainda o Pontal do Triângulo Mineiro. Com quase 100 mil habitantes, Itumbiara chega ao Centenário vivendo uma das melhores fases de sua história, em todos os aspectos, principalmente o econômico e político.

Nesta edição especial dos 100 anos desse povo, o **FN** (Folha de Notícias) conta um pouco dessa história, mostrando as mensagens das empresas, profissionais liberais, entidades e lideranças políticas saudando a gente trabalhadora e progressista de Itumbiara, que com seu suor e dedicação, constrói uma cidade melhor a cada dia [...].¹⁹

O tom comemorativo assumido nessa edição está relacionado não apenas ao centenário de emancipação política de Itumbiara, mas também aos 20 anos de existência do jornal. Na nota editorial, o discurso é de um jornal que vem vencendo obstáculos, superando limites²⁰ e que, tal qual a própria cidade, estaria se desenvolvendo dentro de um “projeto plural”. Assim, considerando todos (leitores, patrocinadores, anunciantes) como seus “colaboradores”, procura legitimar-se como porta-voz de toda a sociedade itumbiareense.

Os locais que devem ser referência, bem como os usos que devem estar ligados aos mesmos, são apresentados na narrativa. Também a cidade que tem uma origem na necessidade de viabilizar a ligação entre um lado e outro do país (uma origem portuária), que seguiu evoluindo e que agora vive sua melhor fase, é colocada como mérito e privilégio de

¹⁹ FOLHA DE NOTÍCIAS. Itumbiara, ano XIX, n. 3794, 12 out. 2009. Não paginado.

²⁰ Essa edição, com 136 páginas, é apresentada como recorde.

todos. Essa “coletividade” aparece então bem representada. Tem-se, de um lado, o povo – *gente trabalhadora e progressista* –, e, de outro, *empresas, profissionais liberais, entidades e lideranças políticas*, todos em festa, seguindo pelo mesmo caminho.

A imagem de cidade evidenciada nas narrativas do jornal *Folha de Notícias* e *Revista Contemporânea* parece encaminhada dentro da mesma perspectiva de colaboração mútua entre todos os segmentos da sociedade itumbiarenses. No entanto, é preciso considerar que ambos os periódicos vem apresentando, nos últimos anos, a Prefeitura de Itumbiara como principal “colaboradora”.

Pode-se perceber isso, considerando-se que as ações da atual administração municipal são amplamente divulgadas pelo jornal e pela revista em um tom fortemente enaltecido e muito pouco crítico. Divulgação que pretende muito mais que informar a população, pretende estabelecer o que deve ser considerado como cultura local. Sendo assim, não fica difícil deduzir que, mesmo apontando como mérito de todos a constituição desta que seria a melhor fase econômica e política da cidade, tal mérito seria, principalmente, da liderança política que nesse momento está à frente da Prefeitura.

Nesse sentido, a percepção que tenho é a de que essa “colaboração” sugerida como algo presente em toda sociedade – mas, principalmente, entre imprensa local e Prefeitura Municipal – passa a acontecer de forma mais acentuada por ocasião das comemorações dos cem anos de emancipação política da cidade. Tentando problematizar esses movimentos comemorativos, Heloisa de Faria Cruz procura alertar sobre como os historiadores muitas vezes se ocupam da investigação de comemorações passadas e não procuram pensar nos sentidos de muitas comemorações promovidas por forças hegemônicas no presente. A historiadora segue, então, analisando o desafio de lidar com:

[...] este passado revivido, que não está lá, mas aqui, sem que ele se transforme em espaço de rearticulação de uma memória que se quer única e homogênea. Memória nacional, porque de todos nós, brasileiros, que é alimentada por uma volta obsessiva ao passado como ocultamento do presente e que, na produção da unanimidade, busca ocultar as diferenças e conflitos do país dividido²¹.

No artigo em questão – onde se trata mais especificamente dos sentidos construídos em torno das comemorações do bicentenário da imprensa no Brasil –, Heloisa de Faria Cruz aponta alguns questionamentos que podem ser pensados como campo de reflexão comum: que marcos de memória estão sendo atualizados? O que está sendo lembrado? O que está

²¹ CRUZ, Heloisa de Faria. O avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. In: *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, jul., p. 14, dez. 2008.

sendo esquecido? Que significados do passado revivido estão sendo articulados às disputas estabelecidas no presente? Tais reflexões podem ser estendidas à compreensão dos sentidos de algumas comemorações em Itumbiara, principalmente as que foram promovidas em torno do centenário da cidade.

Atentando a esse desafio evidenciado pela historiadora, no próximo trecho é possível perceber alguns elementos que compõem um projeto de cidade que não é único, mas que vai sendo estruturado de modo que pareça representativo de todos os anseios e expectativas dos moradores de Itumbiara:

O que vale lembrar é que uma cidade só cresce, desenvolve-se, conquista indústrias e gera empregos se for bem administrada. Nos últimos anos, tem sido possível notar que a cidade tem crescido ainda mais, atraindo novas empresas, recebendo investimentos dos governos estadual e federal e realizando grandes conquistas. O que vemos é uma cidade mais alegre, com pontos turísticos restaurados, novos instalados, e uma Avenida Beira Rio de Beleza encantadora. E se os méritos são da atual gestão, também são da população, formada por pessoas voltadas para o bem-social da Cidade. A ideia é de que o ritmo de crescimento continue assim, rápido e satisfatório, embalado pela energia e força de vontade de todos que aqui vivem.

[...]

O que sentimos é que mais um ciclo foi completado e se Itumbiara ainda não é o melhor lugar para se viver, está caminhando dia a dia para isso. [...]

[...]

Nestes 100 anos de existência, a certeza que temos é de que o balanço de conquistas deixa um saldo positivo, através do aprendizado constante, que será utilizado por cada um dos cidadãos para dar forma à sociedade que todos desejam.

Parabéns pela passagem do aniversário da querida Itumbiara, onde moram pessoas de todos os lugares, em que história e modernidade convivem lado a lado. Uma cidade cheia de curiosidades, personagens próprios, diversidade e beleza. [...] Reforçamos que o trabalho incessante de cada munícipe neste último centenário certamente confere a Itumbiara uma grande experiência que vence as dificuldades, pavimentando o caminho do crescimento que conduz direto ao progresso e harmonia do município.²²

A imagem que a narrativa tenta evidenciar é a de uma cidade que inevitavelmente segue por uma trilha, a trilha do progresso. Isso, graças às belezas naturais potencialmente turísticas e ao povo – *pessoas voltadas para o bem-social da Cidade* – que colaboram para que a cidade siga em direção a esse objetivo “harmonicamente compartilhado”. Tais questões destacadas não se apresentam por acaso, ou simplesmente impulsionadas pela emoção despertada por ocasião de um centenário festivo. Pelo contrário, parecem fazer parte de um conjunto de expectativas que corroboram uma determinada visão daquilo que a cidade “deve”

²² REVISTA CONTEMPORÂNEA. Itumbiara, ano II, n. 9. 31-32, out./nov. 2009.

ser. Assim sendo, o aclamado caminho para se tornar *o melhor lugar para se viver* compõe uma perspectiva que passa necessariamente pela ação da administração atual que está sendo competente ao explorar corretamente as potencialidades turísticas e mercantis do município.

O trecho destacado a seguir faz parte do editorial de uma revista produzida pela Prefeitura Municipal e distribuída em setembro de 2006, quando ainda não se havia completado nem a metade do primeiro mandato de José Gomes da Rocha. Estruturada de forma a parecer uma prestação de contas à população, a revista que traz o título *Itumbiara, o maior canteiro de obras de nossa história* procura evidenciar já as propostas que poderiam credenciar a administração a permanecer, também no próximo mandato, à frente da prefeitura, tornando-se o grupo que organizaria as comemorações dos cem anos da cidade, dessa forma:

Estamos concluindo este mês de setembro 21 meses de mandato à frente da prefeitura municipal de Itumbiara. [...] Pagamos dívidas que estavam em atraso, adquirimos veículos e maquinário para darmos os primeiros passos na revitalização do município, reabrimos o restaurante do servidor, estamos efetuando o pagamento do funcionalismo em dia, devolvemos a esperança à população que estava sem muita confiança no futuro e em parceria com o próprio povo fomos em busca de dias melhores, e é isto que está acontecendo. [...] O Crescimento não Pode Parar, por isso aclamamos a toda comunidade que caminemos juntos na busca de fazer da nossa querida Itumbiara a cidade com melhor qualidade de vida no Estado de Goiás.²³

Nessas palavras, do próprio prefeito José Gomes, é possível perceber a perspectiva de cidade que se estruturaria em torno do centenário. A ideia harmônica de caminho em direção ao progresso – presente em “O Crescimento não Pode Parar” – procura sustentação como perspectiva supostamente aprovada por todos os grupos sociais. A intenção de guiar a cidade para “a melhor qualidade de vida no Estado de Goiás” aparece como o objetivo final a ser alcançado. Inicialmente, não direcionei muita importância para esta questão, considerando sua suposta legitimidade, uma vez que, acreditava, era implícito o investimento na melhoria das condições de vida da população como um todo. Entretanto, reflexões posteriores trouxeram a necessidade de melhor pensar acerca dos sentidos que estariam sendo buscados nesse caminho em direção à “qualidade de vida”. E, nesse sentido, algumas questões levantadas por Sheille Soares de Freitas em sua tese de doutoramento²⁴ auxiliam na problematização de tal perspectiva:

²³ ITUMBIARA, o maior canteiro de obras de nossa história: O crescimento não pode parar. Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Itumbiara: Itumbiara, set. 2006. Informativo não paginado.

²⁴ Na busca por problematizar essa “cidade realizada”, mostrou-se importante a reflexão acerca de algumas questões levantadas por Sheille Soares de Freitas em sua tese de doutoramento. Nesse trabalho, Freitas propõe o avanço para uma perspectiva que não fique apenas no paralelismo acadêmico, que não busque apenas “outra

O que interessa são os modos como essas práticas, que se denominam de democratização/inclusão, perpassam tensões por controle e contenção do que é vivido em desigualdade sugerindo um respeito à diferença e uma noção de busca de qualidade de vida que traduz muito mais um readequar o viver a/na cidade.²⁵

A partir do que é sugerido pela autora foi possível pensar como, em Itumbiara, grande parte das ações que vem sendo promovidas pelo Poder Público Municipal em nome de uma busca por qualidade de vida está ligada a uma readequação e/ou delimitação das diversas formas de se viver a/na cidade. Os valores alimentados, os sentimentos vivenciados pelos sujeitos ao experimentarem seus modos de viver, vão sendo acomodados e/ou “reorientados”, em meio a um caráter aparentemente homogêneo, naquilo que se convencionou chamar de “qualidade de vida”.

Isso emerge na questão trazida anteriormente pela revista da Prefeitura, apresentada como um convite democrático para que, juntos, Poder Público e população local encontrem melhorias para a vida em Itumbiara. Aquilo que seria melhor para todos já está pré-estabelecido. Nisso, a revitalização do município é algo que aparece como primordial.

Mas cabe questionar: o que exatamente deve ser revitalizado? Que sentidos estão colocados quando se aponta para uma necessidade de “revitalizar” a cidade? A narrativa que se segue oferece alguma pista dos sentidos que envolvem essa questão:

A Beira Rio está bonita. Se você olhar os governantes anteriores, como Modesto de Carvalho, Cairo Batista e Radivair Miranda, todos tinham a mesma linha. O Modesto começou a Beira Rio. O Radivair fez o paisagismo, o Cairo fez o calçamento e agora eu venho e faço a revitalização.²⁶

Nesta fala concedida à edição de lançamento da revista *Varejo S/A*, lançada por ocasião das comemorações do centenário da cidade como uma produção da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itumbiara, a Avenida Beira Rio aparece como um dos espaços que

história”, mas que potencialize o que compõe a trama cotidiana da cidade. A autora aponta que a guinada em direção a este procedimento não se deu apenas como disputa intelectual, mas na própria reflexão de seus embates metodológicos que, a princípio, concentravam-se na discussão da cidade de Uberlândia enquanto a “cidade dos postais”, “cidade empreendedora”. Freitas avalia que em determinado processo de produção de imagens sobre a cidade de Uberlândia-MG, tenta-se marcar a “vocação progressista” como o que motiva e define o vivido. Ver FREITAS, Sheille Soares De. *Por Falar em Culturas... : histórias que marcam a cidade*. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

²⁵ Ibidem, p. 19-20.

²⁶ Entrevista com o Prefeito José Gomes da Rocha. *Revista Varejo S/A* – “Itumbiara. 100 anos de comércio forte”. Itumbiara, Ed. 1, ano 1, n. 1, nov. 2009, p. 4.

estaria merecendo a atenção tanto da administração da época quanto de outras anteriores. Em pesquisa que realizei nos arquivos da imprensa local, esta é uma indicação que aparece de forma bastante recorrente. Nas muitas reportagens sobre a avenida são comuns dizeres como “A Beira-Rio é hoje o cartão-postal de Itumbiara, ponto de encontro de velhos, moços e crianças”²⁷; “classes sociais diferentes se encontram ali para passear, conversar praticar esportes, fazer caminhada e para participar de festas”²⁸ ou, ainda, a “Avenida Beira Rio é decididamente um poderoso símbolo de Itumbiara”²⁹.

A fotografia a seguir, tirada ainda no ano de 1972, contribui para a discussão de outras questões que envolvem este e outros espaços de Itumbiara:



FIGURA 1 – Imagem da Avenida Beira Rio no ano de 1972.

FONTE: Disponível em: http://www.itumbiara.go.gov.br/v3/site/index.php?p=galeria_ver&id=35. Acesso em: fev. 2011. Sessão fotos antigas.

Obviamente, a Beira Rio não se tornou de forma natural e harmônica o “poderoso símbolo de Itumbiara” como sugerem os muitos cartões postais e reportagens produzidas pela

²⁷ JORNAL DE ITUMBIARA. Itumbiara: ano IX, n. 344, 12 out 1981. Não paginado.

²⁸ O REGIONAL. Itumbiara: ano X, n. 280, p. 17, 12 out. 1994.

²⁹ Ibidem.

imprensa local. A imagem acima, disponibilizada nos últimos anos no site da Prefeitura de Itumbiara, assim como em muitos locais públicos, pretende evidenciar o que seria o progresso alcançado pela cidade. Promover o contraste entre o que foi e o que é na atualidade. Este parece ser o único modo de o Poder Público Municipal “permitir” a lembrança de que trabalhadores pobres já viveram no local. Nesse sentido, a revitalização da Avenida Beira Rio, assim como outros locais da cidade, significou a retirada de muitos sujeitos de suas casas³⁰ para, só então, “poder mostrar o que deveria ser mostrado e, da forma como deve ser mostrado”.

Assim, o espaço da avenida vem sendo transformado de maneira que possa simbolizar não só a cidade, mas também o que seria a competência de alguns grupos à frente da administração pública nas últimas três décadas. Quando o atual prefeito José Gomes cita o trabalho realizado por outros prefeitos, este não está apenas sinalizando para uma continuidade nas ações de estruturação dos espaços da cidade; de outro modo, procura colocar-se como aquele que promove um grande salto de qualidade nos investimentos direcionados para esse espaço, consolidando-o como um dos principais símbolos da cidade.

A imagem a seguir, assim como o trecho do jornal *Folha de Notícias*, trazem outros elementos para a continuidade desta reflexão:

³⁰ De forma semelhante, Sheille Soares de Freitas discute em sua tese de doutoramento como muitos trabalhadores pobres acabaram sendo retirados dos locais onde viviam para a “revitalização” de algumas áreas de Uberlândia. A autora evidencia essa questão, principalmente, diante da construção dos Parques Lineares em APPs (Áreas de Preservação Permanente). Alargando a discussão, Freitas aponta como essa construção de Parques Públicos (sugeridos em uma noção sempre harmônica, mas que na verdade é sempre marcada por conflitos) não é algo restrito a Uberlândia e/ou Itumbiara, mas que está presente em muitas cidades brasileiras. Ver: FREITAS, Sheille Soares De. *Por Falar em Culturas... : histórias que marcam a cidade*. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

Turismo

R\$ 12.000.000,00 É o investimento na Avenida Beira Rio

A maior verba do Ministério do Turismo direcionada a uma cidade do interior do Brasil

Investimento record na Avenida Beira Rio. A obra está em ritmo acelerado e se tornará a mais bela atração turística do Rio Paranaíba. O Governo Municipal conseguiu em Brasília esta verba que colocará a cidade de Itumbiara como uma das mais belas do Brasil.

FIGURA 2 – Avenida Beira Rio

FONTE: ITUMBIARA. Itumbiara, o maior canteiro de obras de nossa história. Itumbiara, 2006. Não paginado.

Na Avenida Beira Rio, o investimento chega a R\$ 11 milhões. A avenida foi totalmente reconstruída, ganhando um visual moderno. Conhecida como a Copacabana de Goiás, a Beira Rio é o grande point da cidade, local de encontro de crianças, jovens, adultos e idosos. Foi projetada para agradar a

todos, com quiosques, playground, Palácio das Águas, fontes luminosas, quadras esportivas e iluminação especial. O projeto será concluído em breve com o Farol. A nova iluminação no modelo Sextante da Schröder, já pode ser conferida pela população e o prefeito Zé Gomes determinou o recapeamento completo da avenida. Os recursos são do governo federal, via Ministério do Turismo e contrapartida do Tesouro Municipal.³¹

O investimento milionário nesta avenida surge como aquilo que vai colocar Itumbiara como uma das cidades mais bonitas não só de Goiás, mas também do Brasil. Arborização, locais para se praticar esportes e encontrar os amigos, além da construção de um grandioso farol são as credenciais para que a cidade entre definitivamente para o roteiro das cidades mais belas do cenário nacional.

A imagem de cidade que se pretende difundir está lançada. Sendo assim, este lugar onde todos podem democraticamente estar e conviver, onde as diferenças não têm importância torna-se então um símbolo ideal tanto de beleza natural, quanto da diversidade e pluralidade que é “preciso” alcançar na busca pela “qualidade de vida”. Desta maneira, o turismo por si só parece não ser justificativa suficiente para que se invista vários milhões em apenas um local da cidade. A avenida Beira Rio vai sendo colocada como solução para a falta de espaços de lazer e, mesmo que se saiba que grande parte dos moradores terão dificuldades em seu acesso – pela distância, a falta de dinheiro para o transporte –, a ideia que se formula é a de um lugar que vai “agradar a todos”.

Nessa mesma linha, a revista *Itumbiara, o maior canteiro de obras de nossa história* também procura dar destaque em suas páginas iniciais ao “Arraiá de Itumbiara”, reforçando a perspectiva de uma cidade que, ao aproximar-se de seu centenário, experimenta uma extraordinária fase de crescimento:

O Arraiá de Itumbiara já foi realizado dois anos, é uma festa junina que se tornou uma tradição. São fogueiras dimensionadas na Avenida Beira Rio e um palco com grandes atrações artísticas. A comunidade comparece em peso para assistir aos shows, as quadrilhas organizadas pelas entidades e prestigiar uma variedade de alimentos feitos de milho pelas entidades filantrópicas. É a maior festa junina do Estado de Goiás e caminha para ser uma das melhores do Brasil e a maior atração turística de eventos da cidade.³²

Enquadrado na prática dos festejos juninos, o Arraiá de Itumbiara também vem sendo organizado em uma parte da Avenida Beira Rio. Ocupando um antigo espaço conhecido como

³¹ FOLHA DE NOTÍCIAS. Itumbiara: ano XIX, n. 3794, 12 out. 2009. Não paginado.

³² ITUMBIARA, o maior canteiro de obras de nossa história: O crescimento não pode parar. Itumbiara: Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Itumbiara. Set. 2006. Informativo não paginado.

“Capim de Ouro”, agora também chamado de “Espaço do Arraiá”, o evento tem recebido muita atenção por parte do Poder Público Municipal. Como expresso na narrativa, o Arraiá fora concebido para ser algo grandioso; por isso, durante os dez dias em que o evento acontece, recebe apresentações musicais de expressão nacional. Pela forma como é narrada, essa grandiosidade aparece como algo que credencia a prática do Arraiá como “a maior atração turística de eventos da cidade”. Contudo, pela movimentação em torno dessa prática, tenho percebido que os objetivos traçados por quem a vem organizando vão além de simplesmente atrair turistas. A seguir, as duas narrativas produzidas por periódicos locais oferecem mais pistas acerca de outros objetivos relacionados ao desenvolvimento da prática do Arraiá:

“O Arraiá não é do Zé! O Arraiá não é da Maria! O Arraiá é do povo de Itumbiara!”. Esta frase, trecho de uma entrevista do prefeito Zé Gomes à Rádio Paranaíba, na noite do dia 19 de junho, me fez ver a grandiosidade do Arraiá de Itumbiara que, em 2009, entra na sua quinta edição e que já é tradicional em nossa cidade e também na região. Tempos atrás, quando chegava essa época do ano todos nós pensávamos e ficávamos com a atenção focada na Exposição Agropecuária (para alguns expoagro, para outros, simplesmente exposição e para outros pecuária), mas, agora, só pensamos no Arraiá. Ficamos nos indagando: Quais serão os shows deste ano?, Quais pratos serão servidos nas barraquinhas e que, certamente conquistarão o público. O Arraiá de Itumbiara se tornou o point da galera, como diriam os mais jovens e também da família, como diriam os mais velhos. No Arraiá encontramos muitas pessoas, reencontramos amigos de longa data e fazemos novas amizades. [...] ³³

“O arraiá de Itumbiara” é um elo que une pessoas das diversas camadas sociais, culturais, econômicas e políticas em torno de um festejo carregado de tradições e simbolismo religioso. Não há quem não se contagie com a animação do povo itumbiarenses que faz acontecer momentos alegres, danças e brincadeiras, trazendo à tona velhas tradições, reforçando laços de origem e recriando a caminhada de nossos antepassados. ³⁴

Não é algo incomum comentários pelas ruas da cidade ou em páginas de periódicos locais referentes ao Arraiá de Itumbiara como o “Arraiá do Zé”. Essa associação talvez se deva ao fato de que o Arraiá começou a ser realizado na gestão José Gomes, que logo de início deu prioridade ao evento em detrimento de outros, a exemplo da exposição agropecuária e do carnaval, que era organizado na Avenida Beira Rio, mas deixou de ser realizado pela atual administração. Não se trata de questionar se as pessoas aprovam ou não o

³³ JORNAL FOLHA DE NOTÍCIAS. Itumbiara: ano XIX, 28 jun. 2009. Não paginado.

³⁴ REVISTA CONTEMPORÂNEA. Itumbiara: Editora, ano I, n. 1. p. 22, Jun. 2008.

Arraiá, se gostam mais desse evento ou de outros, mas de pensar qual a intenção desse grupo dominante liderado pelo prefeito José Gomes ao controlar a prática do Arraiá. A falta de apoio a outras práticas parece compor uma expectativa que sugere o que devem ser as práticas, o modo de viver do itumbiarenses.

Assim, apesar de iniciado há poucos anos, o Arraiá já vai sendo colocado como evento tradicional, um símbolo da cultura nacional e de uma cidade que cada vez mais cresce e aparece em sua região e no cenário brasileiro. Tal qual a Avenida Beira Rio, o Arraiá de Itumbiara é considerado símbolo de uma “cidade plural”, representando “um elo que une pessoas das diversas camadas sociais”, suprimindo, também – nesse discurso – o que seria uma deficiência da cidade em proporcionar momentos de lazer à população, uma vez que neste evento a entrada é franca. O Arraiá segue, então, vinculado a essa imagem de uma Itumbiara vivida em consenso e, principalmente, ligado a um projeto específico de uma cidade que estaria se projetando nacionalmente, tendo como principal representante o prefeito José Gomes da Rocha.

Com a mesma perspectiva de demarcação de práticas e espaços, o Poder Público, ainda por meio da revista *Itumbiara, o maior canteiro de obras de nossa história*, traz a Ponte Affonso Penna como outro grande símbolo de Itumbiara:

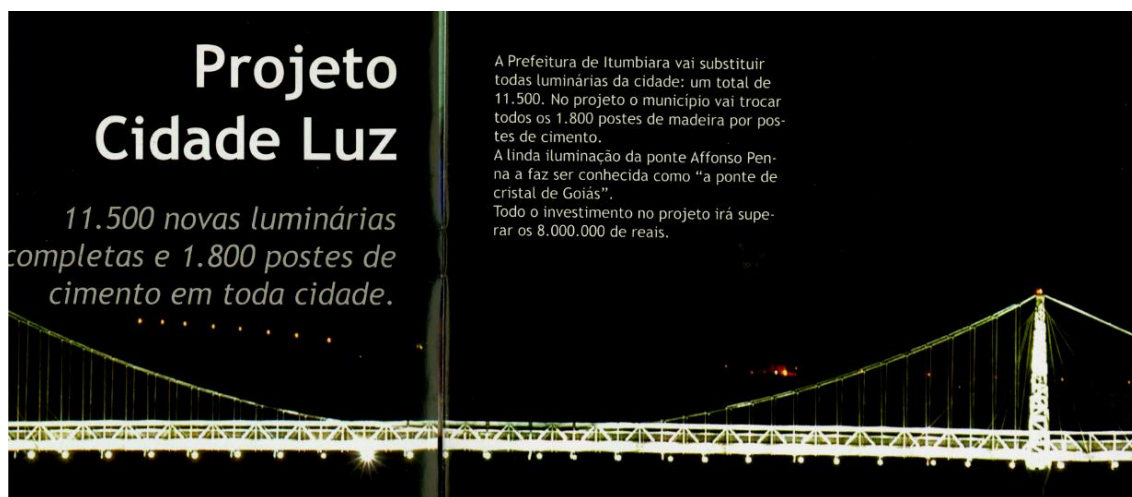


FIGURA 3 – Ponte Affonso Penna

FONTE: ITUMBIARA. Itumbiara, o maior canteiro de obras de nossa história. Itumbiara, 2006. Não paginado.

O efeito de luminosidade ilustrado na imagem acima é algo que realmente impressiona. Não é nada incomum moradores, pessoas da região, turistas ou mesmo viajantes ocasionais pararem para admirar e fotografar “a ponte de cristal de Goiás”. Esse alto

investimento na iluminação da ponte aparece sugerido na imagem como algo que compõe um projeto maior desenvolvido pelo Poder Público Municipal com o nome de “Cidade Luz”. Um projeto plural com a intenção de iluminar toda a Itumbiara com “11.500 novas luminárias completas e 1.800 postes de cimento em toda cidade”. Passados mais de quatro anos do anúncio do projeto, o fato é que apenas as ruas e avenidas tidas como principais receberam a nova iluminação. A “Cidade Luz” anunciada dentro de uma suposta movimentação para alcançar a “melhor qualidade de vida do Estado de Goiás” não se põe concretamente ao alcance de todos, mas segue abstratamente simbolizada na cintilante “ponte de cristal de Goiás” em conjunto com a luminosidade ofuscante da Avenida Beira Rio.

Na próxima imagem, parte integrante de um folder organizado para as comemorações do centenário, a Ponte Affonso Penna também recebe papel de destaque:

*Itumbiara: Caminho da Cachoeira
Caminho para construção de Brasília
Caminho da Marcha para o Oeste
Caminho dos Bandeirantes
Caminho para o Cerrado
Caminho para todos os homens e mulheres
que acreditam no trabalho
Itumbiara, há cem anos é o caminho
para o futuro. Venha viver
“o nosso centenário” mergulhando
no maior canteiro de obras de toda
a história.*

(José Gomes)



<i>José Gomes da Rocha</i>	<i>Prefeito</i>
<i>Francisco Domingues de Faria</i>	<i>Vice Prefeito</i>
<i>Fernando José de Andrade</i>	<i>Pres. da Câmara</i>
<i>Cairo Ferreira Batista</i>	<i>Vereador - Secretário</i>
<i>Divino Olímpio dos Santos</i>	<i>Vereador</i>
<i>Ednon Cândido Vieira</i>	<i>Vereador</i>
<i>João Batista Martins Borges</i>	<i>Vereador</i>
<i>José Antônio da Silva Netto</i>	<i>Vereador</i>
<i>Marcelo de Oliveira</i>	<i>Vereador</i>
<i>Nilson Alves Araújo</i>	<i>Vereador</i>
<i>Ricardo Takeo Hoshino</i>	<i>Vereador</i>
<i>Rubens Augusto Nader</i>	<i>Vereador</i>
<i>Valdeir Jesus de Oliveira</i>	<i>Vereador</i>




FIGURA 4 – Divulgação centenário de Itumbiara

FONTE: ITUMBIARA. Itumbiara, o maior canteiro de obras de nossa história. Itumbiara, 2009. Não paginado.

Colocar a reluzente imagem da ponte centralizada na capa deste folder comemorativo não me parece obedecer apenas a um critério de beleza. A intenção está muito mais em fortalecer a ponte como um símbolo da cidade e como o símbolo do centenário. Observando a parte inferior direita do folder, pode-se perceber uma espécie de selo comemorativo em que os

dois corações que substituem os zeros na formação do número 100 estão localizados entre as linhas que compõem o traçado da ponte Affonso Penna em meio ao azul do Rio Paranaíba.

Assinada pelo atual prefeito José Gomes, a narrativa posicionada por sobre a imagem da ponte pretende ser mais que um convite às homenagens, celebrações religiosas, inaugurações festivas de obras e outras atividades programadas para todos os dias de outubro de 2009, “o mês do centenário”. O conjunto composto pela narrativa e a imagem da Affonso Penna procura naturalizar a ideia de uma cidade em que os caminhos do progresso – desde a tradução da palavra Itumbiara (“caminho da cachoeira”) até o fortalecimento de uma suposta localização geográfica privilegiada – se traçam obrigatoriamente passando por este município de “homens e mulheres que acreditam no trabalho”. Assim, destacando-se a ponte em meio a esse material, a intenção não está em unicamente divulgar um cartão postal, um dos principais pontos turísticos da cidade e região. Mais que isso: a intenção é o fortalecimento de uma perspectiva que procura pensar a cidade de Itumbiara como “caminho luminoso para o futuro”.

A difusão dessa imagem de cidade – lugar progressista, caminho para o futuro, destaque do Sul de Goiás etc. –, tanto pelo Poder Público quanto pela imprensa local, não é uma prática pensada apenas por ocasião do movimento comemorativo do centenário. Em muitos periódicos das décadas de 1980 e 1990 também são percebidas práticas similares que buscam definir o que deve ser a cidade de Itumbiara. Na próxima narrativa, elaborada em meio à comemoração dos 72 anos de emancipação do município, a imagem de cidade destinada ao progresso desde os primeiros anos de sua formação, já aparece de maneira bem enfática:

Itumbiara é o astro-rei de imensa área na região sul de Goiás. A região de influência de Itumbiara é muito grande, daí a cidade ser taxada de Capital do Sul de Goiás. [...] Itumbiara, mais que nunca, experimenta um excelente surto de progresso, jamais vivido por esta terra. [...] aos 72 anos de vida, é uma cidade de porte médio com um futuro promissor assegurado. Para se chegar mais rápido a este futuro basta um aumento gradativo no bairrismo de cada um de nós, cerrando fileiras em torno de nossas autoridades que sempre estão dispostas a trabalhar por Itumbiara.³⁵

Nesse trecho, a já mencionada ideia de cidade destinada ao desenvolvimento aparece também envolvida em uma perspectiva participativa. Dito de outro modo, esse “progresso natural” não é colocado em função apenas da ação de pessoas ilustres e/ou políticos locais,

³⁵ JORNAL DE ITUMBIARA, Itumbiara, ano IX, n. 344. 12 out. 1981. Não paginado.

mas também de trabalhadores comuns que amam e defendem sua terra, colaborando com seu crescimento, e até mesmo cobrando melhorias das autoridades, se for o caso. Toda esta participação indica talvez uma forma de legitimar certo grupo dominante como sendo o que está colocando a cidade no rumo certo. Outra questão que aparece bastante enfatizada é a posição acupada por Itumbiara na Região Sul de Goiás. No primeiro número da revista *Itumbiara em Evidência*, de 1991, essa questão ganha grande proporção:



FIGURA 5 – Posição geográfica de Itumbiara

Fonte: ITUMBIARA EM EVIDÊNCIA, Goiânia, Gráfica e Editora O Popular, ano 1, n. 1, jul 1991. Contra-capa.

É interessante analisar a configuração da imagem em que Itumbiara aparece – primeiramente, ao lado das capitais da região Centro-Oeste: Goiânia- GO, Cuiabá- MT e Campo Grande- MS; em seguida, surge posicionada centralmente como um “coração”, um

ponto vital por onde passam os caminhos do desenvolvimento de todas as regiões do país. Sendo essa imagem integrante de um anúncio do Poder Público Municipal, toda a questão tende a ser restringida à tentativa de demonstrar a viabilidade econômica da cidade por sua localização geográfica. Porém, tão ou mais contundente que o *marketing* elaborado é a perspectiva de “cidade realizada”, “o futuro presente”, que se assemelha às grandes cidades do país.

O trecho que se segue tenta colocar em evidência uma Itumbiara que caminha a passos largos rumo à “modernidade”; ou mesmo, que já tenha alcançado essa condição;

Itumbiara descreve em sua trajetória urbana, a fisionomia de uma cidade que alcançou a modernidade. Modernidade de pensamento, de hábitos, e de compromissos.

[...]

Os itumbiarenses já esperavam a tempo por esta transformação. Ela veio de baixo para cima, de forma gradativa, consistente e planejada. [...] É com a Itumbiara de hoje, que seu povo sempre sonhou um dia.

A sagacidade desta gente, aliada ao tino administrativo do atual prefeito, foram fatores determinantes no rejuvenescimento da cidade. Seu aspecto jovial está nas construções com linhas arquitetônicas modernas, nas belezas de suas praças, no asseio de suas ruas, e na exuberante paisagem do rio Paranaíba.

A cada dia que passa Itumbiara está mais jovem e bonita. [...] A população tem correspondido com a Prefeitura Municipal no melhoramento urbano da cidade.

[...]

Itumbiara... a cidade onde todos vivem sob o mesmo signo. Onde todos se orientam pela voz e pelo comportamento de seu grande líder, e acreditam no **Dr. Luiz Moura**, como o bisturi mágico das administrações de todos os tempos.³⁶

A transformação que se quer enfatizar novamente aparece ligada à revitalização de ruas, praças e prédios públicos. Nesse sentido, a perspectiva de uma cidade sem conflitos se faz presente – “a cidade onde todos vivem sob o mesmo signo” –, na medida em que é na aparência dos seus espaços que se busca o indicativo de uma cidade moderna e de aparência jovem na qual “todos” esperam viver.

A Itumbiara que aparece pintada neste quadro – uma cidade moderna, onde todos os segmentos trabalham conjuntamente para chegarem a um destino previamente estabelecido, não é algo muito diferente daquela que aparece em outros pontos já discutidos até aqui. O motivo para isso não é que a busca tenha sido a apreensão das semelhanças existentes entre os “momentos históricos” vividos em Itumbiara. A questão é que as perspectivas apresentadas

³⁶ ITUMBIARA EM EVIDÊNCIA, ano 1, n. 1, p. 38-39. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, jul. 1991.

nos periódicos e outros materiais interpretados trazem a formulação de uma memória única para se legitimar a ação de quem supostamente está (re)colocando a cidade no “rumo certo”. Essa perspectiva vem sendo utilizada de forma semelhante pelo Poder Público na atualidade, algo que fica evidente nas palavras de sua principal liderança quando diz que a cidade esteve por muito tempo abandonada, mas que “agora esta caminhando para o rumo certo”.³⁷

Mais uma vez o clima festivo criado em torno do centenário de Itumbiara revela-se não apenas restrito a homenagens direcionadas à cidade e seus habitantes. Esse movimento comemorativo serviu de espaço para a produção e exposição de diversas obras de memorialistas, compondo parte das ações que tem por intenção fortalecer uma memória única que homenageia os “heróis que formaram a cidade”.

O livro *Itumbiara, um século e meio de história* parece ser a primeira de uma série de obras produzidas no final da última década do século XX e início do XXI, pretendendo resgatar “a história” e/ou “a memória” de Itumbiara. A obra foi adotada como material didático nas escolas da rede municipal e particular, ganhando então o *status* de referência de pesquisa para a “história de Itumbiara”, indicando, assim, não apenas uma concepção particular, mas uma perspectiva também adotada por segmentos dominantes e que, cada dia mais, vem se tornando hegemônica no interior das relações que vão sendo constituídas na cidade.³⁸

Há que se cuidar da história como forma de preservar a nossa identidade e ao que se sabe, somente aos 152 anos de seu surgimento, Itumbiara resgata tal compromisso mediante a edição desta obra denominada “ITUMBIARA, UM SÉCULO E MEIO DE HISTÓRIA”.

Num mergulho no tempo, Sidney Pereira de Almeida Neto, terceiro na sucessão do fundador de Itumbiara, Major Militão Pereira de Almeida e neto do maior vulto histórico local, o Coronel Sidney Pereira de Almeida, resgata um século e meio da existência dos filhos de Santa Rita do Paranaíba.

Nesta viagem pelo tempo, Sidney Pereira de Almeida Neto nos traz fatos históricos os mais relevantes, enumerando-os e aos seus personagens,

³⁷ Entrevista com o Prefeito José Gomes da Rocha. *Revista Varejo S/A*. Itumbiara. 100 anos de comércio forte, Itumbiara, ed. 1, ano 1, n. 1, p. 5. nov. 2009.

³⁸ Atualmente, quando se visita o site da Prefeitura Municipal de Itumbiara é possível encontrar no tópico “nossa história”, uma referência aos trechos do livro *Itumbiara, um século e meio de história*. Ver <<http://www.itumbiara.go.gov.br/historia.htm>>. Acesso em: jul. 2010. Isso consitui um forte indicador de a qual memória o Poder Público Municipal quer ligar-se e qual história quer afirmar como “correta” para a cidade, uma vez que o livro em questão carrega a pretensão de legitimar como patriarcas da cidade – inclusive fazendo a exposição de larga documentação “comprobatória” – pessoas como Major Militão Pereira de Almeida e Coronel Sidney Pereira de Almeida. A obra também tem sido citada em outros livros como no livro de autoria de Rogério Arédio Ferreira, lançado em novembro de 2009, ainda no rastro das comemorações do centenário da cidade. Em *Recortes de Itumbiara* o autor apresenta o objetivo de recortar em revistas, jornais, livros, enciclopédias as referências mais “interessantes” e as belezas naturais do município. Ver FERREIRA, Rogério Arédio. *Recortes de Itumbiara*. Goiânia: Editora Kelps, 2009. p. 121.

principalmente aqueles ligados a vida política-administrativa do município: a construção da Ponte Affonso Pena, inaugurada em 1909; a construção das duas primeiras rodovias do Brasil Central, ligando Itumbiara a Uberlândia e posteriormente a Mineiros, inauguradas respectivamente em 1917 e 1919. [...] Por outro lado, não descuidou o autor de fatos menores como o primeiro pouso de avião, o primeiro automóvel a circular na cidade, o surto da Gripe Espanhola, em 1919 as ações militares no município nas revoluções constitucionais de 30, 32 e 64, entre outros. [...] Sidney Pereira de Almeida Neto, cuja folha de serviços públicos registra sua passagem por diretorias de cultura e Secretarias Municipais, traz em seu livro ITUMBIARA, UM SÉCULO E MEIO DE HISTÓRIA, quicá sua maior contribuição à sociedade até os dias atuais, a de resgatar para sempre 152 anos de nossa história, período antes obscuro.³⁹

Do mesmo modo como é destacado nessa parte do prefácio, a obra procura reunir aquilo que o autor julgou serem os “fatos importantes”, protagonizados por “pessoas de destaque”, desde o surgimento do então povoado do Porto de Santa Rita, como forma de “preservar a nossa identidade”. Tendo o autor estreitos laços parentais com aqueles considerados fundadores da cidade – e isso é o hegemônico –, não haveria nenhum problema que este se identificasse e objetivasse buscar sua ancestralidade ou algo semelhante. O problema é que não se trata de uma obra auto-biográfica – embora pareça em muitos pontos. Na autoridade de quem se apresenta como descendente dos fundadores e de quem se vale da legitimidade científica de “documentos históricos”, vistos como auto-explicativos, o movimento apresentado no livro tenta estender tal resgate de identidade a todos os moradores do lugar.

É significativo pensar como Sidney Neto também coloca no livro outros fatos e personagens locais que, em sua avaliação, não são “importantes”, mas acabam ganhando espaço como “curiosidades”. Nesse sentido, outras obras produzidas no final dessa primeira década do século XXI procuram dar mais atenção aos acontecimentos do dia-a-dia considerados como “curiosos”. É o caso da próxima narrativa que compõe o livro *Meninos de Santa Rita*:

Seu Melquíades, “preto véiu”, barba branca, parecido com o Pai João, que aparece naqueles cartazes até hoje vendidos aos adeptos da umbanda, morava na esquina da Rua Alferes Tomás com a Rua 2, numa casinha no meio de um amplo quintal cheio de ervas e arbustos medicinais. Era um benzedor. Benzia quebranto, mau olhado e outras mazelas. Era perito, também, em chás e infusões para diversos males, desde gripe e resfriado até espinhela caída.

³⁹ NETO, Sidney Pereira de Almeida. *Itumbiara, Um Século e Meio de História*. Itumbiara: Produção Independente, 1997. p. 4.

Seu Melquíades era, além disso, o capitão da Congada de Santa Rita. Os ensaios, feitos em sua residência, atraíam muitos curiosos, entre eles os meninos de Santa Rita. A congada do Seu Melquíades consistia em um desfile gingado, com cantos em nagô e muita percussão, inclusive de guizos, presos aos tornozelos dos bailarinos. Era um cerimonial de afirmação das origens africanas de seus componentes onde, no final, se coroava o Rei Nagô e se vertia muita cachaça da pura.⁴⁰

Assim como nessa narrativa, em todo o livro o autor procura mostrar uma Itumbiara (ainda com o nome de Santa Rita) pelos olhos de sua própria infância. Na impossibilidade de se lembrar de todas as crianças da época, adota então o termo “meninos de Santa Rita” para, segundo ele, dar vida a uma Itumbiara ainda “romântica e pouco conturbada”. Embora os protagonistas das memórias narradas sejam alguns desses “meninos”, a obra não entra em desacordo com a linha seguida por outros livros de memorialistas, ou seja, reserva espaço privilegiado aos chamados fundadores da cidade.

Como, então, figuras como seu Melquíades podem ganhar espaço nas memórias desse autor e de outras pessoas do lugar? Sem desconsiderar a importância de um sujeito “benzedor” e com tantos conhecimentos de ervas e raízes medicinais – imaginando uma possível carência de “médicos formados” atuando nessa localidade naquele período (década de 1940) –, seu Melquíades parece entrar em cena como o exótico e/ou excêntrico. É colocado ao lado de outras figuras de Itumbiara percebidas como folclóricas, tais como a Maria doida, Maria Mijona, entre outros tantos, narrados nesse e em outros livros.⁴¹ Assim sendo, não estão ali como os fundadores ou patriarcas que colocaram Itumbiara no “caminho certo”, mas situados como parte da “cultura folclorizada”, lendas e mitos do lugar. Como sugere a

⁴⁰ ALMEIDA, Ruy Pereira de. *Meninos de Santa Rita*. Goiânia: Editora Kelps, 2010.

⁴¹ Ruy Pereira de Almeida também é autor de uma obra anterior, mas que segue linha semelhante. Tal qual em *Meninos de Santa Rita*, pretende com suas crônicas e causos – publicadas ao longo dos anos em jornais e revistas da região – mostrar uma Itumbiara ainda “romântica e pouco conturbada”. Para esta e outras obras com perspectiva semelhante, ver:

ALMEIDA, Ruy Pereira de. *Itumbiara: nas janelas do tempo*. Goiânia: Editora Kelps, 2008.

LIMA, Getúlio. *Mergulhos no passado*. Goiânia: Editora Kelps, 2007.

_____. *Mergulhos no passado II*. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

MARTINS, Álvaro. *Minha aldeia: prosa e verso*. Itumbiara: Gráfica Planeta, 2008.

_____. *A saga dum aldeão*. Itumbiara: Gráfica São Paulo, 2005.

_____. *Preso ao presente, ligado ao passado*. Itumbiara: Gráfica Planeta, 2008.

CUBAS, Aristéia Braga de. *Memórias e raízes*. Itumbiara: Editora Terra Azul, 1996.

FREIRE, Nilson. *Obituário de ilustres e anônimos nos cem anos de Itumbiara*. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

_____. *Itumbiara, cidade imaginária*. Itumbiara: Gráfica Terra, 2006.

próxima narrativa, esses sujeitos que “enriquecem o folclore local” também são envolvidos (aliás, como todos) em movimentos que pensam a sociedade como uma massa homogênea:

Agora, Itumbiara caminha a passos largos!

A onda de progresso que hoje se observa em Itumbiara é algo fabuloso e inédito. As incontáveis obras realizadas, ou em execução, já criaram um sentimento positivo, um estado de euforia, que está contagiando até os mais céticos.

Temos motivos de sobejo para celebrar em grande pompa o próximo aniversário da cidade. Nunca Itumbiara esteve tão feliz, tão confiante no progresso e nos dias futuros.

Do humilde gari, ao secretário; do pequeno ao grande empresário; dos trabalhadores braçais aos mais qualificados prestadores de serviços: todos festejam o despertar desta Nova Itumbiara.⁴²

Nessa passagem, presente em uma parte do livro chamada *Crônicas Diversas*, Álvaro Martins escreve o texto em forma de carta endereçada ao prefeito José Gomes. O restante do texto segue nessa linha de agradecimento pela *Nova Itumbiara* que agora “caminha a passos largos”. O autor assume-se como porta voz de toda sociedade agradecida por uma situação tão “favorável atualmente”. Não parece ser coincidência que em Itumbiara os livros de memorialistas produzidos, principalmente no final dessa primeira década do século XXI, acabem por difundir a idéia de cidade que finalmente alcançou a felicidade. De outro modo, parecem compor um projeto que visa organizar valores, modos de viver, buscando sua afirmação ao ligar-se nos caminhos daqueles que “fundaram” o lugar, reforçando tal memória e, ao mesmo tempo, buscando legitimidade para as ações que se quer empreender no presente.

Até aqui, a problematização de determinadas práticas sociais expressas principalmente nos materiais produzidos pela imprensa local evidenciou a constituição – ou mesmo o fortalecimento – de uma memória que visa definir o que é a cidade de Itumbiara. Essa definição consequentemente acaba uniformizando o modo como os sujeitos elaboram seus valores, crenças e modos de viver a/na cidade. Muito embora a perspectiva sugerida pelos materiais discutidos tenha sido a de uma cidade consensual, em alguns desses materiais é possível perceber uma cidade que se faz, em grande medida, na contradição. Neste caminho de visualização do campo de tensão cotidiano estabelecido entre diversos modos de viver constituídos pelos sujeitos, Déa Fenelon considera que:

Se compreendemos a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico com características marcantes, queremos

⁴² MARTINS, Álvaro. *Minha Aldeia*: prosa e verso. Itumbiara: Gráfica Planeta, 2008. p. 108.

lidar com estas problemáticas como a história de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, para fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças. [...] a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade.⁴³

O encaminhamento proposto pela autora, ou seja, pensar a cidade como lugar de transformações, vividas de forma tensa e contraditória pelos diversos sujeitos sociais, contribui não só para que se questione o movimento, acompanhado até aqui, de fortalecimento de uma memória única e homogeneizadora das relações sociais, mas para que se busque a cidade dentro dos significados produzidos pelos diversos sujeitos e segmentos sociais na dinâmica das relações que vão se estabelecendo cotidianamente. Nesse sentido, o que se segue, como Fenelon mesmo sugere, dialoga com a perspectiva de que são as relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade.

O trecho a seguir faz parte de uma reportagem elaborada com base em pesquisa especialmente empreendida para a edição de lançamento do jornal *O Regional* no dia 12 de Outubro de 1985. Vamos a ele.

Nas duas últimas semanas a dona de casa itumbiareense vem enfrentando, com mais assiduidade, o problema da falta de recolhimento do lixo doméstico pelos caminhões da municipalidade. Principalmente em ruas mais distanciadas do centro da cidade a situação se apresenta com aspecto “horrível” como definiu Alda Maria das Graças, moradora da rua 8. Nesta Rua o lixo era recolhido regularmente, mas nos últimos 15 dias, segundo afirma ainda Alda, as moradoras estão no que se pode chamar de verdadeiro sufoco, uma vez que os lixos colocados nas portas das casas não foram recolhidos, servindo, então, de farto cardápio para os cachorros vadios. “A bagunça não é o pior da situação”, analisa Alda, que não se esquece de ressaltar que o pior mesmo é o mau cheiro que exala dos entulhos por causa da elevada temperatura da cidade.

Mas os problemas não param por aí. Até mesmo algumas intrigas entre os vizinhos são travadas, pois com as chuvas o lixo que estava em uma porta foi levado até as portas alheias, causando assim um atrito. “É um Deus nos acuda”, desabafa outra moradora da cidade, que prefere ficar no anonimato. Ela mesma acrescenta que “o vizinho tem razão, mas sua irritação é tanta

⁴³ FENELON, Déa R. Introdução. In: _____. (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. p. 7.

que se esquece que todos os moradores de sua rua estão vivendo o mesmo problema”.

“Não é questão de querer provocar uma tempestade com um copo com água; a questão é que não podemos aceitar o fato de Itumbiara, uma cidade com mais de 100 mil habitantes, ter apenas dois caminhões para efetuarem o recolhimento do lixo doméstico. É uma justificativa da municipalidade que não é concebível”. Desta forma comenta ao jornal **O Regional** acerca da questão, Zilda Darc Gonçalves, “privilegiada”, como ela mesma diz, moradora do Village. Ela afirma: “na verdade não tenho tido problema com o recolhimento do lixo doméstico, pois este serviço no Village que é um bairro residencial pequeno e bom, mas fico profundamente irritada com o fato que acontece em outros setores da cidade”. Zilda Darc ressalta que não é apenas o lixo doméstico que causa transtorno: “Temos o lixo das novas construções que estão sendo feitas na cidade, que fica aos montes pelas ruas prejudicando o tráfego normal de veículos”.

[...]

Transtorno diferente acontece mesmo com Irany, empregada doméstica da casa 265, na Avenida Santos Dumont. Sua patroa que fica fora a semana inteira, ao chegar encontra, na porta de sua casa, um amontoado de lixo. “Não tenho culpa”, explica Irany à sua patroa Maria Júlia. Ela continua explicando a patroa que tem adotado a medida mais conveniente que é o uso do saco plástico para evitar que o lixo fique exposto. “Mas não é feito o recolhimento e eu acabo levando a pior, pois os cachorros rasgam os plásticos, e o vento toca toda sujeira para dentro de casa”, conta Irany.

Para ela, Irany, não adianta tentar contribuir com a municipalidade no sentido de facilitar a coleta usando sacos plásticos para colocar o lixo. “O caminhão não passa e fica tudo na mesma”, garante Irany. “E olha que sou até caprichosa, pois varro até mesmo grande parte da rua, uma vez que o serviço de garis é praticamente inexistente”.

Salientando que não tem problemas com o recolhimento de lixo doméstico, Albertina Marques Padilha, moradora da Praça da República, não esquece, porém, de fazer uma importante observação: “Eu mesma não tenho este tipo de problema, pois estou morando no centro da cidade, local que sempre merece mais atenção da municipalidade, contudo, preocupo-me com a situação num aspecto geral, uma vez que moro numa rua, mas sou da cidade”.

[...]

Enfim, a questão do recolhimento do lixo doméstico é vista por todos os itumbiarenses, que por não ficarem trancados dentro de casa, sabem muito bem como está a situação em diversas ruas e logradouros públicos.⁴⁴

No editorial de lançamento de *O Regional*, o diretor do jornal afirma estar surgindo uma nova etapa da imprensa em Itumbiara, uma vez que *O Regional* firmaria sua atuação na cidade com total imparcialidade. Nesse ponto, o mesmo editorial traz sua contradição ao anunciar a intenção de auxiliar tanto os “setores de decisão quanto as camadas populares”, deixando clara sua visão sobre os que devem e os que não devem ter decisão na cidade. Seu “estratégico” lançamento na data de aniversário de Itumbiara, mostrando as reivindicações

⁴⁴ O REGIONAL. Itumbiara, ano I, n. 3. 20 out. 1985. Não paginado.

para uma cidade melhor, aparece como o que o diferencia ante outros periódicos locais. Mesmo assim, como todos os outros, não deixa de se ligar à comemoração com reportagens sobre “a fundação” e as figuras “ilustres” que “fizeram a história da cidade”.

Nos momentos iniciais de sua atuação na cidade, o jornal procura seguir em uma perspectiva baseada na contribuição para uma Itumbiara melhor para todos; daí a questão: *o que Itumbiara estaria precisando?* Considerando-o como agente ativo na constituição das relações sociais que se estabelecem na cidade, chama atenção a forma pela qual busca o fortalecimento de sua imagem como um periódico que surge não só para informar, mas, principalmente, atuar em conjunto com os cidadãos na solução dos problemas que estariam afligindo o lugar. Ouvir os moradores no que avaliam como possíveis melhorias para a cidade, emerge como o que pode legitimar a ação do jornal enquanto “utilidade pública”.

Mais que boas intenções, percebo, por parte dos que comandavam esse periódico naquele momento, a intenção de se firmarem entre aqueles que podem falar em nome dos interesses de toda a sociedade local. Para além da denúncia quanto à inoperância do Poder Público Municipal no que diz respeito à limpeza pública e aos privilégios concedidos a algumas partes da cidade em detrimento de outras, meu interesse nessa reportagem foi perceber a movimentação de uma cidade sendo disputada de forma desigual e de maneira classista. O compartilhamento de um problema que, segundo o jornal, acaba unindo a sociedade, revela sim uma cidade compartilhada, porém vivenciada em meio a condições distintas pelos segmentos sociais que a compõem.

A vivência da questão por parte dos sujeitos é tratada como fato menor, ou seja, são intrigas que não teriam importância ante um problema que estaria afetando a todos. Prova desta preocupação maior por parte de toda sociedade seria o fato de que mesmo os moradores de “bairros centrais” não enfrentando a falta de recolhimento do lixo doméstico, estariam preocupados com outras partes da cidade, desprivilegiadas nesse aspecto. Sendo o foco do jornal revelar o “problema maior” da deficiência na limpeza pública, acaba enxergando homogeneidade na forma por meio da qual diversos sujeitos experimentam e avaliam determinadas questões que vivenciam cotidianamente. Coloca como igualdade o que é vivido de forma desigual.

Dessa maneira, não parece ser a mesma questão para todos, no sentido de que a preocupação da “privilegiada” moradora do Village – “um bairro residencial pequeno e bom”, preocupada com os entulhos de construções que prejudicariam o tráfego de veículos (inclusive o dela, provavelmente) – é diferente da situação de outros sujeitos acometidos pelo

mau cheiro do lixo não recolhido, muitas vezes espalhados na frente da porta de suas casas pelos cachorros ou pela enxurrada em períodos chuvosos.

Da mesma forma, o caso da patroa e da empregada doméstica – tratado simplesmente como algo curioso – expressa questões diferentes, experimentadas por sujeitos que vivem a/na cidade de maneiras diferentes. Quando Irany se defende dizendo “não tenho culpa [...] sou até caprichosa, pois varro até mesmo grande parte da rua”, não está apenas preocupada em ser acusada de não contribuir com a limpeza pública. O que está em jogo para ela é o emprego de empregada doméstica, que pode representar, em determinadas circunstâncias, a única fonte de sustento de sua família, o que evidencia a condição de quem efetivamente precisa trabalhar, usar transporte coletivo diariamente (ou mesmo ir a pé, economizando para algo de mais necessidade), enfim, uma condição de classe diferente de sua patroa, alguém que pode pagar pelos serviços domésticos de uma trabalhadora como Irany.

A imagem da empregada doméstica preocupada com o lixo espalhado pela porta da patroa é um recurso que visa aplainar a realidade ou mesmo omitir outras dificuldades enfrentadas por trabalhadores pobres como Irany, pessoas que, na maioria das vezes, moram em locais da cidade sem acesso a água encanada, rede de esgoto, asfalto e luz elétrica, dentre outros problemas.

A problematização da próxima reportagem pode oferecer mais elementos para se pensar uma cidade que vai sendo projetada de maneiras diversas por seus segmentos sociais.

[...] Há muito tempo que os moradores da Avenida Brasília, no quarteirão entre a Avenida Trindade e a Rua Sonolento, já não podem deixar as crianças transitarem livremente fora de suas casas. O motivo é a velocidade empreendida pelos veículos que por ali transitam.

Se esta preocupação já existia há tempos, ela se intensificou com o aumento do movimento de carros e outros veículos que passam por lá em alta velocidade, segundo depoimentos de seus moradores. Diante do problema, resolveu-se procurar o prefeito municipal, o qual, não deu solução. Assim, os moradores resolveram comprar o material necessário para instalação no quarteirão, de “lombadas” visando a conter velocidade. A intenção era de construir quatro desses levantamentos de superfície. Conta José Candido Machado Filho, morador da casa de número 98, que quando chegou até a prefeitura a notícia de que eles estavam iniciando a obra, logo vieram os caminhões da Administração Municipal, acompanhados da polícia para levar o material embora. Com a ameaça de serem processados por apropriação indébita, os funcionários municipais resolveram ir embora. “Nunca recolheram os entulhos defronte minha casa, agora queriam pegar o que não é deles”, desabafa José Cândido.

A revolta dos moradores do quarteirão é grande. Com cerca de vinte crianças, a alta velocidade traz perigo, principalmente, a elas. Jorge de Paiva Gebrim, 23 anos, comerciante, lembra que recentemente, uma criança foi

atropelada no quarteirão. Diz que o trânsito em si não é tão perigoso mas sim os “cavalos-de-pau”.

Após o incidente entre os funcionários da Prefeitura, Conta José Cândido, que o Prefeito os convidou para até a Prefeitura para conversar sobre o assunto. Lá o Prefeito teria se confessado “particularmente” contra a construção de “lombadas”, aprovando apenas a construção das mesmas, no local onde os moradores já haviam feito abertura no asfalto, defronte à sede do CRI. O Prefeito Waterloo Araújo, apesar de ter dito que era contra o levantamento de superfície nas vias públicas, disse que iria instalá-las por toda a cidade, não deixando, no entanto, que ali – apesar do perigo – o serviço fosse feito de acordo com as necessidades locais e sem onerar os cofres públicos.

Clésio Paula Júnior, 25 anos, está como os outros: preocupado com a vida das crianças da rua. “O excesso de velocidade tira toda nossa calma”, diz ele. E o senhor Pedro Gonçalves, garante que realmente o perigo é muito maior do que se pensa. Ele lembra que o poste de transmissão de energia elétrica, instalado defronte sua casa, já foi derrubado duas vezes por motorista em alta velocidade. “Se a Prefeitura não fizer a obra, nós então a faremos, o que não queremos é que essa situação continue”. [...] ⁴⁵

As questões apontadas na reportagem fazem emergir, na verdade, muito mais que um desentendimento entre moradores de um quarteirão da cidade e o Poder Público Municipal. Indicam diferentes sujeitos com valores, sentimentos, preocupações e modos distintos de viver em um lugar. Sendo assim, seguem disputando espaços e/ou negociando territorialidades. Por esse prisma, até mesmo um caso aparentemente simples como a construção de uma lombada, acaba por envolver prioridades conflitantes vividas por grupos diferentes. Enquanto alguns resolvem se organizar para a construção de uma lombada, temendo possíveis acidentes, outros se preocupam mais com a dificuldade oferecida por tal obra ao trânsito de veículos na cidade.

Os desdobramentos dessa e de outras situações apontam na direção de uma correlação de forças que vai ganhando formas cotidianamente. Os moradores em questão sabem de sua desvantagem para com o Poder Público que age guarnecido pelo código de trânsito e tantos outros estatutos. Por isso, pressionam como podem – “se a prefeitura não fizer a obra, nós então a faremos” –, e argumentam diante das falhas da prefeitura: “nunca recolheram os entulhos defronte a minha casa”. Diante da possibilidade de acusação do não cumprimento de seu trabalho, o prefeito resolve, mesmo contrariado, terminar a obra já começada, mas apenas em parte.

Na verdade, o que vem à tona com a reportagem são muito mais as contradições e as tensões da cidade evidenciadas nos modos de viver de diversos sujeitos sociais do que o consenso sugerido nos periódicos e livros já discutidos até aqui. Assim sendo, a perspectiva

⁴⁵ O REGIONAL. Itumbiara, ano II, n. 52, p. 3, 15 mar. 1987.

que venho seguindo até aqui e pretendo dar continuidade no presente trabalho visa pensar como valores, expectativas e sentimentos tensionam modos de viver e vão, contraditoriamente, constituindo a cidade de Itumbiara

CAPÍTULO II

TRABALHADORES NEGROS EM ITUMBIARA: BUSCANDO SUJEITOS, ENCONTRANDO A CIDADE

No capítulo anterior, procurei problematizar projetos e imagens de cidade os quais vêm sendo articulados por grupos dominantes em Itumbiara a partir de 1980. Tais projetos e imagens trazem em si uma perspectiva de “cidade realizada, plural, harmônica”, que não se sustenta quando a abordagem é deslocada para as relações sociais desenvolvidas por diversos sujeitos que vivem esta/nesta cidade de maneiras distintas e em desigualdade de condições. A discussão que se segue busca “trazer à tona” uma cidade sendo constituída de maneira tensa e contraditória, mas, também, por meio de consensos e negociações.

Procurei alcançar esse objetivo estabelecendo um diálogo com alguns trabalhadores negros integrantes de grupos de Congado da cidade de Itumbiara. A escolha por dialogar com esse grupo específico não se deu no sentido de se querer desvendar uma “cultura exótica”, vista como “sobrevivência folclórica”, mas pela possibilidade de problematização de modos de viver a/na cidade de Itumbiara, a partir da década de 1980. Isso, partindo da compreensão de que tais sujeitos, com trajetórias distintas e, ao mesmo tempo, tão semelhantes – pela condição de classe que vivenciam –, compartilham, disputam e vivem essa cidade por meio de relações desiguais, mantidas junto a outros segmentos da sociedade itumbiareense.

Inicialmente, minha avaliação era de que a prática do congado era a condição que unia tais trabalhadores, ou seja, era o fator que os tornava iguais. Com o aprofundamento da pesquisa, pude perceber outras questões e experiências comuns. Percebi que essas pessoas eram sujeitos que, por exemplo, haviam experimentado, em alguma medida, a condição de viver como migrante, andando de um lugar para outro a procura de melhores condições de vida.

Nesse sentido, conversar com as irmãs Iracema Pereira da Silva e Luzia Santos Florêncio, integrantes do grupo Moçambique Real, possibilitou uma melhor compreensão acerca de experiências e trajetórias de vida que se fazem em meio à incerteza do que se pode encontrar a cada novo lugar ao qual se chega e no qual, mesmo que temporariamente, se estabelece morada:

[...] eu nasci numa cidadezinha em Minas Gerais com o nome de... cidadezinha? um lugarejo com nome de... é Mutuca [...] mas nos documentos é... eu pus assim que eu nasci em Romaria né?, lá em Monte Carmelo, os documento tudo é de Monte Carmelo, e ficô como se eu fosse nascida lá. Porque na época a cidade ainda não tinha Comarca. Antes de eu vim pra

Itumbiara, eu Morava em Tupaciguara, Minas Gerais também. E... e muito menina, filha de família humilde, e... eu, meu pai eu não conheci, tinha padrasto. E esse padrasto trabalhava de carregador. E a gente veio pra cidade de Itumbiara pra procurar melhora de vida. Isso eu tinha, meus onze, doze anos. Aí viemos pra qui, e aqui estou até hoje.⁴⁶

Eu nasci de sete meses, na beira da estrada, perto de Patos de Minas. E, minha mãe era filha de um pequeno fazendeiro, mas se tornou alcoólatra, a nossa mãe... se tornou alcoólatra ainda lá no engenho das terras dele, quando ela tinha doze anos, meu avô mandou ela embora de casa e ela se tornou andarilha. [...] Quando eu tinha sete anos ela tentou morar na casa do pai de novo, por isso que eu conheci... a fazenda, conheci meu avô. Conheci lá a casa, conheci tudo lá, mas... com três meses ela bebeu de novo, meu avô e meus tios deu uma surra nela, mandou ela embora de novo e nós fomos pro mundo de novo. E, vivemos assim até a idade de dezenove anos, a gente viveu assim, no mundo, como andarilha mesmo. Eu sei lê e escrever, já escrevi dois livros, mas nunca fui à escola. Apreendi a lê e escrever pedindo pra morar nas casas quando era bem criança. Então... procurei, ta, assim, aproveitando até do sofrimento, pra aprender a viver como pessoa, na dignidade de pessoa humana e filha de Deus.⁴⁷

As duas entrevistadas, buscando recompor um pouco de suas experiências, compartilhadas por serem irmãs e também pela condição de classe, falam de um viver extremamente difícil, andando de cidade em cidade pelas estradas do Triângulo Mineiro e Sul de Goiás. Acampavam em qualquer lugar a fim de passar a noite ou mesmo alguns dias quando não podiam partir para outro lugar sem antes conseguirem algum dinheiro ou algo para comer.

As irmãs Luzia e Iracema colocam o sofrimento como algo muito comum desde o início de suas vidas. Mesmo assim, experimentar situações como a falta de uma residência fixa e todas as privações trazidas por esta condição (como, por exemplo, a impossibilidade de frequentar regularmente uma escola), bem como a convivência com uma mãe que se tornou alcoólatra desde adolescente, não conseguiu fazê-las simples vítimas a lamentar um destino injusto. Como tantos outros sujeitos, elas precisaram aprender a conviver com o sofrimento, ou mesmo aproveitá-lo para “aprender a viver”.

Mesmo depois da vida um pouco mais estabilizada (no sentido de se fixarem em uma cidade, Tupaciguara-MG, vivendo em uma casa com o padrasto que trabalhava como carregador), ao que tudo indica, as dificuldades permaneciam. Daí a vinda para Itumbiara em busca de “melhora de vida”.

⁴⁶ SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva*: depoimento [jul. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

⁴⁷ FLORÊNCIO, Luzia Santos. *Luzia Santos Florêncio*: depoimento [jul. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

O caso da família de dona Luzia e dona Iracema é, com certeza, o mais intenso no que se refere à migração enquanto alternativa (ou falta dessa) para a sobrevivência de muitas famílias. Porém, para outros sujeitos com os quais pude conversar, a mudança de um lugar para outro também parece ter surgido em determinado momento da vida como possibilidade, em função de um desejo de se viver dias melhores. É o que se pode observar com Cecília Conceição de Oliveira e sua filha Jesuslene de Oliveira Silva, lideranças do grupo Congo Beira Mar:

Yanglely: Antes de Itumbiara vocês viviam na cidade de...?

Jesuslene: Sacramento. É, meus avós, meus pais veio de Sacramento.

Cecília: Nós viemos lá de Conceição das Alagoas [...]

Yanglely: Então o que motivou essa vinda pra cá foi...

Jesuslene: Melhores condições de vida, porque toda vida foi trabalho rural. [...] Morava na fazenda, trabalhava na fazenda, então veio assim; os filhos veio pra cidade, minha mãe veio primeiro e depois veio mais alguns, mas meu avô e minha avó permaneceram na fazenda, eles trabalhava na fazenda. O trabalho do meu avô toda vida foi rural mesmo, mexia com vaca, com roça. [...].⁴⁸

Em meio às questões apontadas pelas entrevistadas, o trabalho aparece como questão central em suas vidas. Sendo a família delas constituída por trabalhadores rurais, as mudanças pelas cidades do Triângulo Mineiro, Sacramento e Conceição das Alagoas até a chegada em Itumbiara, localizada no Sul Goiano, indicam, talvez, a busca por melhores condições em atividades no campo ou mesmo a falta de postos de trabalho nos mencionados municípios mineiros.⁴⁹

As famílias de dona Cecília e das irmãs Iracema e Luzia chegam em Itumbiara em meados da década de 1960. Esse também é o caso de dona Terezinha e seu Alcides, casados há 45 anos e integrantes do Congo Beira Mar, que é comandado por dona Cecília. O casal era também advindo da região do Triângulo Mineiro.

Yanglely: Vocês sempre viveram em Itumbiara, nasceram aqui mesmo?

⁴⁸ OLIVEIRA, Cecília Conceição de; SILVA, Jesuslene de Oliveira. Depoimento [out. 2009]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa das entrevistadas, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

⁴⁹ Discutindo as condições de vida de muitos trabalhadores rurais na cidade de Monte Carmelo-MG nas décadas de 1970 e 1980, Antônio de Pádua Bosi, de forma semelhante, analisa que, diante do insucesso na zona rural, a opção de muitas famílias que viveram na região do Triângulo Mineiro a partir de 1940 foi migrar de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida. Ver BOSI, Antônio de Pádua. *Os "Sem Gabarito": Experiências de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980*. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 31-32.

Terezinha: Eu nasci na cidade de Canápolis, Minas Gerais né? eu vim pra Itumbiara eu tava com três anos de idade. [...]

Alcides: Em 58 eu travessei pra cá, eu sou de Uberlândia. Em 58 a gente veio vindo pra Goiás. Eu morava em Ituiutaba, aí viemos pra cá, meu tio chamou a gente, [...] Aí ficamos aqui, na lavoura né? daqui lá dá uns... dá 24 quilômetros. Aí... depois a gente foi aqui pra prainha, depois foi lá pra Barra da Meia Ponte. [...] Pra baixo de Cachoeira, (cidade de Cachoeira Dourada - GO) é, das Pontizinha. Aí a gente... lá conheci a Tereza a gente... casamos lá em... sessenta e... 66.⁵⁰

De maneira semelhante aos outros depoimentos trazidos anteriormente, seu Alcides e dona Terezinha falam da chegada em Itumbiara em um mesmo período, empregando-se também em fazendas da região para a realização de diversas atividades rurais ou, no caso da família de dona Luzia e dona Iracema, atraídos pela possibilidade de o padraсто empregar-se como carregador nos galpões de estocagem de grãos existentes na cidade. A chegada destes sujeitos em Itumbiara num mesmo momento não se trata apenas de mera coincidência. Trata-se de uma época em que a cidade passa a ser conhecida como um dos celeiros de Goiás, destacando-se principalmente na produção de arroz.

Essa ideia de que a cultura do arroz trouxe grandes avanços para Itumbiara nesse período é bem difundida por meio da mídia e também nas obras de alguns memorialistas locais. É o caso de Sidney Pereira de Almeida Neto que conclui: “nas décadas de 1960, 1970 e 1980, Itumbiara foi conhecida nacionalmente como a capital do arroz. [...] A cidade girava sua economia em torno da agricultura do arroz”.⁵¹ Essa noção fechada e linear de progresso econômico como definição do vivido⁵² vai na contramão da perspectiva que tenho buscado no presente trabalho, ou seja, pensar como diversos sujeitos vão dando formas à cidade a partir de suas experiências, suas práticas, enfim, de seus modos de viver.

No caso dos sujeitos citados, a permanência em fazendas não se deu por um período longo. Assim que puderam, procuraram estabelecer-se no perímetro urbano. Como é comum

⁵⁰ SILVA, Terezinha Maria do Nascimento; SILVA, Alcides Gomes da. Depoimento [mai. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa dos entrevistados, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

⁵¹ NETO, Sidney Pereira de Almeida. *Itumbiara, Um Século e Meio de História*. Produção Itumbiara: Independente, 1997. p. 58.

⁵² Outro memorialista, Getúlio Lima, também reproduz em sua obra esta ideia do progresso econômico em Itumbiara proporcionado pela cultura do arroz a partir dos anos 1960. Entretanto, mesmo refém de tal perspectiva, o autor procura discutir outra questão. Em meio à “euforia do progresso”, Getúlio Lima rapidamente aborda as condições precárias de vida enfrentadas por muitos migrantes nordestinos que teriam vindo para Itumbiara nesse período à procura de trabalho nas fazendas da região. Essa questão traz mais evidências de que, nessa época, Itumbiara chegou a representar, para muitos trabalhadores, uma possibilidade de melhores condições de vida. Algo que, se não refletia a realidade, pelo menos seguia recebendo forte propaganda neste sentido. Ver LIMA, Getúlio. *Mergulhos no Passado*. Goiânia: Kelps, 2007. p. 139-140.

acontecer na maioria das cidades, essas famílias de trabalhadores pobres tiveram que ocupar áreas distantes da região considerada central.

Quando nós veio da fazenda, meu pai e minha mãe nós, eu tinha que? quando vim da fazenda, 5 anos? 5 anos; nós foi pro bairro Novo Horizonte, nós morava no bairro Novo Horizonte... rua Santa Tereza, era naquele meio ali, era muito pouca casa na época. Aí porque era muito fora meu pai conseguiu trocar lá, vendê lá e comprô de cá. Só que a nossa casa não era aqui, era ali onde é a rua, mo meio da rua. Era de palafita [...] de taboca com barreada, nossa casa era ali... aí veio o prefeito que ia abri a rua e nós passou pra cá.⁵³

As condições acima descritas por dona Jesuslene são, na verdade, condições compartilhadas por muitas famílias. Gastar as economias com a compra de um terreno – mesmo que sem garantias legais –, improvisando moradia em área sem qualquer estrutura, muitas vezes, é o que se apresenta como única alternativa para pessoas sem recursos suficientes para os custos do aluguel em bairros já constituídos e estruturados dentro da cidade. O bairro Novo Horizonte, citado pela entrevistada, assim como o bairro Setor Oeste, para onde sua família mudou-se posteriormente – além da Vila Mutirão, onde dona Jesuslene reside atualmente –, são os locais onde hoje vive a maioria dos sujeitos com os quais venho dialogando até aqui. O mapa a seguir indica onde estão posicionados na cidade esses bairros.

⁵³ SILVA, Jesuslene de Oliveira. *Jesuslene de Oliveira Silva*: depoimento [set. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.



FIGURA 6 – Mapa mostrando uma parte da cidade de Itumbiara- MG.

FONTE: <http://www.camaradeitumbiara.kimolos.uni5.net/v2/site/index.php?p=conteudo&id=5>. Acesso em 06 mai. 2011.

Ao serem questionados sobre as condições de vida nesses setores da cidade, a maioria dos sujeitos avalia que as condições são satisfatórias. Contudo, é preciso considerar que, quando indicam esta satisfação, não estão apenas considerando o presente, mas estão levando em conta também as dificuldades de outros tempos em que essa parte da cidade não dispunha de nenhum tipo de estrutura de saneamento, asfalto ou energia elétrica. O fato de contarem atualmente com tal estrutura mínima aparece, então, como conquista. Isso não quer dizer que estejam plenamente satisfeitos com a condição atual dos bairros. Ao contrário, tem-se o desejo de que os investimentos realizados em outros espaços da cidade, e que compõem os projetos de revitalização discutidos no capítulo anterior, também cheguem aos locais onde residem.

Mesmo com todas essas idas e vindas, a fixação em uma cidade nunca foi, para estas pessoas e para tantas outras, o fim dos problemas, pois o morar em lugar fixo remete a outras disputas e negociações também problemáticas: sobreviver, arrumar trabalho, ter casa, construir territórios e identificações. O trecho que se segue traz indicações de como, diante das dificuldades impostas pelo viver em Itumbiara em meados da década de 1960, a solução encontrada por muitos sujeitos foi partir novamente em busca de “melhores condições de vida”.

Yanglely: Então vocês ficaram fora daqui um tempo?

Terezinha: Ficamos. Moramos no Estado de Minas, Fronteira, aí foram pra o Estado de São Paulo é... Teodoro Sampaio, moramos aí... retornamos, Araporã – MG né? aí moramos 10 anos.

Alcides: Trabalhando na usina...

Terezinha: Usina Alvorada.

Yanglely: Mas, quando saíram daqui foi por conta de trabalho em Barragem?

Alcides: Isso. Saiu da lavoura e foi pra barragem, em 73. Aí em 75 a gente veio pra cidade aqui.

Terezinha: Cê trabalhou em Araguari, né?

Alcides: Depois a gente foi lá pra... Taquaruçu, São Paulo... Paraná né? depois a gente voltou e em 84 fichou na usina e ficamos até 93.

Yanglely: Lá em Araporã?

Alcides: Lá em Araporã.

Terezinha: Aí nós moramos em Uberlândia, também um ano. A gente foi procurar uma melhorinha, né? Num deu certo porque lá é muito difícil também, a luta em Uberlândia, o aluguel, muitas coisas difícil, o custo de vida, trabalho, graças a Deus eu dei bastante sorte, trabalhei no Center Shopping né? Trabalhei na prefeitura na rua, uma firma que chamava “Aubitec”.

Alcides: Trabalhei na Granja Rezende...

Terezinha: Isso, também né? e depois nós retornou pra Itumbiara e tamos até hoje, graças a Deus.⁵⁴

Na narrativa anterior, dona Terezinha e seu Alcides falam de suas idas e vindas de uma forma bastante marcante. Diante de uma série de questões que impunham certos limites para o viver em Itumbiara em meados da década de 1960, uma das alternativas encontradas por eles residia na possibilidade de aprender uma profissão e ter um registro profissional por meio do emprego nas diversas obras de hidrelétricas espalhadas pelo país. Acompanhar as empreiteiras onde quer que fossem, ao que parece, não era a escolha mais confortável, já que implicava deixar para trás os familiares, amigos e, bem ou mal, o emprego na lavoura. No entanto, a opção destes sujeitos – tendo em vista as pressões e limites enfrentados no dia a dia – foi seguir em frente na tentativa de ampliação do campo de possibilidades para a estruturação de suas vidas, principalmente no que diz respeito à busca por uma profissão que desse maior sustentação para a família.

No conjunto daquilo que enunciam enquanto problemas a serem enfrentados, de maneira bastante contundente estão as dificuldades de moradia e trabalho, não apenas em Itumbiara, mas também em outras cidades: “moramos em Uberlândia [...] num deu certo porque lá é muito difícil também [...] o aluguel, muitas coisas difícil, o custo de vida, trabalho”. Assim, a luta diária, os enfrentamentos para a afirmação de seus valores e projetos inscrevem-se em um horizonte compartilhado de questões que me fazem pensar que essas pessoas vivem uma condição de classe. Condição esta de trabalhador que, mesmo depois da aposentadoria tem que continuar trabalhando:

Yangley: Hoje em dia vocês estão trabalhando onde?

Terezinha: O meu serviço, eu trabalho no... na operação santos reis e controle da dengue. Agente sanitário, mas assim, é de catar lixinho na rua, papel, litro, essas coisas.[...]

Alcides: Eu, aposentado né? faço algum biquinho, faço algum servicinho, que eu num parei até hoje (risos), de vez em quando sai pra trabalhar assim... faço uma casa...

Terezinha: Essa casa aqui foi ele quem fez também...

Alcides: Foi eu que fiz aqui desde o chão. Antigamente era uma casinha muito ruinzinha ali embaixo (risos) aí eu vim chegando ela pra cima...

Terezinha: O Alcides é uma pessoa esforçada por causa que, quando ele entrou na firma ainda era braçal de fazenda né? mexia com lavoura

⁵⁴ SILVA, Terezinha Maria do Nascimento; SILVA, Alcides Gomes da. Terezinha Maria do Nascimento Silva; Alcides Gomes da Silva: depoimento [mai. 2010]. Entrevistador: Yangley Adriano Marinho. Itumbiara: Casa dos entrevistados, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

essas coisas assim, então Deus deu a graça pra ele, porque ele logo entrou na firma né? já pegou umas profissõzinha de pedreiro e com isso ele tá levantando a vidinha (risos) trabalhando, graças a Deus.

Yanglely: De tudo o que vocês já viveram aqui, o que vocês tem pra falar sobre Itumbiara?

Terezinha: A cidade mesmo nós pensa assim, de melhorar né? a gente conversa muito pra melhorar mais assim, serviço, trabalho pra nós né? apesar que nós já tamos de terceira idade quando não trabalha né? mas como a gente tem os filhos, a gente vai à luta sim, reclama muito sobre serviço, nessas reuniões que a gente faz né? igual nós teve uma reunião com o nosso prefeito, a primeira coisa que nós pedimos foi trabalho né? [...] Precisa de muita luta, de muito trabalho aqui em Itumbiara. Muita gente sem trabalho.

Alcides: Agora miorou mais porque ela também aposentou né? folgou mais um pouco. A vida financeira miorou mais um pouco. Porque era só o meu salarinho né?⁵⁵

Na narrativa que constroem fica evidente o sentimento de quem sempre lutou na vida, trabalhando em atividades braçais e que, aos poucos, foi agarrando as oportunidades – “mexia com lavoura [...] Deus deu a graça pra ele, [...] já pegou umas profissõzinha de pedreiro e com isso ele tá levantando a vidinha”. No momento da entrevista, seu Alcides mostrava-se um tanto cansado, mas feliz, pois trabalhava na reforma e ampliação da casa da família. Tal reforma foi possibilitada pela recém-adquirida aposentadoria de dona Terezinha e também pelo fato de o Sr. Alcides ter conseguido o trabalho de pedreiro, podendo agora economizar nos gastos com mão de obra. “Foi eu que fiz aqui desde o chão. Antigamente era uma casinha muito ruinzinha ali embaixo (risos) aí eu vim chegando ela pra cima”, diz ele. Essas são conquistas aparentemente pequenas, mas para estes sujeitos representam muito ante as dificuldades que enfrentaram e que ainda hoje encontram na realidade social em que vivem.

A condição de aposentados, muito embora tenha proporcionado melhorias – “agora miorou mais porque ela também aposentou né? [...] A vida financeira miorou mais um pouco” – não trouxe a condição efetiva de quem pode parar de trabalhar. Isso, porque a renda da aposentadoria até pode ser suficiente para os dois “irem levando”, mas diante das dificuldades daqueles que os cercam – “mas como a gente tem os filhos, agente vai à luta sim” –, continuar trabalhando é a solução para os que ainda têm força e sentem que não é hora de parar, mesmo porque conhecem a carência de trabalho

⁵⁵ SILVA, Terezinha Maria do Nascimento; SILVA, Alcides Gomes da. Depoimento [mai. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa dos entrevistados, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

existente na cidade: “Precisa de muita luta, de muito trabalho aqui em Itumbiara. Muita gente sem trabalho”.

Nesse outro trecho, dona Jesuslene também faz referência às dificuldades encontradas por sua família com relação ao trabalho, à luta empreendida no dia-a-dia em busca da sobrevivência.

Yangley: De lá pra cá o pessoal da família vem trabalhando com o quê...?

Jesuslene: Hoje é... uns trabalha é... os que mora aqui na cidade a maioria trabalha na prefeitura, outros já tão aposentados né? meu pai, minha mãe... trabalhô, minha mãe foi funcionária da prefeitura, foi funcionária de Furnas, foi em Furnas que ela aposentou que ela adoeceu, meu pai foi funcionário da prefeitura muitos anos, aí depois ele passou pra Granja Rezende de Go... de Uberlândia, meu pai morava aqui e trabalhava lá, é, nós ficava aqui e ele ia trabalhar e foi lá que adoeceu também, aposentou por lá... na Granja Reze... foi de lá que ele aposentou. É, agora a maior parte da família, meus tios [...] trabalha na prefeitura, outros trabalha ambulante, tem um tio que é irmão da minha mãe que vende melancia ali no Santos Dumont... (supermercado) é, é ambulante, é assim. Cada um fez uma coisa pra sobreviver [...] tem sido assim trabalhando desse jeito [...] nunca para, nunca para... é muita, é... esforço, assim... é sobreviver, até mesmo pra melhorar de vida. Certo? todo mundo trabalha, todo mundo luta, mas as dificuldade são muitas.⁵⁶

Ao narrarem suas experiências na cidade, algo que está sempre presente nas lembranças destes sujeitos é o desejo de “melhorar de vida”. Esta busca por melhorias tem fortes ligações com a condição de classe que vivenciam, ou seja, a condição de ser trabalhador em um lugar que, como já apontou dona Terezinha, a oferta de emprego não atende às expectativas de todos. Daí a necessidade de muitos deixarem o convívio diário com a família e ir trabalhar em outra cidade, como no caso do pai de Dona Jesuslene, que foi trabalhar na Granja Rezende, em Uberlândia-MG, distante de Itumbiara-GO, aproximadamente 120 km.

Para outros que não tiveram a oportunidade de trabalhar fora da cidade, ou mesmo por opção, a solução está em encarar a instabilidade do trabalho informal, realizando pequenas atividades temporárias – os chamados “bicos” –, trabalhando como

⁵⁶ SILVA, Jesuslene de Oliveira. *Jesuslene de Oliveira Silva*: depoimento [set. 2008]. Entrevistador: Yangley Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

vendedores ambulantes, ou, como no caso do tio da entrevistada, fixando uma banca de frutas em algum ponto da cidade.

Essas dificuldades também são vivenciadas atualmente pelas irmãs Iracema e Luzia, ambas viúvas e pensionistas. Pensões estas que, de forma alguma, são suficientes no provimento de todas as despesas, já que, a exemplo do casal Terezinha e Alcides, é necessário auxiliar os filhos e os netos que, de certa forma, ainda são dependentes. Assim, dona Iracema precisa complementar a renda trabalhando também como vendedora ambulante: “[...] eu trabalho como vendedora... vendedora autônoma. Eu vendo de porta em porta, sacoleira que fala, né? Eu trabalho de porta em porta vendendo as coisa [...]”⁵⁷. Em condições semelhantes, trabalhando eventualmente como costureira Dona Luzia procura solucionar as dificuldades com o orçamento sempre apertado, uma vez que é ela quem cuida de uma neta ainda muito criança, cujo pai já é falecido e a mãe, há tempos a abandonara para viver em outra cidade.

Diante de todas as dificuldades que já enfrentou na vida e, ainda hoje tem enfrentado, Luzia Santos Florêncio, referindo-se a estes problemas com o orçamento doméstico, disse-me em certa oportunidade que ao trabalhador, o que resta é “aprender a ser pobre”. Isto é, para muitos que vivem em situação semelhante, a sobrevivência diária passa, necessariamente, pelo saber lidar com as limitações impostas pela realidade social. Neste sentido, dona Luzia segue argumentando que:

[...] pra nós não é difícil, a, não é fácil, é muito difícil a nossa caminhada. Nós já conseguimos muitos passos, mas ainda falta muito. E a minha luta é desde quando eu comecei a conhecer, que um pouco do nosso sofrimento é, porque a gente é negro, além de pobre, negro né? Então a gente tem que erguer a cabeça e lutar de unhas e dentes [...] procurando assim vencer os obstáculos, a discriminação, mas sempre assim de cabeça erguida. [...] a nossa missão ta partilhando o que temos com quem não têm, principalmente dentro desse movimento... da pastoral afro, porque... a gente têm muita oportunidade. É o momento da gente ta partilhando tudo, é o sistema da senzala... onde o negro partilhava tudo. Nós conservamos esse jeito, essa missão, de partilhar tudo, de ta assim atento. De num, num perder nem um sorriso de um irmão que encontra na rua. [...].⁵⁸

Em vários momentos os depoimentos fazem alusão a um preconceito que traria dificuldades para o desenvolvimento das atividades com melhores condições pelos

⁵⁷ SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva*: depoimento [jul. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

⁵⁸ FLORÊNCIO, Luzia Santos. *Luzia Santos Florêncio*: depoimento [jul. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

depoentes. Em determinados campos de reflexão poder-se-ia enquadrar todas as questões envolvidas no cotidiano destes sujeitos em uma ligação direta ao racismo. Itumbiara, assim como todos os lugares do Brasil, possuiria uma sociedade racista, o que explicaria todas as situações vividas por esses trabalhadores negros na cidade. Contudo, este tipo de leitura não contribui para a proposta aqui defendida, ou seja, pensar as relações sociais que vêm sendo desenvolvidas na cidade de Itumbiara a partir da década de 1980, partindo das vivências de diversos trabalhadores negros congadeiros, suas práticas, valores, conflitos e negociações com outros segmentos sociais.

Atentar para aquilo que compõe o campo de preocupações de Sidney Chalhoub⁵⁹ tornou-se importante, de forma a não se tomar conceitos como “racismo” auto-explicativos da realidade social da qual estas pessoas fazem parte⁶⁰. Sendo assim, acredito que não se deve reduzir a experiência destes sujeitos somente à “experiência do racismo” e, a partir daí, cair na descrição densa de como lidam com essa condição. A perspectiva de interpretação aqui buscada procura tomar a experiência social como algo amplo, um movimento dinâmico e contraditório que expressa a condição de classe em que estão situados estes sujeitos.

Neste sentido, as questões levantadas por dona Luzia me chamam a atenção não para a discussão de que o racismo por ele mesmo – abstrato das práticas e relações construídas, o preconceito contra o negro – sejam questões que atinjam o cotidiano destas pessoas e que as dificuldades encontradas por eles se expliquem na discriminação que sofrem. Diante da afirmação de que “um pouco do nosso sofrimento é, porque a

⁵⁹ Refiro-me ao procedimento explicitado por Chalhoub quando se refere a sua preocupação de fugir de explicações consagradas pela historiografia, ou como o autor mesmo coloca “a tentativa de fugir do caldo de cultura historiográfica disponível”. Ao tentar compreender o “significado da liberdade para escravos e libertos, através da recuperação sistemática da experiência histórica dos negros da corte em geral”, o autor procura não limitar sua interpretação das fontes em termos do que se convencionou chamar de “transição do trabalho escravo ao trabalho livre” ou “o processo de constituição plena da ordem capitalista”, procura sim, fugir destas explicações pré-estabelecidas, buscando perceber o movimento histórico na imprevisibilidade das ações cotidianas dos sujeitos sociais. Ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶⁰ Nesse sentido, significativa também é a maneira como Thompson busca problematizar a noção construída em parte da historiografia, na qual na Inglaterra do século XVIII só existiria uma classe, a alta nobreza, proprietária de terras. O autor busca colocar em movimento o conceito de paternalismo empregado para explicar a história da sociedade inglesa nesse período, percebendo os limites de uma interpretação que acomoda as relações sociais em um tipo de visão que não consegue lidar com a tensão social existente. Em seu procedimento, Thompson percebe uma mudança na relação entre senhor e camponês, em que a subordinação – posta como algo dado – começa a ser negociada, mesmo entre partes desiguais. Ver THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

gente é negro, além de pobre, negro”, o que também vem à tona são as experiências, trazidas até aqui, de vidas marcadas por dificuldades, privações em relação a moradia, trabalho, enfim, dificuldades nos usos que fazem da cidade ao lidarem com suas culturas, com seus modos de viver. Dona Luzia, ao mencionar a existência de um “sistema de senzala”, quer explicitar, de alguma forma, a dureza das condições em que vivem muitas pessoas da sua comunidade. Gente que, na maioria das vezes, só pode contar com a ajuda dos vizinhos, daqueles que passam pelas mesmas situações e que podem considerar como iguais.

Neste sentido, é perceptível como muitas práticas cotidianas destes sujeitos vão sendo mantidas, em grande medida, graças à solidariedade dos vizinhos ou desta “partilha de senzala”. É o caso dos festejos do Congado, organizado todos os anos por esses trabalhadores com os quais estabeleci diálogo desde o início do presente trabalho. Não tendo condições de bancar as despesas com alimentação para os visitantes no dia da festa, Dona Iracema realiza uma espécie de campanha entre os vizinhos para a arrecadação de alimentos: “[...] eu peço de porta em porta e trago pra casa e vou juntando. Assim, um mês em antes no decorrer, quando vai chegando o dia da festa já tá quase tudo pronto”.⁶¹ Saindo de porta em porta, ela aproveita também para divulgar e convidar as pessoas para prestigiarem a festa:

Solicitamos a gentileza de sua participação e família em nossas festividades, outrossim precisamos de sua colaboração para o café da manhã para os visitantes que somam o número de 600 pessoas.
Aceitamos doações de Pães, Café, Leite, Açúcar, etc.
E que São Benedito e Nossa senhora do Rosário os abençoe.
Atenciosamente
Comunidade Negra de Itumbiara.⁶²

Mesmo saindo pela vizinhança solicitando a colaboração para a realização da festa, dona Iracema sabe que não deve agir apenas na informalidade. Assim, uma das soluções encontradas é a produção desses convites informando sobre a festividade. Outra forma importante de resolver a questão reside na maneira por meio da qual procura legitimar o evento assinando como “Comunidade Negra de Itumbiara”. Esses

⁶¹ SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva: depoimento* [abr. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

⁶² FUNDAÇÃO Zumbi dos Palmares de Itumbiara. *Encontro de Congadas, Moçambiques e Guachupês*. Itumbiara, Paróquia de Cristo Rei. 1996. 1 Convite.

sujeitos certamente conhecem o peso atual que a chamada “descendência afro” assumiu no que tem se compreendido como valorização da “Cultura Nacional”.

Dona Terezinha e seu Alcides, que nas últimas festas do Congo Beira Mar de dona Cecília têm sido os festeiros, também falam sobre essa necessidade de pedir a colaboração dos vizinhos: “A gente tem que trabalhar muito, lutar muito, é, fazer campanha, [...] Agente faz assim é... pedir. É óleo, manteiga, batata, essas coisas assim que a gente tem dentro de casa”.⁶³ Por amizade, solidariedade ou por respeito, a maioria colabora com o que pode. No entanto, o relacionamento desses sujeitos e seus vizinhos, no que diz respeito à prática do Congado, nem sempre tem ocorrido de maneira harmoniosa. Dona Iracema relata que já foi denunciada por uma vizinha por conta dos ensaios realizados por seu grupo Moçambique Real na porta de sua casa:

Yanglely: Com relação aos ensaios, a falta de espaço tem tido algum problema com a vizinhança?

Iracema: Tem. A gente ensaia na rua. A gente ensaia também aqui na porta de casa. Agente ensaia... é... a gente sai pros vizinho pra ensaia, igual eu vou lá pra essa irmã minha pra Luzia, eu vou fazer visita uma rainha, pra sair muito das porta porque eu tenho aqui uma vizinha que já chamou até as autoridade pra mim, já fui denunciada. E nessa época a gente nem ensaiava aqui. A gente colocava as coisa toda dentro dum caminhão, dentro dum carro, e já ia tocar no campo ou nos local dos comício na época. Mais como me denunciaram, então, hoje eu ensaio na rua. Graças a Deus. Num tem espaço, a gente fica amontoadim aqui dentro do quintal, ou a gente fica caminhando na rua. [...] A gente ensaia na rua, andando na rua, e... a gente vai fazer visita os membro... e nisso a gente ta ensaiando, vai tocando e volta tocando.

A situação narrada pela entrevistada expressa uma série de contradições que envolvem a vida de diversos sujeitos sociais: a solidariedade de muitos vizinhos que colaboram para manter os festejos anuais dos grupos de Congado e, ao mesmo tempo, a denúncia de outros que se sentem incomodados com essa prática; a utilização dessa prática por outros segmentos da sociedade local em muitos atos públicos – comícios, jogos de futebol –, ao mesmo tempo em que os grupos de Congado não encontram apoio para a construção de um espaço para ensaiar e para as outras atividades que realizam. Sair pelas ruas dos bairros tocando e/ou ensaiando me parece a forma mais eficaz de resistência às pressões, uma forma desses sujeitos mostrarem aos outros

⁶³SILVA, Terezinha Maria do Nascimento. *Terezinha Maria do Nascimento Silva*: depoimento [mai. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

segmentos sociais que também têm direito à cidade e a seguirem desenvolvendo suas práticas, seu modo de vida.

Conversar com Dona Terezinha também foi importante para a compreensão dessa experiência cotidiana de trabalhar, buscar o convívio com os vizinhos e, ao mesmo tempo, fortalecer práticas e valores que lhes são caros:

Yanglely: Como vocês encaram a relação com os vizinhos?

Terezinha: São bem aceitos, graças a Deus. Todo mundo sai pra fora, uns aplaude... fica assim. Uns acha muito bonito, outros pede pra passa na rua, uns quer assim, criticar mais depois num aguenta né? Vê aquela beleza toda e... (risos) vão pra rua participar conosco também. Sempre tem alguma coisinha, num deixa de num ter, mas muito raro acontecer assim. É mais assim... os evangélico... tem uns católico que num aceita não, te falar a verdade porque... a nossa comunidade de Congado ela é misturada. Ela tem crente, ela tem espírita, tem católicos, tem católicos carismáticos também que é então... é, é misturada, somos misturada. Então por ela ser misturada, muita gente... mesmo assim... até pra falar a verdade, até os padres, os ministro eles fica assim meio... assim, ressabiado por causa que eles acha que num é certo o Congado, o Congado num é certo né? Pelo modo assim da gente se vestir, principalmente das baiana, roda a baiana, porque eles acha que rodar baiana é só no, no centro umbanda né? Mas... esse mandamento acompanha mesmo da... raça negra, daquele tempo que o povo era escravo né? Tempo dos escravo.⁶⁴

Quando a entrevistada aponta que “a nossa comunidade de Congado ela é misturada. Ela tem crente, ela tem espírita, têm católicos, tem católicos carismáticos”, evidencia que estas pessoas não vivem esta/nesta diversidade sempre de forma harmônica. É preciso muitas vezes negociar e saber enfrentar as dificuldades que vão surgindo constantemente, justamente pela quantidade de valores que vão sendo constituídos cotidianamente pelos grupos que compõem a cidade. Dessa maneira os enfrentamentos vão se sucedendo dia após dia no trabalho (ou na falta dele), no lazer e nos momentos em que esses trabalhadores negros procuram evidenciar seus modos de viver por meio de outros usos dos espaços e de algumas práticas religiosas.

Viver em uma cidade onde o Poder Público “reconhece a pluralidade”, não lhes vem garantindo um salvo conduto – “até os padres, os ministro eles fica assim meio... assim, ressabiado por causa que eles acha que num é certo o Congado” –, mas seguem buscando alternativas para manter, justificar ou mesmo legitimar suas atividades. Essas

⁶⁴ SILVA, Terezinha Maria do Nascimento. *Terezinha Maria do Nascimento Silva*: depoimento [mai. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

peessoas vão negociando suas formas de viver a/na cidade de forma tensa, abrindo mão de alguns desejos para conquistar outros.

Acompanhar um pouco das vivências de alguns trabalhadores negros em Itumbiara tem sido uma rotina complicada – e, ao mesmo tempo, instigante – de reflexão e interpretação da realidade social vivida enquanto um processo dinâmico e contraditório.

Nesse difícil exercício vão surgindo evidências que apontam para o Congado como uma prática importante na experiência destes trabalhadores, mas, de forma alguma, a única. Neste sentido, Dona Terezinha relata que “[...] eu tem muitos conhecimento nas Igreja também, trabalho nas Igreja, assim... em época de festas né? Eu sou fritadeira de batata [...] Ele (seu marido Alcides) é soldado de Santos Reis, na folia de Santos Reis”⁶⁵. Dona Iracema também relata uma intensa participação em várias instituições como CEREIA e *Seicho No Iê*, além de trabalhar como voluntária em hospitais e programas educacionais existentes na cidade.

Essa participação em outras práticas mantidas por diversos segmentos sociais também parece representar uma forma de legitimação destes trabalhadores negros enquanto pertencentes à sociedade local. Uma forma de se mostrarem importantes também dentro de outras atividades consideradas mais “relevantes” do que, por exemplo, o que é para eles a prática do Congado.

Como procurei discutir até aqui, o Congado não é a única prática vivenciada por esses trabalhadores negros em Itumbiara. No entanto, nas entrevistas que realizei, nas conversas informais, enfim, nos vários encontros que tive com esses sujeitos, o Congado é a prática mais lembrada. Na maioria das vezes, os entrevistados procuram explicar a importância atribuída a essa prática dizendo tratar-se de um costume muito antigo, algo tradicional dentro de suas famílias.

Dona Jesuslène afirma que somente após muitos anos, voltaram a reviver o Congado em Itumbiara: “aqui em Itumbiara nós começou é... reviveu né? Em 91. Só que na nossa família já tem 75 anos a festa. Meus avós que trouxe de Minas pra Goiás”.

⁶⁶ Também Dona Iracema procura explicar o estabelecimento de seu grupo em

⁶⁵ SILVA, Terezinha Maria do Nascimento. *Terezinha Maria do Nascimento Silva*: depoimento [mai. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

⁶⁶ SILVA, Jesuslène de Oliveira. *Jesuslène de Oliveira Silva*: depoimento [set. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

Itumbiara, como o reviver de uma origem: “[...] isso veio do meu pai. Mas e... isso é lá em Tupaciguara quando eu era menina. [...] Depois, passado muito tempo que nós foi reviver essa origem”.⁶⁷

E. P. Thompson, ao analisar a questão do costume entre trabalhadores ingleses no século XVIII, argumenta que “longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”⁶⁸. Dentro do que é sugerido pelo autor, ou seja, colocar em movimento aquilo que é apontado pelos sujeitos como “tradição”, sendo reformulado de acordo com o que vivem e querem destacar em suas práticas, quando Dona Iracema e Dona Jesuslene destacam que em Itumbiara vieram a “reviver uma origem”, vejo que esta situação se relaciona com a legitimidade que procuram construir para o que vivenciam, indicando de onde vem essa prática, onde está o sentido para que ela se realize.

A insistência desses sujeitos em apontar o Congado como sendo uma prática tradicional traz uma indicação que, a meu ver, não se restringe a algo que sobrevive apenas como manifestação folclórica. Indica, em grande medida, um posicionamento político, uma forma desses trabalhadores legitimarem os usos que fazem de muitos espaços que ocupam e/ou querem ocupar na cidade.

Esta questão pode ser visualizada de maneira mais clara quando a discussão gira em torno de um antigo desejo dos grupos de Congado da cidade: a construção de um espaço, um centro cultural onde possam ter uma estrutura para ensaios, realização de reuniões e encontros, entre outras atividades. Ao ser questionada sobre uma matéria de jornal anunciando a construção deste centro cultural, dona Iracema responde que:

[...] Já tem muitos anos que nós vem... pedindo, é... implorando uma área assim, mais... só ficou na palavra. Num aconteceu ainda. Infelizmente nós não tivemos essa sorte ainda de receber. Só ficou, sabe? em... só ficou nos papeis dos jornal... a promessa que ia dá.

Segue a entrevista:

Yanglely: E aquela reunião na Câmara que aparece no jornal? Quem organizou?

⁶⁷ SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva: depoimento* [jul. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

⁶⁸ THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 16.

Iracema: Partiu dos assessores dos candidatos lá fora [...]. Aí então ele, e nós cramano sobre... nós num temos um lugar pra ensaiar, um lugar pra reunir e nos estatuto pede tanta coisa... e eles num tem como nos cobrar, pois nós num tem lugar nem pra gente ensaiar. E... na gente cramar assim eles que nos prometeram. Trouxeram um candidato aqui em Itumbiara, e prometeu... nos convidou pra uma reunião na câmara... é que eu disse pra você que saiu até no jornal, você viu... Então. Aí então é o seguinte, prometeram só[...]

Yanglely: Este centro cultural seria específico para as atividades do Congado?

Iracema: Isso. Até perguntei é... conversando um pouquinho com o padre Zé Luiz, aí disse pra ele, como é que é que deveria de chamar, porque... ele me aconselhou não coloca no nome da igreja, coloca é... é descendente afro, era pra chamar, trocar o nome, não era pra por a comunidade, nome de comunidade nenhuma, porque era pra todas juntos né? Aí então, a gente podia, colocar comunidade descendente afro.⁶⁹

A reportagem referida no diálogo, que trago na apresentação do presente estudo, foi estruturada de forma a imputar uma passividade aos grupos de Congado da cidade, uma vez que a iniciativa para a construção do centro cultural seria, supostamente, dos deputados que naquele momento visitaram Itumbiara. Mesmo as palavras iniciais da entrevistada – “Já tem muitos anos que nós vem... pedindo, é... implorando uma área assim” – podem sugerir uma passividade dos sujeitos diante da questão. Porém, antes de se constatar essa “passividade”, é preciso considerar que a construção desse espaço representa uma reivindicação antiga e que, diante das dificuldades (falta de dinheiro para adquirir terreno, comprar materiais etc.), a opção destes sujeitos é tentar obter por parte do Poder Público a doação dos recursos necessários para a obra.

Além disso, quando dona Iracema destaca: “nós num temos um lugar pra ensaiar, um lugar pra reunir e nos estatuto pede tanta coisa”; fica uma evidência muito forte de disputa e a tentativa de manutenção de valores e práticas sociais coloca em conflito modos de viver. Assim, de alguma forma, esses grupos sabem que o Poder Público pressiona, mas também tem que realizar algo em seu benefício⁷⁰; do contrário, aquilo que é determinado soa como improcedência: “eles num tem como nos cobrar”.

⁶⁹ SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva*: depoimento [abr. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

⁷⁰ Pensando a relação entre patrícios e plebeus na Inglaterra do século XVIII como uma correlação de forças, em seu procedimento, Thompson oferece elementos significativos para se refletir o caráter hegemônico das relações que aqui venho discutindo, ou seja, como estes trabalhadores negros congadeiros tem estabelecido suas práticas sociais, seus valores, como vêm eles lidando com suas demandas cotidianas e na dinâmica do viver em Itumbiara como negociam a manutenção de seus modos de viver frente a outros grupos com projetos diferentes para a cidade: “[...] No nível prático, é evidente que a hegemonia da *gentry* sobre a vida política da nação foi eficazmente imposta até a década de 1790. Nem as blasfêmias, nem os episódios esporádicos de incêndios criminosos a questionam, pois não

A cobrança mencionada é por parte do Poder Público que tenta, por meio de estatutos, “organizar” o viver na cidade em medidas consideradas adequadas para os gestos e sons produzidos pelos moradores. Portanto, os grupos podem aparecer no jornal, na televisão e rádio. Suas danças e cantos podem ser apreciados. Sua “cultura” pode ser “estudada, descrita e reproduzida”. O que não cabe nesse projeto de cidade diversa, plural e harmônica – e que busquei evidenciar em meio à discussão do capítulo anterior – são estes embates cotidianos presentes no depoimento de dona Iracema.

Colocar o nome do centro cultural com alguma referência à “descendência afro” traz a tona não uma unidade natural, mas a possibilidade de legitimação que o termo carrega atualmente. Não apenas dentro do que se tem defendido como “diversidade étnico-cultural”, mas também no que se pode obter de benefícios legais – doações ou qualquer apoio financeiro – não se vinculando oficialmente a qualquer instituição religiosa. Carregar a bandeira da descendência africana é, com certeza, algo importante, já que envolve a manutenção de práticas carregadas de valores e sentidos que fazem parte de suas experiências de vida. No entanto, carregar tal bandeira significa também, para esses sujeitos, a possibilidade de obter uma maior visibilidade na mídia local – dar entrevistas para programas de rádio, televisão etc. – e de tomar as ruas da cidade, mesmo que por apenas alguns poucos dias durante o ano.

Em referência à questão do centro cultural, Dona Jesuslene oferece outros elementos importantes para reflexão:

Nós num temos resposta da prefeitura muito não. Porque também, deixa eu te falar uma coisa, tá certo nós precisamos de um chão, mas a nossa comunidade é aqui né? no setor oeste. Nós moramos aqui a vida inteira né? Tamos aqui, [...] foi fundado aqui. Eles até nos ofereceram um chão, num vou falar que num ofereceu não. Não diretamente do prefeito não, através de assessores nós ficamos sabendo. Professor Zé Marcio, uns outro aí, diz que o prefeito ia nos doar um chão, lá no Alcides, lá na saída do, do... eles fala lagoa dos cigano na Rua da Máquina. Então pra nós fica muito fora, num tem como. É a mesma, igual falei pra eles “olha é a mesma coisa de vocês querer pegar a

pretendem suplantar o domínio da *gentry*, mas apenas puni-la. [...] Mas é também necessário dizer o que a hegemonia não acarreta. Ela não acarreta que os pobres aceitem o paternalismo da *gentry* nos próprios termos da *gentry* ou segundo sua auto-imagem consagrada. Os pobres podiam se dispor a conceder sua deferência à *gentry*, mas apenas por um preço, que era substancial. E a deferência era frequentemente desprovida de qualquer ilusão: a partir de baixo, podia ser vista em parte como autopreservação necessária, em parte como extração calculada do que podia ser conseguido. Visto dessa maneira, os pobres impunham aos ricos alguns dos deveres e funções do paternalismo, assim como a deferência lhes era por sua vez imposta. Ambos os lados da questão estavam aprisionados num campo de força comum”. Ver THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 78.

comunidade de Cristo Rei e mudar lá pra Nossa Senhora das Graças”. É a mesma coisa que eles tão querendo fazer com nós (risos) passa pra lá. Tem outros terreno que dizem que um deputado doou pra nós... poder negociar nesse aqui. Fazer uma troca. Tá na mão do prefeito isso. Só que o prefeito não quer fazer a negociação. Porque no dizer dele, se ele assumir esse compromisso, ele é obrigado a levar o asfalto lá, onde é o outro chão que é lá pro lado do aeroporto, de trás do aeroporto. É umas coisa assim né? Que... é... fica tudo fora do lugar. O único terreno que tem agora aqui, é esse da associação comercial. Aí no caso...

Yanglely: Então aquela negociação lá não tem evoluído não?

Nada, nada. E nem nos receberam também. Agora nós tá... correndo atrás disso aí através do deputado Pedro Luis, através da secretaria de Igualdade Racial, e o Mauro Rubens também tá nos ajudando [...] poder vê se nós conseguimos aquele chão ali. Ou então, a desapropriação de outros [...] Mas nós tamo na luta aí. Pedir a Deus, que Deus vai nos ajudar que nós vai conseguir esse chão. São Benedito vai nos abençoar. E acho que o fato da gente ter conseguido fazer a festa ali no chão... já mostra muito, tinha gente do Senado, tinha gente de Goiânia, da secretaria de Goiânia, do Governador de Goiás [...] da cidade mesmo num apareceu ninguém. Todo mundo viu que não é a coisa assim, do jeito que o prefeito fala não. Ele fala uma coisa e faz é outra. Certo? na hora de fazer bonito pra política ó... eu vou cobrar dele, a semana que entra eu vou na prefeitura [...] ⁷¹

Assim, como vem sendo destacado nos depoimentos, a vida desses sujeitos em Itumbiara não se dá sem conflitos. Como Dona Jesuslene aponta, o Poder Público Municipal tenta resolver o problema da falta de um local “apropriado” para as atividades dos grupos doando uma área da cidade. O problema é que a questão não está só no espaço. Ou pelo menos não está no espaço por ele mesmo. O que está em jogo para estes grupos e para outros são os valores construídos ao longo de suas experiências e que dão sentido aos espaços: “nós precisamos de um chão, mas a nossa comunidade é aqui né? no setor oeste. Nós moramos aqui a vida inteira né?”.

A leitura e reflexão acerca do trabalho de Antônio A. Arantes Neto, *Paisagens Paulistanas*, contribuiu para o avanço nessa perspectiva. O diálogo com esse trabalho do autor não significou o transporte de conceitos da antropologia incorporando-os ao texto. Até porque Arantes Neto, nessa obra, não parte de conceitos fixos para entender as “paisagens da cidade de São Paulo”, mas, sim, das experiências de diversos sujeitos que as constituem cotidianamente. O autor procura pensar os espaços da cidade de São Paulo tais como a Praça da Sé, não como “territórios sociais de identidade”, mas

⁷¹ SILVA, Jesuslene de Oliveira. Jesuslene de Oliveira Silva: depoimento [out. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

naquilo que denomina de “territorialidades flexíveis”, ou seja, os grupos sociais compartilham determinados espaços da cidade, porém os usos que fazem e os sentidos que produzem acerca destes espaços são diversos. Constituem-se, em grande medida, de forma tensa e contraditória devido aos valores que cada grupo sustenta e luta para afirmar em seu modo de vida. Estas considerações são realizadas pelo autor para além do planejamento e policiamento organizado pelo Poder Público que tenta apagar outras práticas constituídas cotidianamente⁷².

Assim, é importante destacar também que esses sujeitos sabem em que terreno se movimentam e reconhecem qual é a correlação de forças que estão atuando. Tanto sabem que partem em busca de outras possibilidades de negociação até mesmo fora do município: “nós tá... correndo atrás disso aí através do deputado Pedro Luis, através da secretaria de Igualdade Racial”. Essas pessoas desenvolvem estratégias para mostrar que conhecem seus direitos e que não abrem mão de seguirem com suas práticas e valores nos lugares da cidade onde vêm construindo suas identificações ao longo de muitos anos, como é possível observar: “o fato da gente ter conseguido fazer a festa ali no chão... já mostra muito”.



FIGURA 7: Terreno pertencente à Associação Comercial de Itumbiara, localizado na rua Olívia Garcia, também conhecida como rua do Senai. FONTE: A autoria do pesquisador (2011).

⁷² Ver ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. Da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

Esse chão ao qual Dona Jesuslene se refere (imagem acima) trata-se de um terreno da Associação Comercial, localizada a poucos metros da casa de sua mãe, Dona Cecília. Um espaço onde, mesmo sem pavimentação, energia elétrica ou água, e ainda com aspecto de pastagem, realizaram os festejos do grupo em 2009, mostrando que querem a construção desse “centro cultural” ali na vizinhança e estão dispostos a lutar por isso: “eu vou cobrar dele, a semana que entra eu vou na prefeitura”. A seu modo, os sujeitos em questão procuram legitimar esse território mesmo que a legalização do terreno para tal prática ainda não tenha acontecido.

Ante essas disputas envolvendo em qual lugar deve ou não ser construído o centro cultural destinado aos grupos de Congado de Itumbiara, tenho procurado posicionar-me levando em consideração aquilo que Stuart Hall percebe em seu procedimento de análise sobre os embates entre a cultura dominante e a cultura popular. A esse respeito, o autor argumenta que:

[...] há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural. Na atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas.⁷³

Dentro do que Hall sugere nessa passagem é possível perceber alguns aspectos acerca das relações que vem sendo estabelecidas entre alguns segmentos dominantes e os trabalhadores negros em Itumbiara a partir da década de 1980. Considerando aquilo que Dona Jesuslene indica anteriormente sobre como o Poder Público tenta levar as práticas dos grupos para áreas distantes daquelas onde vivem, é possível perceber a tentativa de “desorganizar e reorganizar a cultura popular” à qual o autor se refere.

Nessa perspectiva, deve-se levar em conta que não apenas avenidas, praças e pontes são alvos de projetos turísticos e/ou de revitalização por parte dos segmentos sociais que vem atuando de forma hegemônica em Itumbiara nas últimas três décadas. Diversas práticas sociais desenvolvidas por trabalhadores (como é o caso do Congado,

⁷³ HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. BH: UFMG. 2003. p. 255.

Folia de Reis, entre outros) também tem recebido a atenção do Poder Público Municipal no momento da elaboração desses projetos.

No trecho que se segue, pode-se perceber como o Poder Público Municipal de Itumbiara, por meio da revista *Itumbiara em Evidência*, lançada no ano de 1991, tenta implantar uma perspectiva de revitalização também em relação a uma série de práticas sociais mantidas por diversos segmentos da sociedade local:

Nos últimos dois anos a cultura em Itumbiara tanto reabilitou tradições como descobriu novos valores. Graças a força de vontade, ao talento e à persistência, foi possível assistir a boas apresentações.

[...]

Neste avanço conseguido pela **Cultura** deve-se ressaltar as iniciativas da Prefeitura Municipal, que dentro das limitações orçamentárias, procurou proporcionar oportunidades para o surgimento de revelações nas áreas de: música, literatura, artes plásticas, teatro e dança.

[...]

Na maioria destes eventos promovidos pela **Secretaria da Cultura** o público compareceu, atendendo ao chamamento e participando de forma vibrante. [...]

A secretaria Municipal de Cultura do Município, tem procurado desenvolver várias promoções nos espaços públicos, angariando o interesse da comunidade, sempre com atrativos diferentes.

Pode-se dizer que, vários objetivos foram alcançados, entre eles, o de abrir espaços para os mais variados setores artísticos: Artesanato, música, teatro, dança, fotografia e artes plásticas. O folclore da região foi preservado pela criação da “Catira”, assim como a manutenção e expansão da Banda Musical e Coral.

[...]

O Grupo de Congada revive na atualidade as origens africanas, graças ao apoio da Secretaria Municipal de Cultura o grupo tem conseguido mostrar com muito sucesso nas praças públicas de Itumbiara e região a sua manifestação cultural, angariando em suas apresentações a simpatia popular, assim como, no mês passado na praça São Sebastião.⁷⁴

Tomando a mesma reportagem como fonte e dialogando mais especificamente com o segundo trecho da citação anterior, trazemos um dizer de Minéia Cantalogo Desidério que, em seu trabalho monográfico sobre a Congada e o movimento negro em Itumbiara, afirma:

[...] a palavra Cultura aparece grifada, pois, tentam reforçar a ideia de que a Secretaria da Cultura promove benefícios aos cidadãos. Isso também é evidenciado no título desse artigo: Cultura resgata tradições.

⁷⁴ REVISTA ITUMBIARA EM EVIDÊNCIA, Goiânia, ano 1, n. 1. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1991.

Esse é um mecanismo usado pelo poder público para congelar práticas culturais.⁷⁵

No entanto, o procedimento que penso ser mais coerente visa tratar as fontes como expressão de práticas sociais forjadas por determinados sujeitos ao viverem suas demandas cotidianas. Assim, o que mais chama a atenção é a maneira como as relações sociais são confortavelmente acomodadas, no plano do discurso, para compor um projeto de cidade específico.

No caso do Congado, a ideia que se passa é a de que a simpatia popular é conquistada por meio da ação do Poder Público que age demarcando um espaço específico e um momento apropriado para a atuação dos sujeitos. O que quero destacar é a maneira como o apoio ao Congado e a outras práticas sociais aparece enquadrado numa perspectiva que visa conceber a cidade como espaço de diversidade e pluralidade, ocultando as disputas e tensões cotidianas.

O que estou evidenciando como negociação, campo de forças ou disputa pelo direito à cidade normalmente pode vir acompanhado da ideia de que “tudo é cultura”. Essa perspectiva ganha força, por exemplo, no trabalho de Sheille Soares de Freitas sobre Uberlândia-MG, em que a autora, em seu procedimento, sugere “o abandono da perspectiva da pluralidade cultural enquanto acomodação das relações sociais”.⁷⁶

Esse período no qual os grupos de Congado começam a se apresentar em praças públicas parece ser um momento bastante significativo no campo das experiências desses sujeitos em Itumbiara. Concernente a essa questão, Dona Jesuslene se lembra que:

Então a gente tava assim... “da modotro” (modo de outro) escundidim né? Existia a cultura e tudo mas não era popular. Quem nos tornou popular como diz minha mãe foi o prefeito Luiz Moura no primeiro mandato dele. [...] que levou pra rua, levou a congada na praça, apresentou dia 13 de Maio, fez uma... manifestação na praça São Sebastião... né? como um desacato do 13 de Maio e as congada tudo foi, a nossa congada aqui foi... e festejamos bastante... certo?

⁷⁵ DESIDÉRIO, Minéia Cantalogo. *A Congada e o Movimento Negro: espaços de manifestações político-culturais em Itumbiara*. 2006. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Estadual de Goiás, Itumbiara, 2006.

⁷⁶ Essa passagem carrega um pouco do que a autora discute no segundo capítulo de sua tese, “Os Nós de Culturas: experiências de desigualdades”, procurando pensar questões vivenciadas cotidianamente como lutas por espaço ou por manutenção de valores que acabam por receber o sentido reconfortante da cidade enquanto espaço da diferença. Ver: FREITAS, Sheille Soares De. *Por Falar em Culturas...: histórias que marcam a cidade*. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009. p. 40-41.

mostramos o que era a congada, a capoeira, as dança, dança de rua, dança afro. Entendeu? E... o Luiz Moura nos dava muita cobertura com a cultura. [...]⁷⁷

Vários desdobramentos podem ser pensados ante o que Dona Jesuslene aponta na fala acima, para além de qualquer discussão conceitual sobre o termo “popular”. Quando a entrevistada afirma que “existia a cultura, mas não era popular e quem nos tornou popular foi o prefeito Luis Moura”, fica uma referência no sentido de conferir certa visibilidade a um evento que existia, mas era “escundidim”. De outra maneira, o que a reportagem da revista *Itumbiara em Evidência* quer passar é a ideia de uma ação do Poder Público que resgata práticas folclóricas que haviam desaparecido.

Deve-se considerar que o Poder Público pode até apoiar um evento para que esses grupos “mostrem sua cultura”. No entanto, esse evento, como disse Dona Jesuslene, não deixou de ser enquadrado em um local e data específicos: “apresentou dia 13 de Maio, fez uma... manifestação na praça São Sebastião”. Nesse sentido, o Congado, assim como, diversas outras práticas sociais, também acaba sendo contemplado pelos projetos turísticos e/ou de revitalização, recebendo uma espécie de autorização para ser mostrado, e para o modo como deve ser mostrado, o que remete novamente ao que Stuart Hall aponta sobre a cultura dominante que tenta desorganizar e reorganizar a cultura popular.

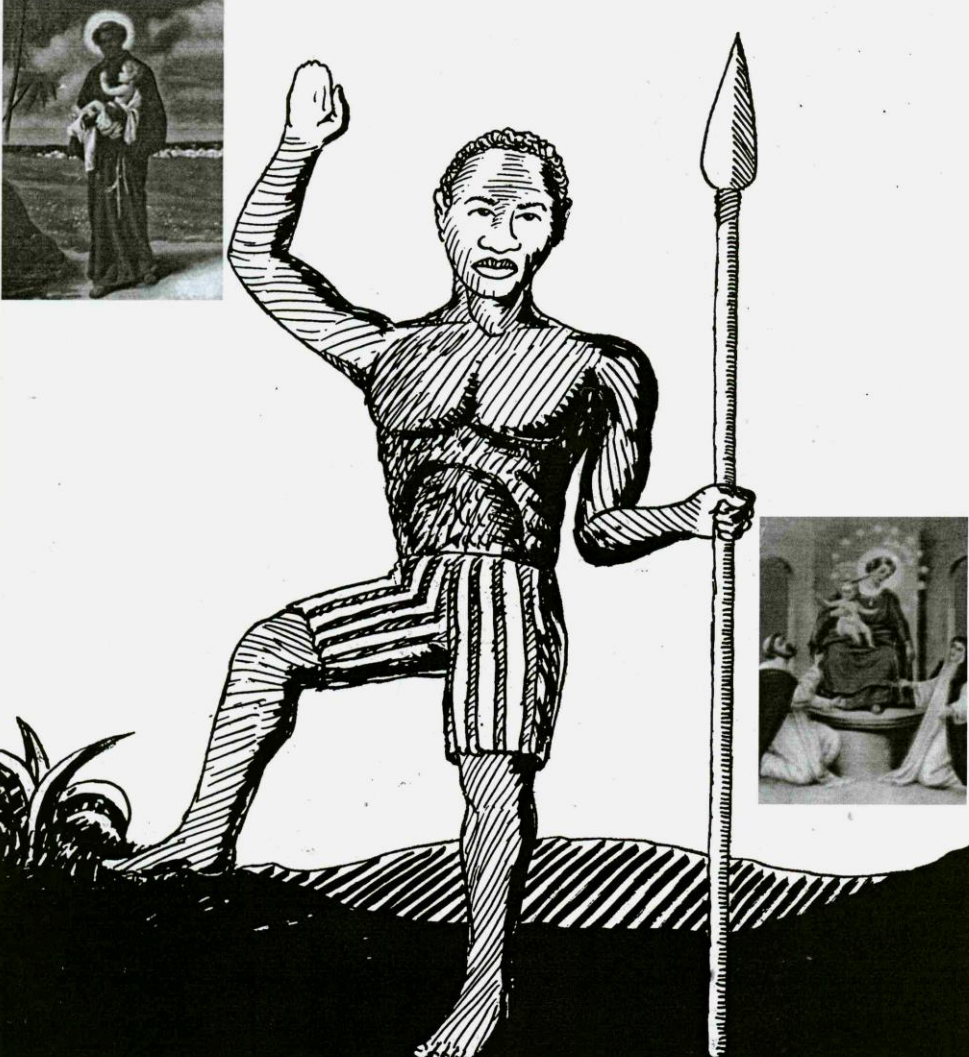
Mesmo assim, não se pode deixar de considerar que, mesmo sendo em um dia e local específicos, os trabalhadores negros estão fazendo uso de espaços da cidade onde normalmente não podem realizar determinadas práticas, o que configura para eles uma grande conquista – a oportunidade de obterem maior visibilidade e, assim, adquirirem um maior poder de negociação no que diz respeito ao que querem e necessitam em relação a melhorias para suas demandas cotidianas.

Pensando a composição do cartaz a seguir (cedido por dona Iracema ao final de uma entrevista), também é possível colocar em movimento aquilo que Stuart Hall aponta sobre as relações entre cultura popular e cultura dominante.

⁷⁷ SILVA, Jesuslene de Oliveira. *Jesuslene de Oliveira Silva: depoimento* [out. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

FESTA DO ZUMBI DOS PALMARES
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO
 IGREJA NOSSA SENHORA APARECIDA

Dia 18/11/2007 a partir das 07:00hs Missa às 18:00hs
Dia 19/11/2007 a partir das 19:00hs missa na Paróquia Cristo Rei



APOIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUMBIARA

RH MUSICAL
 Instrumentos Musicais, Acessórios e Presentes

SKINÃO
 SUPERMERCADO
 MACHADO CAMPOS
 SUPERMERCADO LTDA.
Satisfazendo a economia todos os dias!
 FONE: (64) 3404-5124
Rua Itumbiara nº 1271 - Setor Novo Horizonte - CEP 73003-070 - Itumbiara - GO

CENTER MÚSICA
"O mundo da música ao seu alcance"
 CDs, Presentes, Instrumentos Musicais e Acessórios
 Fone: (64) 3431-9749
Rua Benjamin Constant, 18 - Centro - Itumbiara - GO

TERRA (64) 3431-8888

FIGURA 8 – Cartaz de divulgação do Encontro de grupos de Congado organizado pelo grupo “Moçambique Real”.

FONTE: ASSOCIAÇÃO SÃO BENEDITO E NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CONGADOS E MOÇAMBIQUE REAL DE ITUMBIARA. *Festa do Zumbi dos Palmares, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Itumbiara, 2007. Cartaz.*

A “dialética da luta cultural” discutida por Stuart Hall pode ser pensada frente ao conjunto dessa imagem na medida em que ela evidencia a resistência destes sujeitos que, mesmo com todas as dificuldades, tentam manter uma prática que lhes é importante, ainda que, para isso, tenham que aceitar uma vinculação a empresas, ao Poder Público Municipal e a uma instituição religiosa como a Igreja Católica. Vinculação essa que cobra o seu preço, uma vez que, para a obtenção de patrocínios e utilização de espaços, muitas vezes é preciso adotar horários e certos padrões de conduta com os quais não se concorda ou não se está acostumado.

Já com o gravador desligado, questionada sobre a exposição da Prefeitura Municipal enquanto apoiadora do evento, dona Iracema não quis falar muito sobre o assunto, mas deu a entender que era dela a iniciativa de colocar a prefeitura como patrocinadora, não tendo recebido qualquer ajuda material deste órgão público – pelo menos não uma ajuda que considerasse significativa. Não recebendo nada ou tendo recebido algo que não contribuiu muito, o fato é que a prefeitura foi exposta como um dos apoios da festa, mostrando que os sujeitos envolvidos podem não contar muito com os recursos do Poder Público Municipal, mas querem deixar aberta a possibilidade de obtê-los futuramente.

Valer-se do nome Zumbi, utilizando sua suposta imagem num cartaz festivo, não parece algo restrito a uma perspectiva de resgate de ancestralidade, afro-descendência ou algo semelhante. É preciso considerar que tudo isso compõe estratégias forjadas em meio a dificuldades que vão desde a falta de apoio do Poder Público até as disputas com a Igreja no que diz respeito ao período de realização da festa em questão. Mais do que uma homenagem a Zumbi, a inserção desse nome parece alcançar o peso necessário para a legitimação de algumas práticas alimentadas por todo um segmento de trabalhadores negros.

Uma das dificuldades encontradas ao lidar com as experiências de trabalhadores negros congadeiros em Itumbiara relacionava-se com a preocupação de não tratar tais experiências como algo fixo, invariavelmente harmônico, uma vez que esses trabalhadores não constituem um grupo, mas sim *grupos*. Neste sentido, Yara Aun Khoury considera que:

[...] nas pesquisas sobre movimentos sociais, ainda são pouco exploradas alternativas em convívio e em confronto que se delineiam de maneira sutil e diluídas nas práticas diárias, ou se enunciam de modo tímido ou agressivo em encontros e debates. Alguns estudos

chegaram a observar que, nos próprios modos de falar entre membros de movimentos, estão indícios de formas de integração ou de divergências. A variação do linguajar, em diferentes momentos das entrevistas, pode ter significados culturais e políticos importantes. O pesquisador atento a esses detalhes, não menos importantes, poderá explorar neles, e por meio deles, perspectivas e projetos alternativos, correlações de força, formas de submissão e de resistência.

[...]

[...] Se lidamos com uma noção fechada de sujeito coletivo, podemos tender a explicações genéricas que se tornam aplainadoras da realidade social sobre a qual refletimos. Entrando em contato com experiências únicas, pelo trabalho que realizamos com as narrativas orais, temos buscado não generalizar para o conjunto do movimento, ou do grupo, tendências mais evidentes forjadas e alimentadas por forças hegemônicas dentro deles. Quando a preocupação de explicar um coletivo se sobrepõe a perspectiva de pensá-lo como uma experiência múltipla, construída por sujeitos com bagagens culturais diferentes, visões diferentes e propostas e projetos de futuro diferentes, disputando lugares e formas de organizar e de encaminhar o futuro, acabamos por perder de vista as dimensões complexas, ambíguas e contraditórias dessa experiência.

[...]

Não é fácil, no entanto, a tarefa de realmente compreender a experiência do outro e incorporar a diferença, não como desvio, mas como elemento constitutivo dos processos sociais. No caso, é no próprio exercício da pesquisa com história oral que vamos desenvolvendo habilidades para melhor captar, nos significados dos enredos, modos peculiares de ser e de viver, tensões e conflitos, resistências e transgressões, sujeições e acomodações, vividos e narrados pelos sujeitos como sonhos, expectativas e projetos, valores, costumes, tradições, fabulações.⁷⁸

Até aqui se tem destacado, dentro da experiência destes trabalhadores, um horizonte de valores que, vez por outra, move-os em objetivos compartilhados. No entanto, como destaca a autora, é preciso, no trato com as vivências desses sujeitos, estar atento para contradições, questões divergentes dentro dos grupos e/ou entre os grupos, procurando, dessa forma não perder de vista toda a complexidade de relações sociais que se constituem enquanto experimentam suas culturas. Nesse sentido, pensar sobre a maneira como esses trabalhadores negros vivem a/cidade tem sugerido certas identificações – as dificuldades de trabalho, religiosidade, valores familiares – que vão sendo edificadas no dia a dia. No entanto, sem um padrão fixo de comportamento ou mesmo a formação de estratégias sistemáticas. Existem, sim, estratégias (algumas já discutidas aqui), mas estas vão sendo elaboradas de maneira contraditória à medida que

⁷⁸ KHOURY, Yara Aun et al. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 86-87, jul. 2001.

certos limites e pressões vão sendo colocados por outros segmentos sociais que estão disputando a cidade em condições desiguais.

O alerta feito por Yara Khoury sobre os problemas de se tomar experiências diversas como únicas, restritas a um suposto sujeito coletivo⁷⁹, são pertinentes, principalmente, levando-se em consideração os depoimentos que se seguem:

Yanglely: E como tem sido a relação entre o grupo da senhora e os outros grupos da cidade?

(Dona Iracema muda a fisionomia, parece ser um assunto, a relação com os outros grupos, que não a agrada)

Olha assim, eles ficam na casa deles e eu na nossa. Mas assim, quando é próximo à festa ou é época de festa, já aconteceu da dona Cecília me convidar pra mim levar o grupo ajudar ela arquear o mastro. Só que o meu pessoal ainda não quis ir. Vai pras escola de samba lá, vai pra ajudar receber as autoridade, os político, governador enfim né? Deputados que vem na cidade, eles vão com a escola de samba, o meu pessoal ajuda ela (dona Cecília) mais assim, reuni lá e vai com ela. Mas é... pra levantar o mastro ainda nós não fomos.

Yanglely: E o que é exatamente levantar o mastro?

Arqueá a bandeira do santo.

Yanglely: E por que vocês ainda não foram?

É porque a gente também recebe muito pouco ajuda do lado de lá.

Yanglely: E isso de levantar a bandeira do santo significa o que pra senhora?

Uai... pra mim é uma coisa muito bonita porque toda cidade tem né? o santo erguido na porta da Igreja. Aquilo ali é pra gente contemplar o santo, agradecer, pedir a Deus pra nos ajudar na nossa caminhada.⁸⁰

Yanglely: E como é a relação com os outros grupos da cidade? Tem outros grupos não tem?

Terezinha: Tem o grupo Moçambique, tem dois Moçambique... Como chama o Moçambique do Baltazar? Moçambique Real é do Baltazar? [...] Uai é só assim, nós temos assim encontro no dia da festa mesmo né? que ela (dona Iracema) vai com... ela vai com os soldados dela né? Apresenta junto com os outros congueiros que vem, ela nunca deixou de participar, mas terminou a festa é ela lá e a gente aqui né? no nosso (risos) num é conjugal assim... eu acharia assim que sempre no mês, podia reunir os dois grupos né? O Congado, o Moçambique que é do Baltazar e o Moçambique Real, então é uma

⁷⁹ “É possível trabalhar experiências variadas e diversificadas, reunidas por uma escolha comum, sob a perspectiva de identidade?”. Essa e outras questões são colocadas por Yara Khoury no trabalho de orientação de um estudo sobre experiências de agricultura familiar em Marília, na pesquisa desenvolvida por Ana Yara Paulino. Pensar sobre algumas questões e procedimentos colocados para esta pesquisa faz-me refletir sobre até que ponto a reunião de certos sujeitos por uma escolha comum – a prática do Congado em Itumbiara – pode garantir-lhes uma identidade coletiva, no sentido de única, em que as diferenças apareçam como desvios. Ver: KHOURY, Yara Aun et al. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 87-89, jul. 2001.

⁸⁰ SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva: depoimento* [abr. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

comunidade só então a gente podia reunir todo mundo, mas num tá tendo esses encontro. Não tá tendo assim, só mesmo no dia da festa.⁸¹

Como destacado, em meio à transcrição do depoimento, a mudança na fisionomia de Dona Iracema – claramente não estava muito confortável ao falar sobre a questão – após ser perguntada a respeito de sua relação com outros grupos da cidade, bem como o conjunto de sua resposta, trazem a indicação de uma certa tensão entre esses sujeitos: “eles ficam na casa deles e eu na nossa”. Em outros termos, existem escolhas compartilhadas, acordos no sentido de dar movimento e maior evidência à condição de classe que experimentam, principalmente nos chamados atos públicos – “vai pras escola de samba lá, vai pra ajudar receber as autoridade, os político, governador” –, mas, ao mesmo tempo, as discordâncias estão presentes na relação, provocando também uma espécie de separação: “a gente também recebe muito pouco ajuda do lado de lá”.

Principalmente no que diz respeito a questões mais “íntimas”, formulam aquilo que identificam como “o lado de lá”. Apesar de dona Iracema ter procurado ser breve nesse assunto, a existência de disputas entre os grupos fica evidente, dificultando a integração em alguns períodos como no arqueamento da bandeira do santo, momento de “agradecer, pedir a Deus pra nos ajudar na nossa caminhada”. No depoimento de dona Terezinha e seu Alcides também é possível notar esta separação – “terminou a festa é ela lá e a gente aqui”; mostram uma maior disposição para unirem forças nos momentos de festividades, encontros públicos e menos no período de organização, reuniões mais reservadas com aqueles que são considerados mais próximos, ficando o grupo de Dona Iracema mais afastado.

Por outro lado, dona Terezinha faz apontamentos que me sugerem outras ideias para uma organização conjunta, que podem ficar presas dentro de um ou outro grupo, não alcançando maior ressonância por condições menos favoráveis dentro das correlações de força internas: “eu acharia assim que sempre no mês, podia reunir os dois grupos [...] é uma comunidade só então a gente podia reunir todo mundo”. Até mesmo porque dona Terezinha e seu Alcides, apesar de terem uma responsabilidade grande como festeiros, admitem que às vezes não participam de algumas reuniões, priorizando

⁸¹ SILVA, Terezinha Maria do Nascimento. *Terezinha Maria do Nascimento Silva*: depoimento [mai. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

outros compromissos (resolver problemas familiares, no trabalho, dar atenção aos amigos que os visitam), outras questões importantes do dia a dia.

Dessa maneira, acredito que esses trabalhadores negros congadeiros vão seguindo a vida com muitas escolhas comuns, mas também com momentos de divergência entre os mesmos. Evidenciar esses conflitos internos não faz com que seja abalada a força da movimentação que tais sujeitos protagonizam em Itumbiara, pois a identificação entre eles vai se fortalecendo justamente nas dificuldades reais da condição de classe que experimentam no dia a dia e não como identidade fixa de um sujeito coletivo que tem existência alheio a tudo e a todos.

CAPÍTULO III

“A GENTE PARTILHA DE TUDO: A VIDA, A LUTA, A DOR, AS VITÓRIAS...”:

PRÁTICAS QUE TENSIONAM A CIDADE

Durante o segundo, capítulo procurei discutir a movimentação de muitos trabalhadores negros nos lugares da cidade onde vivem. O diálogo produzido em conjunto com estes trabalhadores possibilitou-me perceber as diversas maneiras como esses sujeitos negociam e/ou disputam com outros segmentos da sociedade local, tentando firmar sua presença e seu direito à cidade. Nas páginas que se seguem, busco dar continuidade a essa reflexão, tentando discutir mais a fundo as estratégias utilizadas por esses sujeitos a fim de resistirem às restrições impostas a seus modos de viver por diversas instituições representantes de interesses hegemônicos.

Nesse sentido, o envolvimento entre Igreja e esses trabalhadores negros sempre me pareceu algo muito forte. No entanto, a maneira como interpretava tal envolvimento ligava-se, unicamente, ao que seria uma devoção religiosa, algo restrito a “um campo de valores tradicionais”.

Na tentativa de melhor problematizar essa relação, busquei inspiração na discussão realizada por Vera da Silva Telles sobre a maneira como, em meados dos anos 1970, foram sendo construídos novos espaços sociais e políticos nas periferias da cidade de São Paulo. No encaminhamento dessa análise, a autora procura não cair na armadilha de tomar a Igreja como o centro a partir de onde surgiam movimentos populares baseados numa proposta que tinha como foco principal uma “organização de base”.

[...] não é novidade a importância da Igreja, com suas comunidades de base, para a articulação dos movimentos populares que surgiram no início dos anos 70. [...] as evidências são tantas que somos tentados a tomar a atuação da Igreja como uma premissa que estrutura a reflexão e a interpretação acerca desses movimentos. O problema é que muitas vezes a importância da Igreja é qualificada a partir de uma peculiar noção de vazio que ela viria preencher. [...]

A idéia de um “nada” deixado pela repressão do pós-64, pelo fechamento ou desestruturação dos espaços convencionais da ação política, pelo desfiguramento das funções de representação das instituições, pela destruição das organizações de esquerda, supõe a percepção de um tempo linear e contínuo em seu desenrolar e que a Igreja viria interromper para fundar um novo tempo. Supõe ainda a percepção de um espaço homogêneo,

habitado por uma população indiferenciada na sua subordinação, à espera de uma ação redentora capaz de iluminá-la, despertá-la e conscientizá-la.⁸²

Mesmo sem minimizar sua importância, a autora procura não colocar a ação da Igreja como determinante para o surgimento de muitos movimentos espalhados por bairros da cidade de São Paulo. Mais do que isso, Telles aponta para a preponderância de experiências diversificadas que foram constituindo as movimentações populares dos anos 1970. Eram sujeitos com trajetórias distintas: antigos participantes de práticas operárias ligadas ao sindicalismo; agentes comunitários; membros de pastorais operárias, todos com perspectivas de ação diferenciadas, mas que aprenderam a valorizar e a desenvolver práticas de participação coletiva que foram capazes de constituir os elementos de uma nova linguagem política.

Atentar para o procedimento sugerido por Telles possibilitou-me a compreensão de que tão ou mais importante que trazer para a análise a discussão das ações de uma grande instituição como a Igreja Católica é a atenção que se deve ter com a dinâmica das experiências dos sujeitos, percebendo como estes se movimentam, buscam ampliar suas possibilidades de atuação política na cidade – não sendo meros coadjuvantes das instituições com as quais se relacionam.

Publicada no jornal *O Regional* em 1986 com o título de “racismo”, a reportagem a seguir trouxe situações que me fez considerar outras questões que também compõe a relação entre os trabalhadores negros e a Igreja:

O movimento negro que já existiu em Itumbiara, está prestes a ser reativado, segundo informou à nossa redação a escritora Luzia Santos Florêncio, uma das incentivadoras deste movimento, o qual ela considera de muita importância.

Luzia Florêncio conta que o movimento foi extinto, porque a sua idealizadora se casou e mudou da cidade. Outro problema, lembra a escritora: “foi que um padre de nossa Paróquia, disse que não seria permitido este tipo de movimento dentro da igreja que ele era responsável, mesmo porque, esta agitação fazia com que o negro se sentisse mais discriminado pela sociedade”.

Ela diz ainda que na época que existia o movimento, muitos itumbiarenses faziam parte da Coordenação Geral da Consciência Negra do Estado de Goiás “tínhamos também um lucro para crianças onde elas participavam e compreendiam que o negro também tem seu valor”. Este movimento teve aproximadamente três anos de existência. [...]

⁸² TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: ANT, Clara. et. al (Orgs.). *As lutas sociais e a cidade – São Paulo: passado e presente*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 220- 221.

“Nosso grande sonho era a celebração no dia 20, Dia da Abolição dos escravos, mas por falta de organização e espaço não nos foi possível comemorar, mas já estamos nos organizando para que no próximo ano, venhamos realizar esta celebração”, fala esperançosa de que em pouco tempo o movimento estará reativado, já que várias reuniões estão sendo realizadas, inclusive, pequenos grupos estão estudando sobre Zumbi e Quilombo.⁸³

A situação apresentada pela reportagem me causou certa surpresa, pois, ao contrário do que eu imaginava, o Movimento Negro local sempre citado pelos trabalhadores negros de Itumbiara não se articulava somente ao Movimento Negro Unificado⁸⁴, mas também aos APNs (Agentes de Pastoral Negros), uma organização da Igreja Católica que começou a ser implantada no final dos anos 1970 e início dos 1980.⁸⁵

Contudo, o que mais me chamou a atenção fora a senhora entrevistada na reportagem, identificada como “a escritora Luzia Santos Florêncio”. Não por ter ficado curioso em saber quem era aquela mulher, mas justamente por já conhecê-la⁸⁶. Nosso primeiro contato aconteceu no ano de 2008 por ocasião de uma entrevista que havia agendado com sua irmã, Iracema. Esta, achou por bem convidar a irmã, entendendo que ela teria mais condição de falar por se tratar de alguém com maior conhecimento das

⁸³ O REGIONAL. Itumbiara, ano I, n. 32, p. 1, 19 jun. 1986.

⁸⁴ O livro *25 anos 1980 – 2005: Movimento negro no Brasil*, patrocinado pelo ministério da cultura, em tom comemorativo procura reforçar a ideia do surgimento de um movimento negro de alcance nacional em 1980, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Esse surgimento, motivado pela morte de um jovem negro espancado por policiais em São Paulo, teria sido um salto na luta não só contra o racismo, mas também pela democracia no Brasil. Para o aprofundamento no livro ver GARCIA, Januario. (Org). *25 anos 1980 – 2005: Movimento negro no Brasil; 25 years of the Black movement in Brazil*.1. Ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Muito embora concorde em pensar como homens e mulheres, negros ou não, se movimentam enquanto sujeitos ativos no processo histórico, não compartilho com a postura assumida na obra, de que o estabelecimento do que foi é e deverá ser um movimento, com uma identidade e características previamente definidas. Ao contrário, acredito que os sujeitos vão encontrando motivações específicas, em diferentes momentos e lugares, unindo-se então, em torno de algo mais ou menos comum. Nesse sentido, os trabalhadores negros com os quais venho dialogando em Itumbiara até podem buscar legitimar sua movimentação ligando-se de alguma forma àquilo que vem sendo proposto pelo chamado “movimento negro nacional”. Porém, as questões em torno das quais vão se unindo e identificando são forjadas no cotidiano do lugar em que vivem. Ainda que o racismo, a discriminação, o preconceito estejam presentes como dificuldades para a entrevistada e, portanto, expressem uma importante demanda para um grupo de sujeitos que vivem em Itumbiara naquele e no momento atual, o conjunto daquilo que é noticiado na reportagem oferece outras questões que aqui merecem ser problematizadas.

⁸⁵ Não por acaso, esse é um momento em que já vinha sendo implantadas as chamadas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), num movimento em que a Igreja Católica buscava, especificamente, o estabelecimento de um contato com os grupos “marginalizados” – negros, indígenas, mulheres, entre outros exemplos consagrados como tal pelas ciências humanas – e/ou empobrecidos, espalhados por todas as partes do país.

⁸⁶ Trata-se da mesma Dona Luzia com quem dialogo no segundo capítulo do presente trabalho.

práticas que desenvolvem na cidade. Dona Luzia se apresentou dizendo ser escritora – escrevia poemas, tendo até produzido um livro já publicado por uma grande editora. Disse também que estava escrevendo outro livro, mas, na época, confesso que eu estava mais interessado em saber sobre questões relativas à prática do Congado, por isso não atentei muito aos sentidos buscados por ela ao posicionar-se como escritora, aos significados que estavam sendo colocados naquele momento. Assim, nem mesmo procurei ter acesso ao livro mencionado.

Diante das questões que foram surgindo com a leitura e reflexão do jornal, resolvi procurar Dona Luzia para conversarmos sobre a situação da qual falava a reportagem e também sobre seu trabalho como escritora. Não foi fácil o diálogo com Dona Luzia naquele momento, já que a mesma acabara de perder um filho. Depois de algum tempo, mesmo visivelmente abatida, insistiu em conversarmos, principalmente quando, após tanto tempo, se deparou com uma notícia de jornal a seu respeito. Em princípio, a entrevistada não conseguia se lembrar muito daquela situação narrada pela reportagem. No entanto, tudo ficou mais claro ao perceber que se tratava de sua filha, aquela mulher que havia se casado e partido para viver em outra cidade.

Essa reportagem falando que o movimento negro estava pra ser reativado, como que foi isso?

Dona Luzia: É porque como eu falei, todo movimento de libertação não é fácil. Principalmente essa questão do negro, o racismo, essa coisa toda aí isso é muito difícil. Então quando nós começamos, foi a Margarida, que era quase criança ainda, que trouxe assim, tinha alguma coisa, muito solta, mas que ela trouxe assim de uma forma... mais clara lá de Belo Horizonte... e nós começamos a enfrentar muita dificuldade mesmo, assim a não ter espaço, as pessoas falarem na rua que “esse povo é feiticeiro, que esse povo tá ficando doido, esse povo não sabe de nada, esse povo, esse pessoal só quer beber cachaça, é um povo analfabeto e é...” coisa assim. E pra gente tá tendo certeza que não é nada disso, que a gente quer só expressar é... o que a gente já conseguiu de liberdade e o que a gente deseja pela frente... é, a gente tem que ter muita consciência do que tá fazendo. Então a gente foi continuando, continuando com essa dificuldade toda, depois quando a margarida casou e foi embora, e que tava chegando um padre novo aqui, e que não tinha assim muito conhecimento, ou não tinha quase nada, então ele não aceitava porque não tinha conhecimento, até não é porque ele é ruim não né? Como as pessoas todas falavam esse monte de coisa... ele também não... não tava assim pronto pra aceitar né? E aí a gente até pensou que ia demorar muito a reativar, mas nós reativamos logo, porque nós pedimos assim ajuda a uma outra Paróquia e no ano seguinte a gente foi celebrar lá. Depois a gente começou a... celebrar na rua né? A tá reunindo, a tá pedindo material pra estudar, e, hoje... ainda tem muita dificuldade, mas a gente já vê de uma forma diferente, que a gente já é chamado pra muitos lugares...

pra tá apresentando, pra tá falando, é, da experiência, do conhecimento que a gente já tem, embora tenha muita discriminação, mas, do outro lado já tem muitas pessoas que entendem e que já tá claro pra elas, e a gente é, é muito chamado... em faculdades, em escolas, em muitos locais, até em outras cidades nós somos chamados pra tá celebrando, pra tá falando, pra tá apresentando... melhorou um pouco, mas nós passamos muita dificuldade mesmo por causa disso que aconteceu, as duas coisas num momento só, que a Margarida casou e foi embora e tava chegando um padre novo que não conhecia, nem o pessoal e nem o movimento.⁸⁷

Conversar com Dona Luzia ajudou-me na compreensão de algumas questões que pareciam não dizer muita coisa, presas àquela página de jornal. A ida de sua filha Margarida a Belo Horizonte marca a aproximação com a agenda proposta tanto pelo Movimento Negro Unificado quanto pelos APNs. Daí a dificuldade em sustentar tal aproximação quando a própria “idealizadora” deixa a cidade e o Movimento, levada por outros caminhos que se desenharam naquele momento – o casamento e a tentativa de estruturar a vida em outro lugar. Nesse sentido, quando Dona Luzia fala de sua filha indo a Belo Horizonte e trazendo “alguma coisa mais clara”, está se referindo à tentativa de aproximar uma movimentação que já vinha se desenvolvendo em Itumbiara a um movimento em âmbito nacional.

As colocações da depoente acerca da necessidade de que o grupo se reunisse para estudar – apontada no jornal como “estudos sobre Zumbi” – está relacionada às dificuldades destes sujeitos em manter suas práticas e não ao desejo de buscar uma suposta ancestralidade, sem a qual não se completaria no presente uma “identidade afro-descendente”. Como já mencionado no capítulo anterior, “Estudar sobre Zumbi” parece parte de um repertório de disputas travadas no presente. Na medida em que se busca, em determinado momento, levar a prática do Congado para as ruas da cidade ou fazer uso do espaço da Igreja para reuniões e/ou celebrações festivas, o conhecimento do que seria o passado de resistência de homens e mulheres negros no Brasil, surge como aquilo que vai conferir legitimidade para continuarem atuando, tendo direito à cidade ou, ainda, para falarem com autoridade quando são convidados a irem nas faculdades, nas escolas, nos eventos pela região.

As passagens a seguir, partes de um texto organizado para ser o histórico da Pastoral do Negro de Itumbiara, apontam para uma ampla aproximação com a agenda proposta pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e APNs:

⁸⁷ FLORÊNCIO, Luzia Santos. Luzia Santos Florêncio: depoimento [ago. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

O Movimento Negro em Itumbiara, Iniciou-se em 1980, como “Grupo de União e Consciência”, a convite das CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base), membros engajados convidaram-nos a participar do 1º Encontro Nacional de União e Consciência Negra, no Rio de Janeiro. Já havíamos então participado de vários encontros regionais e estaduais.

A partir de nossa realidade, começamos a trabalhar em pequenos grupos, de 10 a 15 pessoas, estudando a questão do povo negro, e refletindo à luz do Evangelho, e aos poucos, fomos caminhando. Era feito celebrações com instrumentos afro, cantos mais animados, e melhor participação. Não foi fácil, inicialmente não nos era permitido celebrar nas Igrejas, apesar de fazermos parte da linha 4 da CNBB. Mas nossas celebrações aconteciam nas comunidades, praças e ruas.⁸⁸

Com o passar do tempo, apesar das dificuldades fomos crescendo. Já participávamos das celebrações na Igreja. Da nossa maneira, com nossos cantos, danças e instrumentos. Foi uma conquista, ainda como movimento União e Consciência Negra. Mas o povo negro é profundamente religioso, e Deus é presença viva, alegre e constante! Em uma Reunião, junto ao Padre José Luiz, da Paróquia de Cristo Rei percebemos que já éramos agentes de Pastoral do que “movimento”, pois o sentido de Pastoral é conduzir, resgatar, juntar, e era exatamente isso que fazíamos. Passamos então a nos identificar como “Agentes e Pastoral do Negro” em 1994. A partir daí, o dia 20 de novembro, dia Nacional da Conscientização, do povo Negro, faz parte do calendário anual de festas, da Paróquia de Cristo Rei. Através de palestras, encontros, reuniões, temos ocupado espaço na mídia, e toda a sociedade já sabe da nossa existência.⁸⁹

Não tive acesso ao texto completo, somente a estes e outros trechos citados no trabalho monográfico *A Congada e o Movimento Negro: espaços de manifestações político-culturais em Itumbiara*, mencionado também no capítulo anterior. Nesse trabalho, Minéia Cantalogo Desidério analisa as passagens acima, chegando à conclusão de que é na década de 1980, sob influência do movimento negro nacional e pela atuação da Igreja Católica junto aos “marginalizados” que se cria um movimento negro em Itumbiara e o Congado começa a ganhar espaço. Realmente, há que se destacar que a Igreja teve papel importante na organização desses movimentos. Da mesma forma, acredito que se deva destacar também a maneira como muitos trabalhadores negros se apropriaram dos espaços oferecidos pelas CEBs e APNs para ampliarem suas possibilidades de atuação na cidade.

⁸⁸ HISTÓRICO da Pastoral do Negro da Paróquia de Cristo Rei de Itumbiara-GO. In: DESIDÉRIO, Minéia Cantalogo. *A Congada e o Movimento Negro: espaços de manifestações político-culturais em Itumbiara*. 2006. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Estadual de Goiás. Itumbiara, 2006. p. 38.

⁸⁹ Ibidem, p. 40.

Apesar de apontar uma ampla aproximação com as CEBs e APNs, o texto também indica dificuldades. No entanto, essas dificuldades parecem minimizadas inicialmente e, posteriormente, inexistentes. Algo que não ocorre no depoimento de Dona Luzia quando esta fala sobre a crítica das pessoas à forma diferente de celebrar as missas, quando se passa a usar instrumentos de percussão; a não aceitação, por parte do padre da Paróquia da qual eles participavam; a tensão que envolveu a busca pelo apoio de outra Paróquia da cidade. Tudo isso me faz crer que essa aproximação entre Igreja e trabalhadores negros não é algo tão bem resolvido assim.

Mesmo a transformação do até então grupo União e Consciência Negra em Agentes de Pastoral Negros como algo ocorrido de comum acordo é lembrada por Dona Luzia como uma situação bastante difícil. Durante uma conversa informal, esta relatou-me que a fundação da pastoral do negro em Itumbiara esteve ligada ao tratamento desigual que o então movimento negro recebia. Para ter mais participação, e talvez buscando uma maior visibilidade e poder de negociação para suas demandas, resolveram procurar o padre responsável na ocasião – o mesmo padre José Luís de que fala o documento – e expor sua insatisfação, pressionando para que fossem oficializados enquanto pastoral.

São muitos os momentos em que Dona Luzia faz críticas e aponta dificuldades no relacionamento com a Igreja. Ao mesmo tempo, percebe-se o quanto é grande sua alegria ao lembrar-se de seu longo engajamento nesta instituição, atuando há mais de quarenta anos como catequista e em outras funções, assim como nas muitas oportunidades em que foi representante da Diocese de Itumbiara em vários congressos nacionais e regionais. Inclusive, foi por meio dessa participação em encontros e congressos realizados pela Igreja que Dona Luzia acabou sendo convidada a participar da gravação de dois filmes:

Yanglely: Começando por essa questão dos filmes... como que aconteceu esse contato com essa produtora, como é que foi isso? O que é que motivou?

É... quando eu fui pra, pro Rio de Janeiro... É no lança... não sei se foi no lançamento do livro? (falando com a voz bem baixa, esforçando-se para lembrar o momento exato) foi no lançamento do livro. Aí... eu estava responsável pela comunicação do pessoal do regional Centro-Oeste. Então, tinha um momento lá, que eu teria que tá falando em nome do regional, além das entrevistas e tudo, tá falando em nome do regional. Mas só que eu fiquei muito ocupada com a questão do lançamento do livro, as pessoas conversando muito comigo, eu não procurei saber qual o dia e a hora que era o meu momento de eu ir no

palco pra tá falando em nome dá... do regional. Aí então, no momento a Marlene, que era a coordenadora é, da viagem, falou pra mim assim “Luzia, seu momento é agora”, eu falei assim, “Marlene eu não preparei nada”, eu não sabia nem que dia era. Ela falou assim “não, o palco tá desocupado, seu espaço é agora”, eu falei “tá” (como quem diz “sem problema”). E fui lá pro palco e... e comecei a falar, comecei a falar, falei um pouquinho e fui descendo do palco, quando eu fui descendo do palco, lá vem o pessoal, eu com o crachá né? O pessoal da Verbo Filmes me perguntando “ou, ou Luzia”, aí olhou no crachá, “Luzia, escuta aqui, como que faz pra ir na sua casa...?” Eu fiquei assim até um pouco assustada, falei pra ele “sabe ir até Brasília? Sim, nós sabemos”, falei “então, de Brasília tem linha direta pra Itumbiara. Quando chegar em Itumbiara, pergunta na Paróquia de Cristo Rei onde mora a Luzia Florêncio que é a cinco minutos da paróquia. Tá, ficou por isso. Quando passou uns... cinco dias que eu já estava aqui em Itumbiara... numa segunda feira de manhã, o carro buzinou na porta... eu saí lá fora e, falou assim “ó, é a gente da Verbo Filmes que perguntou pra senhora lá onde era sua casa, a gente tá aqui”, aí foi me explicar direitinho “porque a gente tá fazendo os filmes pastorais e tem esse que a gente tá fazendo e... e fala muito da mulher, e eu gostaria de fazer é, uma grande parte com você aqui na sua comunidade, gostaria de conhecer o seu trabalho”, eu falei assim “só que agora eu estou trabalhando lá na Paróquia de Cristo Rei”, aí eles falaram pra gente assim “não, a gente acompanha, aonde você estiver a gente acompanha [...]

Então foi assim que surgiu. Todos os dois filmes foi assim, através de uma fala minha no Inter-eclesial né? [...]

Yanglely: Então foi por ocasião lá do, do encontro?

É, do encontro, do... Sétimo Intereclesial de CEBs, Comunidades Eclesiais de Base, que eles me conheceram lá e... e aí foi surgindo. Depois o “Anel de Tucum” também foi no Santa Maria... é, no outro interequesial que eu estava né? Aí me encontraram lá, de novo numa fala, e aí vieram aqui pra gravar o “Anel de Tucum” também. E esses filmes realmente foram é, traduzidos para outras línguas. Tanto o livro como os filmes foram traduzidos para outras línguas.⁹⁰

Durante toda a conversa, a entrevistada procura colocar como participou dessa movimentação – como ela mesma costuma repetir, “esse jeito novo de ser Igreja” – e contribuiu com a sua atuação, com suas idéias, como ela foi representante da Igreja nessa nova fase. Dona Luzia se coloca como referência desse momento de implantação das CEBs, como protagonista, sendo convidada constantemente para falar, dar entrevistas, publicar seus escritos e participar de filmes. O primeiro filme ao qual a depoente faz referência recebeu o nome de “Magnificat”. A imagem a seguir faz parte da cena de abertura dessa produção:

⁹⁰ FLORÊNCIO, Luzia Santos. Luzia Santos Florêncio: depoimento [ago. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.



FIGURA 9 – Uma das cenas iniciais do filme “Magnificat” de 1989 (Produtora Verbo Filmes).

FONTE: MAGNIFICAT. Realização: José Gaspar W. Guimarães, Conrado Beming, Maria Inês Godinho, Nelson A. Tyski, José Manuel Freitas e Roland Hanka. São Paulo: Verbo Filmes, 1989. 1 DVD (30 min), son., color.

Assim como nessa cena inicial, grande parte do filme se passa em Itumbiara, na casa de Dona Luzia. Esta, por sua vez, lembra-se com muito entusiasmo do fato de ter sido a escolhida dentre tantos para protagonizar várias cenas e também atuar como narradora do filme. Apesar de fazer muitas referências ao papel da mulher na sociedade (daí o título “Magnificat”, em referência à Virgem Maria, como modelo e inspiração para todas as mulheres), a obra busca referir-se, principalmente, ao 7º Encontro Intereclesial de CEBs, ocorrido em 1989 e que teve como tema “Povo de Deus na America Latina a Caminho da Libertação”. O outro filme mencionado pela depoente, “O Anel de Tucum”⁹¹, trata-se de uma produção maior em que Dona Luzia e a Comunidade de Itumbiara aparecem como um exemplo do trabalho das CEBs junto às comunidades pobres de todo o país.

Outra forma pela qual a entrevistada procura enfatizar sua contribuição com o desenvolvimento da Igreja é falando do livro “Mesmo assim eu sou feliz”, que publicara pela Editora Vozes. Nesse sentido, ela parece organizar suas lembranças tendo como base este acontecimento. Dona Luzia chega a apontar que antes, muitos amigos e

⁹¹ Esse filme ainda é comercializado no site da produtora Verbo Filmes. A sinopse e o trailer da obra estão disponíveis em: http://www.verbofilmes.org.br/index.php?page=shop.product_details&category_id=22&flypage=flypage.tpl&product_id=63&option=com_virtuemart&Itemid=79. Acesso em: out. 2010.

conhecidos já falavam da beleza de seus escritos, mas não havia apoio na cidade para que estes fossem publicados. Entretanto, como ela viajava muito acabou estabelecendo contato com pessoas que a ajudaram na divulgação daquilo que escrevia. Em uma dessas viagens, Dona Luzia relata que “o Moura, um jornalista assim, de nome mesmo é... ele fez o comentário, que ele tava com os meus escritos, [...]. Aí veio o Leonardo Boff e [...] deu uma olhada e falou assim “ó, isso aqui vai virar livro mesmo”.⁹²

Desde que comecei a estabelecer um contato maior com Dona Luzia, esta sempre procurou falar-me de seu contato com Leonardo Boff e outras pessoas que, segundo ela, foram importantes para o desenvolvimento das CEBs e das APNs nos anos 1970 e 1980. Em um momento difícil de sua vida, em que a perda de um filho ainda jovem parece drenar todas suas forças, falar desse período de reconhecimento e grande valorização de seu trabalho dentro em uma grande instituição como a Igreja Católica aparece como algo reconfortante e, talvez, demonstre a busca por uma valorização que não acontece nos dias atuais. Não da mesma maneira que experimentara em outros momentos.

Outra ocasião lembrada com bastante entusiasmo pela entrevistada diz respeito a uma homenagem que recebera de alunos e professores de um colégio local, alguns anos após o seu livro ter sido editado. Homenagem esta que traz detalhadamente na memória, assim como também, em uma reportagem que vem guardando por quase 20 anos em uma página de jornal já bastante danificada pelo tempo.

Na reportagem em questão, publicada no periódico *Diário da Manhã* da capital Goiânia (GO), o jornalista Luiz de Aquino e o poeta Marcelo Heleno vem até Itumbiara para acompanhar um encontro de poesia – mesmo evento em que Dona Luzia recebera a homenagem – no Colégio Instituto Francisco de Assis. Antes da chegada na cidade, Luiz de Aquino, que se define como um ativo participante da “política cultural de Goiás”, parece ter pesquisado e, “curiosamente”, não ter encontrado nenhum registro de escritores nascidos em Itumbiara. Questão que diz ter contribuído para a sua surpresa ao conhecer Dona Luzia e o seu recém publicado livro. O jornalista prossegue com sua narrativa dizendo que:

Na sala da diretora Maria Auxiliadora do Nascimento Amorim, soubemos que duas poetisas itumbiarienses eram também convidadas

⁹² FLORÊNCIO, Luzia Santos. Luzia Santos Florêncio: depoimento [ago. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

(havia, então, poetas locais!): Livia, que é professora de português, e Luzia. A primeira ainda inédita, detentora de elevada sensibilidade, como deixou demonstrado principalmente na manhã seguinte ao mostrar que criara dois novos poemas sob a inspiração da tertúlia da véspera. A segunda, oculta na intimidade de sua humilde casinha num bairro periférico, onde vive com o marido, filhos e netos, num total de 13 pessoas (por filhos, entendam carnavais e adotivos), tem um livro editado pela Editora Vozes: **Mesmo assim eu sou feliz!** – uma obra autobiográfica, legítimo documentário de uma vida que acontece para vencer desafios.⁹³

O narrador segue em tom de quem parece estar cumprindo uma “missão”, divulgando a cultura existente no Estado. Entendendo cultura apenas como a literatura e/ou as artes em geral,⁹⁴ sua análise se desenvolve apontando o quanto é curioso encontrar uma mulher que, mesmo, em meio a um bairro pobre da periferia de Itumbiara, conseguira publicar um livro por uma grande editora. Como o seu foco é a divulgação de escritores, a maneira como vivem, as dificuldades enfrentadas por Dona Luzia e por seus familiares e vizinhos servem apenas como “moldura” para se destacar a “poesia” nascendo mesmo em meio às maiores adversidades.

Assim como indica o trecho anteriormente destacado, a reportagem se limita a pensar aquilo que Dona Luzia relata em seu livro apenas como “autobiografia”, ou seja, as questões são colocadas individualmente. A experiência está reduzida ao que seria uma superação individual da autora do livro.

Quem é Luzia Florêncio- Vale plagiar Carlos Drummond de Andrade, que disse isso de Cora Coralina quanto a Goiás: Luzia Florêncio, sem sombra de dúvida, é a pessoa mais importante de Itumbiara. Não há políticos, empresários nem liberais que se nivelem a essa mulher, enorme em sua simplicidade, 52 anos de garra, perseverança e vitórias. Quando a diretora Auxiliadora, [...] convidou-a a se apresentar, aquela senhora levantou-se com a naturalidade de quem estivesse em casa, tomou do microfone e começou, com sua voz de menina-moça:

⁹³ DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia, 24 out. 1993. p. 12. Compõe o acervo pessoal de Luzia Santos Florêncio.

⁹⁴ Diferentemente desse posicionamento, prefiro o diálogo com a perspectiva trabalhada na linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, onde “Cultura deixa de ser pensada como esfera superior, ou como lugar de expressão das manifestações artísticas, para ser entendida no interior do próprio processo social onde os homens constroem e reconstroem suas experiências. Cultura como prática social em movimento e como expressão da relação entre diferentes sujeitos portadores de fazeres, saberes e, portanto, de culturas no plural. Culturas como modo de ser e de viver, constituídas no campo de disputas”. Ver ALMEIDA, Paulo R.; CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloísa P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa Helena P.; MACHADO, Maria Clara T. (Orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 15.

– Eu vim da rua. Nasci na beira de uma estrada nas imediações da cidade de Patos de Minas. [...] minha mãe tinha apenas 15 anos quando vim ao mundo, ela era alcoolatra e prostituta. Passei por todas as dificuldades, vivíamos como andarilhos. Meu pai foi assassinado num garimpo, não me lembro dele...

[...] Casou-se quando ainda era quase menina, um casamento que durou muito pouco tempo. O marido, certo dia, desapareceu e ela só ficou sabendo de sua morte tempos depois: ele morreu da mesma forma que o pai dela, assassinado num garimpo em Estrela do Sul. Viveu outras experiências amorosas, sempre sem sucesso, até conhecer seu atual marido, Eurípedes, com quem vive há uns 30 anos.

– Feliz, mas já atravessamos muitas dificuldades, porque ele, como mamãe, bebia muito.

E quando bebia era um horror. Mas graças a Deus ele deixou a bebida e somos, sim, uma família feliz. Enfrentamos muitos problemas, mas somos felizes.⁹⁵

Para o jornalista, por todas as superações individuais e, principalmente, por ter se tornado escritora, Dona Luzia seria a pessoa mais importante de Itumbiara. Inclusive, em certo ponto chega a criticar o desdém dos políticos locais, reivindicando a recepção de homenagens para aquela senhora o reconhecimento oficial por seu trabalho. Apesar de a reportagem trazer isoladamente as questões narradas por Dona Luzia em seu livro, penso ser possível analisá-las dentro de um conjunto de questões comuns compartilhadas, dentro de um campo de relações sociais sendo forjadas cotidianamente, tensionando modos de viver.⁹⁶

No evento narrado pela reportagem (assim como na primeira vez que conversamos e também no início de seu livro), Dona Luzia inicia sua fala dizendo como, juntamente com seus pais e irmãos, viveu nas ruas, de cidade em cidade, durante vários anos. Esta parece ser uma das formas encontradas por ela para conferir um valor maior à sua “história de vida”. É como se buscasse dizer: “Olha eu vivi dessa forma por muitos anos, mas hoje eu sou escritora e represento a Igreja em vários encontros pelo

⁹⁵ DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia, 24 out. 1993. p. 12. Compõe o acervo pessoal de Luzia Santos Florêncio.

⁹⁶ No artigo “Carolina Maria de Jesus e os discursos da negritude: literatura afro-brasileira, jornais negros e vozes marginalizadas”, o autor José Carlos Gomes da Silva também se diz interessado em discutir a trajetória da escritora negra Carolina Maria de Jesus, não apenas tentando compreender a sua produção literária, mas tentando pensar seus escritos como “expressão das vozes marginalizadas”. Embora o autor tenha, nesse artigo, entrado em um debate com outros autores, avaliando se os escritos “carolinanos” se enquadrariam ou não dentro de uma literatura negra própria da primeira metade do século XX, ele o faz tentando compreender o lugar social da escritora, ou seja, um lugar que, como indicado na última frase do artigo, estava marcado pelo “racismo combinado com a miséria e a fome que atingia não apenas a ela, mas ao conjunto dos negros pobres recém-chegados à metrópole paulistana em meados do século passado”. Ver SILVA, José Carlos Gomes da. Carolina Maria de Jesus e os discursos da negritude: literatura afro-brasileira, jornais negros e vozes marginalizadas. *História e Perspectivas*, Uberlândia n. 39, p. 59-88, jul./dez. 2008.

Brasil”. Mesmo se colocando como escritora, Dona Luzia não deixa de transparecer o quanto já trabalhou na vida e que, portanto, é também uma trabalhadora.

Em várias partes do livro, procura falar de como, nas mudanças de uma cidade para outra, ela e sua família realizavam todo tipo de trabalho como forma de sobreviverem. Em seu relato aparecem cidades e lugares como Serra da Canastra, Glória, Monte Carmelo, Estrela do Sul, Rio Veríssimo, Ipameri, Patrocínio, Ponte Nova, Catalão, Água Suja, Rio dos Bois e Tupaciguara. Na maioria das vezes a motivação para transitarem por essas cidades era a busca pela atividade garimpeira. Demonstrando conhecimento sobre o processo utilizado no garimpo de diamantes, em certo momento ela explica:

Era assim: furavam as catas, buracos quadrados, próximo ao rio; tiravam toda a terra, deixando só o cascalho e enchendo de água. Tinham um processo e passavam a noite toda trabalhando com canos e dois chupetos de madeira e borracha, fabricados por eles. E no outro dia, 15 ou mais homens, com ferramentas, tiravam o cascalho através de carumbé – vasilhas como bacias pequenas – e iam jogando um para o outro em fila, até o terreiro preparado para o referido cascalho, voltando por outra fila de homens, já vazios. Era assim a procura de diamantes.⁹⁷

A maneira minuciosa com qual descreve a garimpagem de diamantes indica o quanto essa atividade fez parte do cotidiano de sua família por muito tempo, ajudando também a explicar um pouco do que motivava as andanças que empreendiam por tantos lugares. Certamente, o anseio de conseguir alguma riqueza que os retirasse de vez daquela situação de extrema pobreza pela qual a sua e tantas outras famílias estavam passando. Mas a garimpagem não era a única atividade que exerciam. Por onde passavam, às vezes também procuravam os fazendeiros locais e se dispunham a trabalhar em sistema de parceria. Com a matéria-prima fornecida pelo dono da terra, dedicavam-se à fabricação de farinha, óleo de pinhão ou, quando recebiam arroz e café ainda em casca, tinham que limpá-los com o uso de um pilão. No entanto, mesmo sendo um trabalho em parceria, Dona Luzia aponta que sempre levavam uma grande desvantagem, mas que, mesmo assim, era preciso suportar tal situação como forma de obterem o sustento de cada dia.

Esta incessante procura por trabalho acabou por trazê-los até Itumbiara. Seu segundo marido, Eurípedes, era carregador e conseguiu emprego em uma das muitas

⁹⁷ FLORÊNCIO, Luzia. *Mesmo assim eu sou feliz*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989. p. 17.

empresas de beneficiar arroz que existiam na cidade naquele momento. Ao chegarem no lugar, logo veio o problema da moradia. Depois de algum tempo vivendo em uma casa pertencente à empresa, seu marido optou pela aquisição de um terreno no Novo Horizonte, um bairro pobre e que servia de alternativa para muitas famílias que chegavam na cidade naquela época. Construíram, então, um barraco improvisado com diversos tipos de materiais e passaram a viver ali.

Dona Luzia aponta também uma questão importante para a compreensão de estratégias de sobrevivências das muitas famílias em situação semelhante à dela. A formação de redes de solidariedade entre os vizinhos era algo primordial e, talvez, a única coisa que se poderia contar diante de uma situação de emergência. É o que ocorreu quando, certa vez, o barraco onde viviam caiu e tiveram que se abrigar nos vizinhos; ou, mesmo, nas várias vezes que tinha que sair de casa juntamente com os filhos devido ao comportamento violento do marido tomado pela embriaguês alcoólica. Outra situação complicada, pois, assim como ocorre em muitas famílias, não era algo simples suportar um marido violento, mas também não é difícil imaginar a dificuldade em abandoná-lo e ter que cuidar sozinha da casa e dos filhos ainda pequenos. Em sua própria avaliação, “meu marido trabalhava, punha alimentos em casa. [...] ele reclamava sempre por causa de tudo! Mas eu agradecia porque tínhamos o que comer!”.⁹⁸

Dessa forma, percebe-se que manter o casamento, mesmo diante de tantos problemas, não era uma questão apenas de obediência a algum mandamento religioso. Os limites colocados pelas condições materiais de sobrevivência, os filhos ainda muito pequenos também eram algo a influenciar decisivamente para que Dona Luzia não abandonasse e tentasse ajudar seu marido a livrar-se daquele vício. Tanto é que, em certa época, com os filhos já crescidos e em condições de trabalhar, Dona Luzia saiu de casa e foi viver em Goiânia, só voltando para junto do marido algum tempo depois.

Voltando à reportagem do *Diário da Manhã*, um último trecho também segue enfatizando a vida de Dona Luzia como exemplo de superação individual:

[...] A pobreza física de sua casa tem a compensação da felicidade, refletida principalmente nos 12 netos. Pobre e humilde, com escolaridade limitada, Luzia fala bem, com clareza e segurança, tem uma intensa atividade nas Comunidades Eclesiais de Base, enfrenta com coragem e determinação os desafios do destino e ainda cria meninos de rua.
[...]

⁹⁸ FLORÊNCIO, Luzia. *Mesmo assim eu sou feliz*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989. p. 36.

Mas a melhor amostra dessa poeta do povo, ex-menina de rua num tempo em que a expressão ainda não era concebida pela imprensa e pelos sociólogos, está no seu livro:

“Posso dizer muito tranqüila: sou muito feliz! Feliz mesmo! Não tenho dinheiro, não tenho boa casa, não tenho nada, tenho muitos trabalhos, tenho dificuldades. Uma das minhas filhas é prostituta, mas é minha filha, que eu quero bem. Tenho sempre uma palavra de carinho para ela. Ficou viúva e caiu na prostituição. Suas crianças estão comigo. Mas mesmo assim sou muito feliz e tenho uma confiança muito grande em Deus. Às vezes eu digo: no dia em que eu morrer, cantem, celebrem... porque, apesar de tanto sofrimento, eu sou feliz.”⁹⁹

“Apesar de tanto sofrimento, eu sou feliz”. Esse parece ser o posicionamento que mais chamou a atenção, tanto dos organizadores da reportagem, quanto daqueles que publicaram os manuscritos de Luzia Santos Florêncio. O “exemplo de vida” de uma mulher pobre que segue em frente apesar de tudo parece já trazer em si o apelo necessário para se estabelecer um diálogo entre segmentos distintos da sociedade. Nesse sentido, Dona Luzia menciona que a editora, pouco tempo antes da publicação de seu livro, escrevera-lhe dizendo que “[...] aquele manuscrito ia preencher uma lacuna, que eles estavam cansados de escrever coisas de ficção e que eles gostavam muito de escrever essas coisas verdadeiras, do dia-a-dia, fatos reais [...]”.¹⁰⁰

Conversando com Dona Luzia ou lendo seus textos é possível perceber que, realmente, em muitos momentos, ela procura se colocar como esse exemplo de superação. Pode-se compreender tal posicionamento levando-se em consideração sua longa trajetória em pastorais e movimentos da Igreja Católica. Contudo, tenho procurado avançar, ir além de uma análise que apenas constate a trajetória dessa mulher como a experiência de quem simplesmente incorporou o discurso da Igreja. Seja dialogando ou lendo seus escritos, meu esforço tem sido o de tentar compreender não uma experiência individual, mas uma experiência que é de classe. Ou seja, o desafio tem sido discutir que tipo de relações sociais vem produzindo e/ou colocando tantos grupos de pessoas em situações de extrema dificuldade.

Publicada como um anexo de seu livro *Mesmo assim eu sou feliz* o trecho da entrevista a seguir oferece elementos para se pensar uma série de questões que dizem

⁹⁹ DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia, 24 out. 1993. p. 12. Compõe o acervo pessoal de Luzia Santos Florêncio.

¹⁰⁰ FLORENCIO, Luzia Santos. Luzia Santos Florêncio: depoimento [ago. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

muito de uma condição de classe sendo experimentada por muitos sujeitos em Itumbiara no final dos anos 1980 e início dos 1990:

Vida Pastoral: - Dona Luzia, qual a situação do seu marido?

Luzia: - Meu marido tem 54 anos, trabalha numa associação de sindicato da companhia Cibrazem, entre os ensacadores, na maior exploração. Está muito doente e não o encostam. Tem medo de deixar o trabalho porque nessa idade não encontra outra firma que o aceite. Então ele fica agüentando a mão.

VP: - A Sra., além de cuidar da casa, teve que trabalhar fora?

Luzia: - Já trabalhei de empregada, lavadeira, bóia-fria até três anos atrás. Aí tive que sair do trabalho e ficar mais em casa, porque os filhos que ainda são moços e moram em casa precisam de mim, e as três crianças também. Embora eu tenha precisão de trabalhar fora, tenho que ficar em casa para dar um pouco de assistência à família.

[...]

VP: - Qual é a situação do lugar onde a Sra. Mora?

Luzia: - O bairro onde moro é um dos mais pobres. Nossa paróquia também é uma das maiores, e muito pobre. A maioria do pessoal do bairro é desempregada. Dos que trabalham, a maioria é bóia-fria, domésticas e lavadeiras. Por mais que a gente lutasse, não tinha, até pouco tempo atrás, nenhum sindicato. A gente não tem muito conhecimento das leis trabalhistas e não sabia como fundar um sindicato, embora a gente tenha um grupo de trabalhadores que luta pela conscientização. Há dois anos atrás chegou lá um senhor. Ele se diz trabalhador, mas a gente não sabe se é trabalhador, e não se sabe quais são as idéias e as intenções dele. Ele fundou um sindicato provisório, mas o trabalhador não tem acesso a esse sindicato. Não tem vez. A gente não sabe direito como funcionam as idéias dele. É ele quem manda.

VP: - E o que vocês estão fazendo diante disso?

Luzia: - Estamos conscientizando as comunidades no sentido de participar de tudo o que acontece lá dentro, para conhecer as idéias e pra ver como mudar as coisas. Mas as coisas estão difíceis porque o trabalhador não tem proteção.¹⁰¹

Podemos pensar essas questões relativas a pessoas que, mesmo doentes, precisam trabalhar e são exploradas; relativas a bairros pobres sem nenhum tipo de assistência e com a maioria das pessoas desempregadas. A julgar pelas questões apontadas no diálogo acima, não fica difícil entender a falta de apoio em Itumbiara para a publicação do livro de Dona Luzia. Estas, por sua vez, apontam para uma imagem de cidade que vai na contramão daquela já discutida no primeiro capítulo; Itumbiara como “cidade progressista”, “cidade de todos”, propagandeada por segmentos hegemônicos.

¹⁰¹ FLORENCIO, Luzia. *Mesmo assim eu sou feliz*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989. p. 85-86.

Muito mais que levar uma mensagem de superação, as colocações nesta entrevista apontam para sujeitos que estão vivendo e disputando uma cidade em desigualdade. Que estão se movimentando em busca de melhorias nas condições de trabalho, inclusive, considerando, na criação de um sindicato, um aumento de suas possibilidades de negociação e disputa na/pela cidade.

Também, algo importante a ser considerado nesta questão pode ser percebido na desconfiança de um sindicato sendo comandado por alguém que poderia não ser um trabalhador. Um forte indicador de que há um reconhecimento por parte destes sujeitos da condição de classe¹⁰² com a qual estão lidando, e que talvez o melhor, na lida com esta condição, seja que as decisões fiquem mesmo entre trabalhadores.

No trecho seguinte, a entrevista segue abordando diretamente a ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Mais uma vez, o estabelecimento de um olhar que vá além do elogio e/ou crítica simplista acerca dos efeitos da implantação das CEBs pode trazer mais indicativos de uma cidade sendo vivida de forma desigual.

VP: - Qual era a situação antes do nascimento das CEBs?

Luzia: - Antes que existissem as CEBs, havia muita pobreza e o pessoal era muito desunido. Aconteciam coisas horrorosas. Não eram coisas das quais eu ouvia falar; eram coisas que eu presenciei: mães de família que iam trabalhar doentes e às vezes voltavam mortas, porque mal alimentadas; crianças que morreram intoxicadas com medicamentos derrancados, pois o irmão maior ia dar remédio para o irmãozinho e dava o remédio derrancado; crianças que morriam queimadas, três, quatro de uma vez: os pais, bóias-frias, saíam de madrugada, as crianças pegavam a lamparina e, sem saber, botavam fogo na casa; crianças que morriam dentro de poços, ou atropeladas na rua...

VP: - A situação mudou com o surgimento das CEBs?

Luzia: - Com as CEBs isso melhorou um pouco, porque a gente aprendeu a assumir. Os bóias-frias saem de madrugada, e quem fica em casa durante aquela semana dá um giro, e onde tem criança sozinha, se precisar, leva para casa; se precisa, dá um banho; se está doente, sem comida, a gente reparte o leite com o filho da gente; a mãe que está amamentando lhe dá de mamar.

¹⁰² Ao longo desse trabalho, tenho tentado colocar em movimento a perspectiva de que os sujeitos com os quais venho dialogando vivem uma condição de classe, uma vez que os mesmos vivenciam cotidianamente situações muito semelhantes quanto ao trabalho, à moradia, ao lazer, enfim. Assim, é neste compartilhamento das experiências do dia-a-dia que tais sujeitos vão produzindo identificações, criando alianças com aqueles que julgam iguais, e disputando espaço na sociedade com outros grupos que reconhecem a formulação de interesses diversos. Como sugere E. P. Thompson, venho procurando pensar a classe não de uma forma estática, mas “segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais”. Ver THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 277.

Depois que vieram as CEBs – é uma experiência dos pobres – mas a gente partilha de tudo: a vida, a luta, a dor, as vitórias. Eu comparo a comunidade com o Cristo e sua comunidade, com aquele pessoal lá do Evangelho, onde mostra a multiplicação dos pães. O Cristo podia multiplicar, mas nós também repartimos o pouco que temos, com muita alegria, sem nenhum pretexto. Apesar de pobres, a gente vive com muita alegria. Não são muitas as famílias que vivem assim, mas tem um grupo aqui, um grupo mais adiante, outro mais adiante. [...] É uma vida muito pobre, mas muito alegre e feliz, de gente muito unida.

[...] As CEBs são o lugar onde a gente se conhece pelo nome, onde todos são iguais. Um pedacinho da Terra Prometida é viver nas CEBs.¹⁰³

Dona Luzia descreve o lugar onde vive no final da década de 1980 (já em Itumbiara) como um lugar de muita pobreza, onde, às vezes, as famílias não tinham nem o que comer. Homens e mulheres, pais de família que precisam enfrentar a dura condição de trabalhar como bóias frias nas lavouras da região – muitas vezes a única opção de trabalho, principalmente entre os homens. A dificuldade de ter que sair para o trabalho e não ter com quem deixar os filhos – provavelmente, não podiam contar com o serviço de uma creche pública para as crianças sem a idade mínima de ir para a escola –, não tendo outra alternativa senão deixá-los à própria sorte.

Esse é mesmo período citado por Dona Jesuslene no capítulo anterior que a “cultura” começa a ter mais espaço em Itumbiara. Dentro do que já venho apontando com relação à perspectiva de revitalização adotada por alguns segmentos que vem tornando seus interesses hegemônicos em Itumbiara, essas dificuldades citadas na entrevista não mereceram ser destacadas por parte do Poder Público naquele momento, ou seja, não se enquadravam no conjunto dos elementos que deveriam ser mostrados como parte da cultura local.

Dona Luzia relata então que, com a implantação das CEBs, a situação melhorou, pois eles aprenderam a “assumir”, aprenderam a repartir entre eles e a cuidar uns dos outros. No entanto, como já mencionado anteriormente, Dona Luzia fala em seu livro (mesmo antes da implantação das CEBs) de momentos em que foi auxiliada por vizinhos e que, também, prestou auxílio a alguns deles. Assim, pode-se perceber que as CEBs não transformaram a vida destas pessoas como em um passe de mágica. Estas já se valiam de práticas de solidariedade como forma de enfrentamento das dificuldades

¹⁰³ FLORÊNCIO, Luzia. *Mesmo assim eu sou feliz*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989. p. 87-88.

cotidianas. O que parece mais coerente é que, dentro da “experiência dos pobres”,¹⁰⁴ as propostas das CEBs tenham sido aproveitadas como um meio de organizar e/ou potencializar ações já desenvolvidas por muitos sujeitos.¹⁰⁵ Importa destacar então que, ainda que não com a mesma articulação, esses sujeitos já se movimentavam em seus bairros por meio da prática do Congado ou mesmo por meio de práticas de solidariedade desenvolvidas junto aos vizinhos – considerados seus iguais, negros ou não.

Sobre a relação com a Igreja, Dona Luzia ainda diz que, devido à falta de apoio de alguns padres e bispos, já chegaram a realizar celebrações sem a presença de sacerdotes ordenados. Afirmo também que, se necessário, o farão novamente. Recentemente já fizeram essa “ameaça” diretamente a um membro da Igreja por se sentirem maltratados em uma das celebrações que, segundo ela, não foi realizada do jeito como eles estão acostumados. Dona Luzia faz questão de deixar claro que depois de já terem conquistado espaço para realizar a celebração na Igreja por um padre ordenado, voltar a realizar celebrações por conta deles mesmos seria ruim para a imagem da Igreja.

Por outro lado, sua irmã, Dona Iracema diz que deixar de realizar a celebração na Igreja poderia incentivar uma separação depois de tanta luta e da conquista de uma aproximação. Além disso, isso significaria para ela um aumento dos custos, já que o almoço que esta organiza no dia da festa de seu grupo é oferecido nas instalações da Igreja do bairro onde mora, e que, sem este espaço teria que alugar tendas para fazer a celebração e servir o almoço aos convidados.

¹⁰⁴ Pensando as experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, Eder Sader avalia como se deu a reorientação de parte da Igreja Católica no Brasil com base nisto que dona Luzia aponta como “experiência dos pobres”. Essa aproximação mais efetiva entre a Igreja e muitos grupos de trabalhadores pobres teria acontecido, principalmente, através da matriz discursiva da teologia da libertação e de ações práticas desenvolvidas através das CEBs. Essas ações consistiriam desde pequenas mudanças na organização cotidiana de muitas comunidades pobres até a adoção de posturas de contestação política. Ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970- 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰⁵ De maneira semelhante, Antônio de Pádua Bosi, discutindo as experiências de luta e organização de muitos trabalhadores na cidade de Monte Carmelo-MG, também se viu diante de depoimentos semelhantes ao de dona Luzia. Em meio aos muitos relatos indicando o quanto o trabalho das CEBs fora importante na criação de sindicatos de trabalhadores rurais e empregadas domésticas e na organização de trabalhadores como um todo, o autor conclui que, naquele momento em Monte Carmelo, fins dos anos 1970, “Igreja e trabalhadores interagiram na formação de uma nova condição de existência política e moral”. Ver BOSI, Antônio de Pádua. *Os “Sem Gabarito”: experiências de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980*. Cascavel: Edunioeste, 2000, p. 66.

Assim, diante destas questões, a Igreja Católica emerge das experiências dos sujeitos, não de uma forma exclusivamente religiosa, mas também como um espaço de negociação marcado por contradições, consensos e conflitos.

Ao longo desses últimos dois anos em que venho conversando com trabalhadores integrantes desses grupos de Congado de Itumbiara, algo que sempre está presente nas menções sobre suas experiências na cidade diz respeito ao relacionamento que possuem com prefeitos, vereadores, deputados, enfim, como eles mesmos dizem, com “os políticos” da cidade ou com “a política da cidade”. Apesar disso, sempre resisti em discutir mais a fundo essa questão por pensar se tratar ela de mera “politicagem”. Aos poucos, fui percebendo então como esse relacionamento não é significativo apenas no entendimento de como agem os “políticos” em ano eleitoral, mas informa também sobre a dinâmica do viver em Itumbiara de uma forma mais ampla, uma vez que as pessoas não tratam os aspectos de suas vidas em separado.

No dia 23 de abril de 2010 ocorreu na Câmara Municipal de Itumbiara um evento decisivo para que aqui se pudesse problematizar os sentidos elaborados por muitos desses trabalhadores negros em seu relacionamento com a “política da cidade”. O evento, organizado pelo Partido dos Trabalhadores, realizou várias homenagens às famílias de antigos membros que teriam “prestado relevantes serviços ao partido”. A presença na reunião de Dona Iracema e Dona Cecília, já citadas no presente trabalho, foi significativa para que se pudesse perceber como o envolvimento dessas pessoas com a “política local” era bem maior, ou bem diferente do que pensava¹⁰⁶. Sobre essa questão, o diálogo abaixo oferece mais elementos:

Yanglely: Esse último evento na câmara tinha algumas homenagens; a senhora tava sendo homenageada também?

Iracema: E fui homenageada. Não eu, meu marido foi homenageado, pois nós... no início da... do nascimento do PT... meu marido e eu e minha família, nós trabalhamos muito. Fomos formiguinha. Meu marido era coordenador do CERECA na época, onze cidades por nossa conta. E nós aproveitamos e andamos nessa cidade e colhemos alguns votos e filiamos muita gente naquela época. Ele foi homenageado por isso, por ter participado e ser também adepto ao PT.

Yanglely: Essa relação com o PT vem desde quando, a senhora lembra?

¹⁰⁶ Uma realidade que eu não percebia, mas que já “batia em minha cara”, pois nas festas organizadas por estas senhoras e que pude acompanhar, sempre estiveram presentes membros do PT de Itumbiara e de outras cidades.

Iracema: Lembro. O PT, pra te falar a verdade, desde 91, 92 o PT tem me ajudado muito, mais... eu me filiei ta com pouco tempo.

Yanglely: Mas a senhora já participava antes?

Iracema: Eu já... o pessoal do PT já me usava... já me ajudava. [...] já trabalhei sim pra alguns candidatos. Já trabalhei pro... pro deputado Cleovan Siqueira, ele não é daqui de Itumbiara, mas ele teve aqui passeando e agente fez amizade [...] desde essa época então eu comecei já a ser petista, mas só que eu num filiava. Antes deu filiar eu trabalhei pro PT.¹⁰⁷

As palavras de Dona Iracema em muitos momentos direcionam agradecimentos ao PT por tê-la ajudado durante muitos anos, mesmo sem ser filiada. No entanto, esse sentimento de gratidão não se dá no sentido de quem foi alvo de algum tipo de assistencialismo partidário em época de campanha eleitoral. É um sentimento de quem recebeu, mas que também doou grande parte de seu tempo na consolidação de um partido que atualmente é muito poderoso e ocupa o Governo Federal: “meu marido e eu e minha família, nós trabalhamos muito. Fomos formiguinha”. O texto abaixo, um convite feito à família de Dona Iracema, permite a continuidade dessa reflexão:

Pelo presente estamos convidando a família do Saudoso e Valoroso Companheiro Jose Luzia o Barra de aço, para participar da solenidade da Instituição do Núcleo de Formação Política Companheiro Zé Luzia. Esta Iniciativa tem como pano de fundo o resgate da memória deste grande companheiro, que prestou relevantes serviços ao Partido dos Trabalhadores. Estamos contando com a participação dessa conceituada família, que honra o nome Zé Luzia o Barra de Aço com todas as letras e por isso mesmo com inteira justiça, receberá a Certificação das homenagens que serão realizadas no dia 23 as 19 na Câmara Municipal de Itumbiara. [...] ¹⁰⁸

Guardadas as devidas proporções, tanto o depoimento de Dona Iracema quanto o texto do convite procuram legitimar a situação vivenciada atualmente, relembrando a relação estabelecida em um passado não muito distante. Ter “como pano de fundo o resgate da memória deste grande companheiro” permite ao partido ou àqueles que o lideram legalmente, legitimar uma memória que é sempre relacionada ao PT, ou seja, a memória da luta pelos direitos dos trabalhadores do país. Neste sentido, Dona Iracema também busca a legitimidade de pessoa batalhadora e que vai vencendo os obstáculos

¹⁰⁷ SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva: depoimento* [jul. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

¹⁰⁸ CONVITE enviado a Dona Iracema Pereira da Silva. Itumbiara: Partido dos Trabalhadores – Diretório Municipal de Itumbiara. 23 abr. 2010.

cotidianos, relembrando como ela, seu marido e muitos de sua família ajudaram a fazer do partido o que ele é hoje.

Dessa maneira, acredito que o mais importante nesta questão é a compreensão de que estes sujeitos sabem com o que e com quem estão lidando, nisso que já mencionei como “política local”. Sabem que, ao estarem inseridos no meio político da cidade, estarão também mais próximos daqueles que, na maioria das vezes, podem mais facilmente conseguir as melhorias que almejam para o lugar onde vivem e/ou para continuarem com as práticas que desenvolvem cotidianamente. Mais uma vez, o que diz Dona Jesuslene pode aqui alargar essa compreensão:

Minha mãe foi candidata a vereadora... umas quatro vez. No primeiro mandato que ela foi candidata, ela tirou muito voto, mas não foi eleita. Porque roubaram, “diz que roubaram os voto dela” (sussurrando). Teve muito voto. E... das outras vez foi do mesmo jeito. Até que ela cansou e parou de mexer com política (risos). [...] minha mãe ajudou muito os político aqui de Itumbiara, que ela tem um trabalho social, que ela é voluntária por conta própria dela, o dom que Deus deu pra ela, que minha mãe também não tem leitura. É, minha mãe agora depois... já... de nós tudo grande que ela aprendeu assinar o nome dela. [...] Ela não tem leitura, mas Deus deu um dom, deu sabedoria pra ela que ela sabe entrar em qualquer lugar e sair. Com esse trabalho social da minha mãe ela ajudou muito os político... certo? e os político não enxerga ela como, assim, uma pessoa que ajudou eles. Entendeu? Tudo que ela faz, fez, eles quer... chega dando [...] assim, assim com qualquer papelzim, qualquer trezizim, compra, acha que tá comprando as pessoa, e, acha que tá fazendo demais também, mas num tá, porque agente tem que ter muito cuidado nessa hora aí dos político nos aproveitar de nós. Aí muitas vezes até é, nós podemos até ser renegado pelo movimento negro, tá evitando o máximo de ser usado pra política porque já fomos muito, não só aqui em Itumbiara, mas no Brasil todo. Tem nossos irmão de quilombo, que ainda tem quilombo ainda; cê já ouviu falar nos quilombo? As comunidades quilombolas é... são muito usadas nas política. E se você for lá na realidade deles lá, você vai ver que foi só embromação, só usaram eles. No papel é uma coisa de boa conversa, vou fazer isso, fazer aquilo e não faz nada.¹⁰⁹

Ao citar a candidatura de sua mãe ao cargo de vereadora por quatro ocasiões, Dona Jesuslene indica que há, entre estes sujeitos, o desejo de participar de um novo campo de possibilidades ao qual não possuem um acesso direto. O fato de Dona Cecília

¹⁰⁹ SILVA, Jesuslene de Oliveira. *Jesuslene de Oliveira Silva: depoimento* [out. 2009]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

ter sido bem votada – “ela tirou muito voto, mas não foi eleita” – demonstra que trabalhavam com uma alternativa possível de disputa e negociação dentro daquilo que esperam e planejam para a cidade.

A desilusão com a “política” não está apenas na falta de reconhecimento pelo trabalho prestado por Dona Cecília ou outros – “os político não enxerga ela como, assim, uma pessoa que ajudou eles”. Está também na constatação de que ter um representante (vereador) de dentro dos grupos é uma possibilidade que existe, mas que é muito difícil de se conseguir diante dos limites e pressões que se apresentam no caminho, assim como das condições desiguais de disputa em que vivem dentro da cidade.

Fazer parte de partidos e manter uma aproximação até mesmo de amizade junto a muitos “políticos locais” não impede o reconhecimento de que seus interesses – interesses classistas – não são exatamente uma prioridade dentre outros projetos que se definem na cidade. Pelo menos, não da forma como almejam. Sendo assim, percebem estratégias elaboradas em seu desfavor, “chega dando [...] assim, assim com qualquer papelzim, qualquer trezizim, compra, acha que tá comprando as pessoa”, e se posicionam com relação ao que poderia de algum modo causar um desprestígio, “tem que ter muito cuidado nessa hora aí dos político nos aproveitar de nós. [...] podemos até ser renegado pelo movimento negro”. Dona Jesuslene mais uma vez demonstra que não são apenas as questões locais que estão no universo das preocupações desses trabalhadores. Faz questão de alinhar seus interesses – ou mesmo legitimá-los – como sendo próprios de algo “maior” no Brasil todo, como o que buscam as “comunidades quilombolas” ou o que chama de “movimento negro”.

No dia 30 de Julho de 2010, já como parte da campanha eleitoral, integrantes dos grupos de Congado da cidade (estavam presentes Dona Cecília, Dona Iracema, Dona Luzia e sua filha Margarida, entre outros) participaram de uma reunião com membros do diretório local do PT e também o Deputado Federal Rubens Otoni, candidato à reeleição. A pauta da reunião consistia em ouvir as propostas do candidato e reivindicar que o mesmo, se reeleito, atuasse junto ao Poder Público Municipal no sentido de criar uma Secretaria que cuidasse dos interesses dos grupos considerados mais discriminados.

Além dos grupos de Congado locais – ou como se identificaram neste momento, o Movimento Negro –, estavam representados na reunião a Comunidade Cigana e o Movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Falando em nome de

todos os grupos presentes, Margarida Maria Florêncio – filha de Luzia Florêncio, pessoa com a qual tenho dialogado muito – argumenta que:

[...] O Movimento Negro de Itumbiara, é um movimento que vem caminhando a um longo tempo. Há uma história de muita luta, de muito sofrimento. Quando o Jeová coloca a, a... a falta de um local pra gente se reunir, a questão de apoio, então eu tenho certeza que o deputado, o vereador, o professor é... Zé Márcio, o Luis Damião, as pessoas que estão sempre mais próximas destas lutas sociais estão sabendo disso. E para o deputado, a gente quer passar um pouquinho, essa nossa preocupação. Porque a gente precisa crescer, mas como é que cresce? É preciso continuarmos caminhando juntos. Nós não temos um local pra reunir, nós não temos, por exemplo, uma secretaria que discuta é, especificamente os assuntos dessas minorias. A gente vê que em outras cidades tem Secretarias Municipais de Igualdade Racial. Nós precisamos tá movimentando isso aqui pra que a gente possa conseguir isso. Conseguir locais, conseguir cursos. Conseguir, através até das oportunidades que foram criadas pelo deputado, que o pessoal negro, o pessoal mais discriminado tenham mais condições de entrar na faculdade, e de nela permanecer. Porque entrar na faculdade, às vezes você entra com cota ou por qualquer outro meio, mas a condição de permanecer naquela faculdade, ela ainda não existe. O povo negro, nós precisamos abraçar essa luta [...] ¹¹⁰.

Acompanhando a fala da Sra. Margarida, o discurso do deputado, enfim, tudo o que foi colocado nesse encontro, inevitavelmente me fez vir à mente outra reunião com dois deputados que trago em destaque na apresentação deste trabalho. Essa reunião também tinha como pauta a construção de um espaço, um centro cultural destinado ao Movimento Negro de Itumbiara. Na ocasião, o texto da reportagem do periódico *Folha de Notícias* indicava a construção desse espaço como sendo algo certo. Algo que, passados dois anos, parece estar longe de se concretizar, uma vez que nem o terreno foi disponibilizado para tal obra.

Mesmo assim, esses sujeitos mais uma vez se reúnem com um deputado, solicitando apoio às questões de seu interesse. Da fala da Sra. Margarida, além do espaço para as suas reuniões, festejos, consta também a reivindicação para que se crie uma secretaria municipal para tratar especificamente das necessidades dos “grupos mais discriminados”. Assim, vale questionar? Quê faz esses sujeitos continuarem a insistir na

¹¹⁰ Trecho do discurso da Sra. Margarida Maria Florêncio realizado no dia 23 de julho de 2010 por ocasião de uma reunião do Partido dos Trabalhadores.

aproximação com políticos locais e regionais, visto que, pelo que tenho acompanhado, não estão obtendo grandes resultados?

O que parece é que as dificuldades pelas quais eles vêm passando nos últimos anos não permitem que estes abram mão do contato com os partidos, com os políticos, como um viés de negociação e de luta. Posicionar-se nesse encontro ao lado de outros grupos como os Ciganos e o Movimento GLBT indica que estão buscando na união de segmentos tão diversos, mas com pontos em comum no que experimentam na cidade, soluções para suas demandas. Daí, a ampliação das questões e o foco agora na criação dessa secretaria específica que trate de seus interesses.

Além de buscarem esse contato pessoal junto a políticos e empresários locais e regionais, os sujeitos de nossa pesquisa também vêm procurando fazer uso de meios “oficiais” como forma de obter melhorias para o grupo ou comunidade da qual fazem parte. Segue abaixo ofício enviado em fevereiro de 1997 ao então Prefeito Municipal Cairo Ferreira Batista:

Venho através deste passar a V. Excia., a solicitação dos Presidentes de Bairros, para que sejamos atendidos no gabinete o mais rápido possível, pois muitas das vezes ficamos esperando e não somos atendidos e gostaríamos de lembrar que trabalhamos sem nada recebermos dos cofres públicos. Sem mais para o momento, e na certeza de contar com o apoio de V. Excia., renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Cecília Conceição de Oliveira
Presidente do Setor Oeste.¹¹¹

Apesar de ter sido assinado por Dona Cecília, então presidente do Bairro Setor Oeste, o texto do documento traz a intenção de representar todos os presidentes de bairros, ou seja, sugere estar carregando o peso de uma coletividade maior, abrangendo todos os lugares da cidade. Neste sentido, compreendem que é preciso inserir-se em uma “negociação política”, em que importa demonstrar a dimensão da população que está envolvida ou a quantidade de votos que estão em jogo. Assim, colocar Dona Cecília à frente dessas reivindicações demonstra que entendem e sabem jogar com tais “estratégias políticas”, tendo em vista que esta senhora é bem conhecida na cidade,

¹¹¹ Ofício enviado pelos presidentes de Bairro de Itumbiara-GO em fevereiro de 1997 ao então Prefeito Municipal Cairo Ferreira Batista.

sendo, por várias vezes, candidata a vereadora, contando com votações expressivas. Diante da dificuldade em serem atendidos pelo prefeito, tentam mostrar que exercem um papel importante na cidade e que não recebem qualquer recurso por parte do poder público – o que não seria o caso do prefeito e dos vereadores.

Enquanto presidente do grupo Congo Beira Mar ou em nome de “Comunidade de São Benedito”, Dona Cecília também assina outros ofícios como estes a seguir, destinados ao atual prefeito de Itumbiara José Gomes da Rocha e ao presidente Lula:

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o prazerosamente servimos do presente para solicitar a Vossa Excelência, a liberação de 1 ônibus para viagem para festa de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, que será realizada no dia 12 de maio em Ituiutaba - Minas Gerais.

Sem mais para o momento. Aproveito para agradecer a atenção que sempre dispensou, e me coloco a sua disposição sempre que necessário.

Atenciosamente,

Cecília Conceição de Oliveira¹¹²

Nós da comunidade de São Benedito estamos pedindo um apoio para o nosso folclore aqui dentro de Itumbiara, tem 20 anos que fazemos a festa no meio da rua, que nós recebemos as pessoas de baixo de uma tenda de plástico que recebemos 20 ternos de congo na rua, que nós não temos um barracão.

Antes de você sair do governo ajude-nos, que a nossa situação não [sic] dão pra comprar os instrumentos e nem as roupas.

Se você ajudar nós [sic] estamos muito satisfeitos, muito mesmo.

Obrigada pela sua atenção!

Ass: Dona Cecília Conceição de Oliveira¹¹³

Os dois ofícios acima dizem respeito a questões já apontadas por muitos dos entrevistados como um problema antigo, não só para o Congo Beira Mar, mas para todos os grupos existentes na cidade: dificuldades com o transporte nas viagens que realizam para se apresentarem em eventos e/ou participarem das festas de Congado da

¹¹² Ofício enviado pelo grupo Congo Beira Mar de Itumbiara-GO ao prefeito José Gomes em 10 de março de 2008.

¹¹³ Ofício enviado pelo grupo Congo Beira Mar de Itumbiara-GO ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 23 de abril de 2009.

região e a falta de estrutura para a realização de suas próprias festas e o recebimento dos grupos de outras cidades que os visitam ao longo do ano.

Muito mais que apenas uma forma de encaminhar pedidos ou reivindicações a autoridades como prefeitos ou o presidente da República, tenho percebido que o uso de ofícios tem servido a esses sujeitos como uma forma de aumentar seu poder de negociação, não só perante os demais segmentos da cidade, mas também junto aos que consideram próximos. Assim, mesmo que tenham a exata medida da dificuldade para que estes documentos cheguem até as mãos do prefeito e, principalmente, do presidente do país, sabem que o simples fato de argumentarem – “olha, estamos mandando um ofício pro Lula” – já significa a ampliação de seu campo de possibilidades, demonstrando que conhecem e conseguem transitar até mesmo dentro das esferas de poder consideradas como as mais altas do país.

Outro espaço de negociação bastante utilizado são as atas de reuniões. No decorrer da pesquisa, pude ter acesso a alguns registros de reuniões realizadas pelos grupos Moçambique Real e Congo Beira Mar. Os trechos a seguir fazem parte de um livro de ata do grupo Moçambique Real que me foi disponibilizado por Dona Iracema em uma de minhas visitas a sua residência:

Ata da festa de Canápolis dia 22-10-2006 a saída foi [sic] cordenada por Iracema e organizada a viagem fomos com 30 pessoas e o frete foi 220.00 foi dividido também só que todas as viagens tem um restante pra eu pagar nós não tem faltado nenhuma festa graças a (deus) Deus [...]¹¹⁴

Ata da festa de Zumbi dos Palmares foi realizada no dia 19 de dezembro de 2006. Início sete horas da manhã com onze grupos de Moçambique e Congos a recepção foi na rua Santa Teresa nº 489 B. Planalto. O almoço foi na quadra paróquia de Cristo Rei o reinado na Santa Teresa nº 489 na casa da presidente Iracema P. Silva com a [sic] presença da TV Paranaíba e a missa as dezoito horas na Igreja de Nossa Senhora Aparecida e a Elaine foi coroada como rainha que ficou no lugar da Marcia da Silva Santos. TV Paranaíba marcou [sic] presença com todos os reinados e desfilamos até o local do café [...] o almoço foi doado pelo Sr Prefeito José Gomes da Rocha e o café da manhã também o presidente do Clube do Servidor foi muito cordial com nós deu toda a atenção graças ao padre José Luíz [...]¹¹⁵

¹¹⁴ Trecho Retirado do livro de ata da Associação de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário de Congados e Moçambique Real de Itumbiara, referente ao dia 22 de outubro de 2006.

¹¹⁵ Ibidem.

Ata da festa de Ituiutaba 10-05-2009. Festa maravilhosa que acontece todos os anos com convidados de vários lugares. Nós fretamos um [sic] honibus todos os anos e vamos com todos aqueles que podem ir porque o aluguel do [sic] honibus é dividido em igualdade para todos nós e vamos satisfeitos pois é o que gostamos pois um dia se Deus [sic] quizer vai iluminar o senhor governador e autoridades do assunto e vai enviar o benefício para nós as Congadas de Itumbiara [sic] mais como eu disse anterior e continuo dizendo o nosso prefeito José Gomes nos ajuda com a comida e café da manhã e o Moçambique Real agradece que Deus ilumina o Sr prefeito o grupo agradece [...].¹¹⁶

Como já apontado anteriormente nos ofícios do Congo Beira Mar, Dona Iracema descreve detalhadamente a dificuldade para seu grupo nas ocasiões que necessitam viajar para participarem de festas e apresentações nas cidades vizinhas. Em um primeiro momento, minha interpretação era de que Dona Iracema estava utilizando o espaço da ata para registrar reclamações em relação a essa dificuldade no transporte, tendo em vista a grande quantidade de vezes e a forma com que o assunto aparece. Apesar de ser algo perfeitamente possível – por tratar-se de um documento disponibilizado para pesquisadores e, portanto, algo que acaba se tornando público –, reflexões posteriores vieram a mostrar que essa análise inicial minimizava ou, o que é pior, desconsiderava a resistência a tais dificuldades; mesmo sem apoio, mesmo tendo que prejudicar o orçamento doméstico completando o que faltou para o aluguel do ônibus, há um empenho em estarem presentes nas festas vizinhas, pois estas representam uma oportunidade de diversão, encontro com parentes e amigos que estão distantes e, como já apontado em outro momento, de se fazerem vistos, mostrarem como são importantes e são requisitados até mesmo em outras cidades.

No exercício de pensar essas atas naquilo que expressam de relações sociais, procurei estar atento não apenas ao que trazem de informações, mas ao que revelam sobre as contradições, ambiguidades e tensões que se estabelecem nas experiências de diversos sujeitos na cidade. Assim, cabe observar que, nos trechos citados acima, bem como em outros tantos a que tive acesso, existe uma preocupação em deixar clara a colaboração com as atividades do grupo por parte da prefeitura e, principalmente, do prefeito. Mesmo quando Dona Iracema afirma ter esperança de que o governador e demais autoridades um dia possam reconhecer e ajudar as Congadas de Itumbiara,

¹¹⁶ Ibidem.

existe o cuidado em deixar claro que o prefeito já auxilia os grupos locais com a alimentação necessária para os dias de festa.

No entanto, longe de “espaços formalizados” como entrevistas, ofícios e atas de reuniões, é possível perceber que esses trabalhadores negros não se relacionam de forma sempre tranquila com a prefeitura e/ou com o atual prefeito José Gomes da Rocha. Uma das situações que veio indicar essa intranquilidade ocorreu quando, em certa oportunidade, estive na casa de uma senhora ligada a um dos grupos de Congado da cidade; essa senhora se mostrava preocupada com os preparativos para uma festa marcada para aquele fim de semana. Faltando poucos dias para a festa, ainda faltava muita coisa a ser conseguida, principalmente no que se refere à alimentação (Café da manhã e almoço) a ser oferecida aos grupos visitantes. Minha presença, naquele momento, parece tê-la sugerido alguma possibilidade de solução para o problema – considerando que em várias ocasiões já havíamos conversado sobre as dificuldades na realização da festa.

Nessa oportunidade, mesmo sem qualquer questionamento de minha parte, a senhora em questão começou a falar sobre situações que antes – seja nas entrevistas gravadas ou em outras conversas informais, não havia colocado; não com tanta veemência. A reclamação principal era com relação aos vários ofícios mandados para a prefeitura solicitando ajuda com o café e almoço a ser servido na festa e que, segundo ela, sumiram antes que pudesse chegar até as mãos do prefeito. Sumiço relacionado a algo específico em sua fala: “não querem resolver o problema, aí falam que sumiu”. Até o prefeito, quase sempre alvo de elogios, fora citado como alguém que se esconde pra não ajudar e que, mesmo sendo convidado, não tem participado das festas organizadas por ela.

Quando a perguntei se estava fazendo campanha pedindo ajuda na vizinhança, a resposta foi que, diante da situação, os pedidos estavam sendo estendidos a outros bairros da cidade. Mesmo assim, essas doações não estavam sendo suficientes, já que nem todos estariam ajudando: “eu bato numa porta, ‘ah! eu não posso’; bato em outra porta, ‘ah! eu sou evangélica...’”. Mesmo com todas as dificuldades apontadas, essa senhora fez questão de se colocar no controle da situação e transparecer que estava confiante no sucesso da festa e que Deus iria ajudá-la como sempre ajudou. Percebe-se, com isso, a resistência dessas pessoas às pressões e limites que se impõem cotidianamente. Entretanto, são também perceptíveis as mudanças que essas pressões

tem provocado. Mais uma vez, refletir acerca de questões registradas nas atas de reuniões do Congo Beira Mar pode ajudar na compreensão do caráter dessas mudanças:

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e três, foi realizada a primeira reunião para tratar dos assuntos prévios da décima terceira festa em louvor a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário que se realizará nos dias 19 a 21 e 26 a 28 de setembro do corrente ano. [...] Deu-se início às 19:40 horas. Tendo como objetivo o convite do Sr Donizete e família para serem padrinhos da festa [...]. A folia de São Benedito que deverá sair em agosto nos dias 9 e 10, 16 e 17, 23 e 24, 30 e 31 inteirando-se os nove dias dia 27 de setembro com a entrega final [...]¹¹⁷

Pelos assuntos tratados nessa reunião ocorrida no ano de 2003, fica evidente que a festa organizada pelo Congo Beira Mar, em anos anteriores, tinha uma duração maior, ocorrendo em seis dias distribuídos ao longo de dois finais de semana consecutivos; atualmente, a festa é realizada em um único dia. Contava também com a organização conjunta da Folia de São Benedito, o que certamente proporcionava uma maior movimentação e visibilidade aos sujeitos envolvidos. Essas mudanças também podem ser sentidas à medida que as pessoas buscam em suas lembranças como eram os dias de festa em anos anteriores. Muitos são aqueles que apontam como, em momentos não muito distantes, havia um maior envolvimento em relação à festa. Estes lembram como os festejos se estendiam por muitos dias, havendo organização de bingos e leilões voltados para a arrecadação de fundos para as despesas com a manutenção do próprio grupo. Seu Baltazar, capitão e fundador do Grupo Navio Negreiro, é uma das pessoas com quem tive conversas informais e que também apontou estas mudanças mencionadas nas linhas anteriores.

Para seu Baltazar, além da já mencionada falta de estrutura, espaço adequado para as atividades dos grupos e apoio por parte do Poder Público Municipal, há também a dificuldade gerada pela falta de empenho por parte de muitos dos integrantes dos grupos. Segundo ele, muitos às vezes deixam de participar das atividades do Congado ao longo do ano por causa de jogos de futebol, para participar de jogos de carta (o “truco” é o mais popular), entre tantos outros motivos. A falta de tempo decorrente da vida cada vez mais corrida e o excesso de trabalho também aparecem como questões que vêm atrapalhando o envolvimento das pessoas e, conseqüentemente, o

¹¹⁷ Trecho Retirado do livro de ata do grupo Congo Beira Mar de Itumbiara-GO, referente ao dia 11 de julho de 2003.

desenvolvimento não só do Congado mas de outras práticas mantidas por esses trabalhadores. Mesmo Seu Baltazar afirma não ter como estar presente em muitas reuniões, encontros, por conta do trabalho que, muitas vezes, se estende até tarde da noite. Seu Baltazar trabalha no departamento de obras Prefeitura de Itumbiara e, por isso, “o serviço não para”. Em todo e qualquer tipo de obra em qualquer parte da cidade é preciso que ele esteja presente. Desde o asfaltamento de bairros até a limpeza de terrenos baldios.

Assim sendo, esses trabalhadores precisam ir criando estratégias para manter suas práticas. Inclusive, o grupo Navio Negroiro de seu Baltazar fora criado como parte destas estratégias. Seu Baltazar sempre participou do Congo Beira Mar, exercendo a função de capitão e também de conselheiro fiscal. Porém, com o passar dos anos, ele, Dona Cecília e outros membros foram percebendo que a movimentação em torno do Congado estava muito pequena e decidiram pela criação do grupo Navio Negroiro, tendo como responsável Seu Baltazar. O grupo foi criado, mas, na prática, todos parecem concordar que os dois grupos acabam formando um só, pois participam juntos das reuniões na casa de Dona Cecília e viajam juntos para as festas em cidades da região.

Levando em consideração a fala de seu Baltazar quanto à pouca participação de alguns membros e à diminuição da movimentação em torno da prática do Congado, entendendo que criar mais um grupo foi a maneira encontrada para dar a essa prática mais visibilidade perante outros segmentos da sociedade, incentivar a participação dos mais jovens, aumentar o campo de possibilidades desses sujeitos ao negociarem e/ou disputarem a cidade de Itumbiara nas duas últimas décadas do século XX e nesse início de século XXI.

Diante dessa opção, poder-se-ia questionar por que esses trabalhadores não promovem a criação de outros grupos de Congado em Itumbiara, possibilitando assim um aumento maior na visibilidade de sua atuação na cidade. Ao que tudo indica, a questão não é tão simples assim. Da mesma maneira que em determinado momento acharam por bem criar o grupo Navio Negroiro de seu Baltazar, em outro, também optaram por não fazer muito esforço em manter vivo um outro grupo, chamado Estrela de Ouro. Fundado em 1998, esse grupo não ficou em atividade por muito tempo. O ofício e o projeto de lei a seguir permitem algumas considerações acerca da atuação do Estrela de Ouro na cidade de Itumbiara.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Com a presente propositura, visa o Executivo Municipal, autorização para doar a ASSOCIAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO, CONGADOS E MOÇAMBIQUE “ESTRELA DE OURO”, uma área de 734, 26m² (setecentos e trinta e quatro metros quadrados e vinte e seis centésimos), localizada na Av. dos Buritys, Qd. 39, Lt. E, Bairro Parque dos Buritys, nesta cidade de Itumbiara-GO, destinado a edificação da sede da entidade

Assim sendo, solicitamos desta Egrégia Casa de Leis apreciação da presente propositura em regime de urgência e preferência.

Atenciosamente,

CAIRO FERREIRA BATISTA
Prefeito Municipal¹¹⁸

PROJETO DE LEI Nº 039/99

“DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE IMÓVEIS”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUMBIARA, ESTADO DE GOIÁS,
APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a doar a **ASSOCIAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO, CONGADOS E MOÇAMBIQUE “ESTRELA DE OURO”**, uma área de **734, 26m²** (setecentos e trinta e quatro metros quadrados e vinte e seis centésimos), localizada na Av. dos Buritys, Qd. 39, Lt. E, Bairro Parque dos Buritys, nesta cidade de Itumbiara - GO., conforme croqui anexo que fica fazendo parte integrante desta lei.

[...]

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITUMBIARA, Estado de Goiás, 16 de Junho de 1998.¹¹⁹

A julgar pelo que indica os documentos acima, o grupo Estrela de Ouro, apesar de ter tido uma atuação rápida na cidade, parece ter conseguido muito êxito nas negociações com o Poder Público Municipal. O ofício enviado à Câmara Municipal pelo então prefeito Cairo Ferreira Batista, solicitando a doação de um terreno ao grupo e

¹¹⁸ Ofício enviado pelo Prefeito Municipal de Itumbiara, Cairo Ferreira Batista, à Câmara Municipal. 1998.

¹¹⁹ Projeto de Lei n. 039/99 aprovado pela Câmara Municipal de Itumbiara e sancionado pelo Prefeito Municipal Cairo Ferreira Batista em 16 de junho de 1998.

o projeto de lei efetuando a doação levam-me a questionar como esse grupo recém-criado conseguiu obter um terreno para a construção de uma sede, enquanto os grupos Beira Mar e Moçambique Real, já há muito reivindicam um espaço e não o conseguem. A questão parece se resolver muito mais dentro de alianças políticas do que dentro de qualquer avaliação de merecimento ou necessidade. A próxima narrativa, parte de uma entrevista cedida pelo Sr. Antonio Carlos ao autor Luiz Carlos do Carmo em 2004, possibilita um melhor encaminhamento dessa discussão:

[...] nós aqui é muito sofrido pra Congada, nós não tem apoio de ninguém, o povo aqui é, parece assim é meio esquecido, nós não tem apoio, nós tem que pagá tudo, não tem apoio. Aqui só tem dois terno, tinha um aqui, ce vê que qué a história deles, eles começô esse Congo, ele chamava Congo Estrela de Oro, ele até é de um primo meu, eles levantaro esse Congo aí [pequena pausa pensativo], fico bonito o Congo deles, camisa amarela, o Congo deles, mais a tradição deles já era o contrário, eles já entraro pela diferença assim, eles queria usá a Santa, e como eles uso ela mesmo, eles amontô o Congo pra ganhá dinheiro, dançante que dançava com eles tinha que pagá pra dançá, isso não existe isso, aí foi aquela polêmica danada, eles me chamo pra sê o capitão do terno deles, quando eu cheguei lá que eu fui vê aquilo lá, eu olhei e falei: - ô gente isso aqui não é certo, isso aqui não é assim não. Aí ele falô: - Carlim nós vamo te pagá pra você sê capitão nosso. Eu falei: - Não brigado, si fô isso aqui, si fô assim, eu tô saino fora, eu num sô disso, eu venho da minha norma que eu venho de Monte Alegre pra cá, eu danço num é pra vocês não, eu danço é pra Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, eu não fico fazeno bunitesa pra ninguém não, eu tô cumprino meu dever que eu tenho com ela pro resto da vida, desde a idade de dez ano, isso aí eu vo entregá pra ela até o dia que eu morrê [...]¹²⁰

Ao produzir tal narrativa em conjunto com o Sr. Antonio Carlos, assim como as demais que apresenta em sua tese de doutoramento, Luiz Carlos do Carmo procura viabilizar seu interesse em perceber como se deu a presença e atuação da população negra em algumas cidades da porção central do país. Nesse sentido, o autor demonstra, ao longo do trabalho, o desejo de não restringir a atuação desses sujeitos às atividades que envolvem as celebrações de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. No entanto, mesmo sinalizando essa intenção ao longo de todo trabalho, minha avaliação é de que o autor não consegue – talvez pela quantidade de municípios pesquisados – dar conta de

¹²⁰ Entrevista cedida pelo Sr. Antonio Carlos de Jesus ao autor Luiz Carlos do Carmo na cidade de Itumbiara. In: CARMO, Luiz Carlos do. *Salve o Rosário, o Rosário Salve: sentidos e modos de viver das populações negras no Brasil Central*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 57.

outras práticas, valores, dissidências e contradições que compõe o modo como essas pessoas vivem essas/nessas cidades.

As palavras do Sr. Antonio Carlos apontam para algumas questões já tratadas até aqui; as dificuldades em manter a prática do Congado e, ao mesmo tempo, a resistência, pois fica também a indicação de que não é pelos problemas que irão deixar esta prática se findar, uma vez que se trata de um valor importante para todo um segmento social. Também, pode-se perceber nas palavras desse senhor que os valores, os significados que envolvem as práticas nem sempre são construídos da mesma forma pelos sujeitos. A criação do grupo Estrela de Ouro aparece então como um foco de tensão, pois, na avaliação do entrevistado, os valores, os objetivos desse grupo não eram os mais corretos. O fato é que o Estrela de Ouro fora criado, e, mesmo sem a aprovação do Sr. Antonio Carlos e outras “autoridades” locais no que diz respeito à prática do Congado, este parece ter conseguido angariar muitos membros¹²¹.

Mesmo que o grupo não exista mais, acredito que o fato deste ter sido criado já traz a necessidade de se considerar outras perspectivas que vão sendo colocadas no social. A avaliação do Sr. Antonio Carlos de que seu primo estava errado em ter interesses financeiros com a prática do Congado indica que muitos dos que podem ser considerados como seus iguais tiveram outras escolhas dentro de um horizonte comum compartilhado.

Ao avaliar e reprovar a atuação do grupo criado por seu primo, o Sr. Antonio Carlos está indicando um conflito de valores, mas também evidenciando outros usos para a prática do Congado. E, a julgar pela doação do terreno efetuada pelo Poder Público ao, naquele momento, recém-criado grupo Estrela de Ouro, assim como outras questões que procurei discutir ao longo desse trabalho, faz-me acreditar que tanto o Congado quanto outras práticas tidas apenas como folclóricas podem assumir na vida de muitos sujeitos uma referência política, um meio para disputar espaço com outros segmentos existentes na cidade. São práticas sociais vivenciadas por diversos sujeitos enquanto modo de vida e modo de luta, e não apenas como tradição.

¹²¹ Na verdade, para esta afirmação, baseio-me na Ata da Assembleia Geral de criação da Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Congados e Moçambique “Estrela De Ouro”, a que tive acesso pesquisando o arquivo do Palácio da Cultura de Itumbiara. O documento registra como presente na reunião, além do presidente Paulo Cesar Ventura da Silva, outros 19 participantes, sendo que alguns deles ajudaram a compor a diretoria da Associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o momento em que estabeleci o primeiro contato com os trabalhadores negros com os quais dialoguei ao longo do presente trabalho, percebi estar tratando com pessoas que, a exemplo de tantas outras neste país, traziam as marcas de uma vida construída não sem muitas dificuldades. Devo confessar que essa percepção inicial baseou-se em grande medida na aparência humilde destas pessoas, bem como nas condições simples e, muitas vezes, improvisadas, das moradias onde vivem juntamente com seus familiares. Percepção inicial que se confirmaria naquilo que narraram sobre suas experiências de vida, repletas de momentos de incertezas, pelas andanças que muitos deles tiveram que encarar em algum momento à procura de melhores condições de trabalho, moradia, e enfim, como eles mesmos apontam, de melhores condições de vida.

Em meio a uma série de práticas desenvolvidas cotidianamente, o Congado foi aquela que assumiu maior força nas narrativas produzidas por esses sujeitos. Nesse contexto, uma das grandes preocupações que tive no caminho até aqui foi não restringir as movimentações que protagonizam na cidade apenas como tradição. Nesse ponto, a questão não esteve em negar aquilo que os entrevistados vieram apontando desde o início quanto a continuarem com os festejos do Congado em Itumbiara por se tratar de algo tradicional em suas famílias. Esforcei-me, sim, no sentido de não cair na descrição densa dessa prática como uma manifestação folclórica, algo descolado das questões que os sujeitos experimentam atualmente, uma prática que se explicaria por ser uma tradição e isso lhe bastando, apenas.

De forma alguma há como desconsiderar o que esses sujeitos dizem em respeito aos seus familiares – “[...] sempre que a gente tá festejando, celebrando, [...] a gente sente a presença deles junto com nós. [...] dos nossos avós...”¹²². Considerando-se, também, as reflexões de E. P. Thompson quando diz que “os homens e mulheres também retornam”¹²³ dentro da experiência como valores, sentimentos, perdas. Tentei

¹²² SILVA, Jesuslène de Oliveira. *Jesuslène de Oliveira Silva*: depoimento [set. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

¹²³ THOMPSON, E. P. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 182.

perceber a força dessa movimentação na vida dos sujeitos em termos de valores. Valores que não permanecem estáticos, mas que estão em movimento e vão sendo reformulados, dialogando com o que vivem e querem destacar em suas práticas.

Nesse sentido, busquei pensar como o Congado vem se tornando na vida dos sujeitos uma importante referência política que, dentro do que se tem pregado como valorização de uma “cultura afro-brasileira”, permite a estes um maior poder de negociação com o Poder Público Municipal e nas esferas estadual e federal, assim como também possibilita que ocupem – nem que seja por uma única vez durante o ano – espaços da cidade aos quais normalmente não possuem acesso.

Contudo, mesmo não sendo a intenção do trabalho e mesmo com todos os alertas feitos pelos professores ao longo das disciplinas e encontros extracurriculares, o Congado acabou ocupando um maior espaço em minhas análises. Não por uma insistência dos entrevistados em apontar essa prática como o mais importante, pois deram muitas pistas que apontaram em outra direção: “a Congada tá vindo quase em primeiro lugar, depois da minha família é claro”.¹²⁴ O problema foi, em algumas vezes, não ter explorado melhor indicações como esta de Dona Iracema, colocando a família em primeiro plano, não trabalhando os desdobramentos deste e de outros posicionamentos.

Mesmo com esses silêncios, acredito que o presente trabalho contribua para uma melhor problematização de modelos pré-estabelecidos que, muitas vezes, enquadram os sujeitos para explicar mecanicamente seus posicionamentos ante a sociedade. Acompanhar a experiência de alguns trabalhadores negros em Itumbiara possibilitou, por exemplo, desconfiar e problematizar medidas, leis e estatutos que estabeleceram recentemente a obrigatoriedade de se trabalhar nas escolas a Cultura Afro-Brasileira.¹²⁵ Particularmente, acredito na necessidade de se trabalhar a questão. O problema está na maneira como se quer trabalhar, pregando-se a existência de uma dada Cultura Afro-Brasileira estática e uniforme. Procedimento que acredito não contribuir para se explorar as vivências dos sujeitos em toda sua complexidade, uma vez que estes não vivem sua cultura apenas como tradição, mas como modo de vida e de luta.

¹²⁴ SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva: depoimento* [abr. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

¹²⁵ Refiro-me especificamente à lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e ao Estatuto da Igualdade Racial “lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010”. Ambos, disponíveis em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=106>. Acesso em 27 mai. 2011.

Através do conjunto de materiais reunidos na pesquisa e discutidos ao longo do trabalho, acredito ter conseguido, ao acompanhar a movimentação desses trabalhadores negros em sua disputa com outros segmentos da cidade pela afirmação de seus modos de vida, evidenciar uma cidade bem diferente daquela que normalmente vem sendo propagandeada nos cartões postais e reportagens veiculadas através da imprensa local. Uma cidade que não se faz apenas de harmonias e consensos, mas também nos conflitos e contradições que se formam em meio às relações desiguais desenvolvidas entre os grupos sociais que a compõem.

Assim, a imagem de cidade progressista difundida por meio dos projetos turísticos e/ou de revitalização discutidos no trabalho não se sustenta perante as narrativas e as práticas protagonizadas pelos sujeitos com os quais dialoguei. Narrativas e práticas que expressam não só as condições em que vivem esses trabalhadores negros, mas um horizonte de questões compartilhadas entre as pessoas de sua comunidade e de outras espalhadas pela cidade. Condições de quem não tem seus valores reconhecidos e respeitados sem luta e/ou resistência. Condições de quem, mesmo após a aposentadoria, tem que trabalhar para ter um pouco mais de conforto para si e para a família. Enfim, condições compartilhadas por aqueles que são trabalhadores pobres nesse país.

REFERÊNCIAS

FONTES

Entrevistas

FLORÊNCIO, Luzia Santos. *Luzia Santos Florêncio*: depoimento [jul. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

FLORÊNCIO, Luzia Santos. *Luzia Santos Florêncio*: depoimento [ago. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

OLIVEIRA, Cecília Conceição de; SILVA, Jesuslene de Oliveira. depoimento [out. 2009]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa das entrevistadas, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva*: depoimento [jul. 2008]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

SILVA, Iracema Pereira da. *Iracema Pereira da Silva*: depoimento [abr. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

SILVA, Jesuslene de Oliveira. *Jesuslene de Oliveira Silva*: depoimento [out. 2009]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa da entrevistada, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

SILVA, Terezinha Maria do Nascimento; SILVA, Alcides Gomes da. depoimento [mai. 2010]. Entrevistador: Yanglely Adriano Marinho. Itumbiara: Casa dos entrevistados, 2010. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

Documentários

MAGNIFICAT. Realização: José Gaspar W. Guimarães, Conrado Berning, Maria Inês Godinho, Nelson A. Tyski, José Manuel Freitas e Roland Hanka. São Paulo: Verbo Filmes, 1989. 1 DVD (30 min), son., color.

O ANEL de Tucum. Direção: Conrado Berning. Roteiro: Maria Inês Godinho, José Gaspar W. Guimarães, Conrado Berning. Realização Técnica e Artística: Cireneu Kuhn, Trilha Sonora: Sérgio Turcão. São Paulo: Verbo Filmes, 1994. 1 DVD (70 min), son., color.

Relatórios/Planos/Ações/Atas/Ofícios

GRUPO CONGO BEIRA MAR. *Atas*: 1992-2006. Itumbiara, 1992-2006. Disponível na sede do grupo na rua Pio XII, nº 280, bairro Setor Oeste, Itumbiara-GO.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO BENEDITO E NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CONGADOS E MOÇAMBIQUE REAL DE ITUMBIARA. *Atas*: 2005-2010. Itumbiara, 2005-2010. Disponível na sede da associação na Rua Santa Tereza, nº 489, Bairro Planalto, Itumbiara-GO.

ASSOCIAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO, CONGADOS E MOÇAMBIQUE “ESTRELA DE OURO”. *Ata da Assembleia Geral de criação da Associação*. Itumbiara, 1998. Disponível no arquivo do Palácio da Cultura de Itumbiara-GO.

GRUPO CONGO BEIRA MAR. *Ofício*. Itumbiara, 1997. Ofício enviado pelos presidentes de Bairro de Itumbiara-GO em fevereiro de 1997 ao então Prefeito Municipal Cairo Ferreira Batista. Disponível na sede do grupo Congo Beira Mar de Itumbiara, na rua Pio XII, nº 280, bairro Setor Oeste, Itumbiara-GO.

GRUPO CONGO BEIRA MAR. *Ofícios*: 2008-2009. Itumbiara, 2008-2009. Ofícios enviados pelo grupo Congo Beira Mar para. Disponível na sede do Grupo na rua Pio XII, nº 280, bairro Setor Oeste, Itumbiara-GO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUMBIARA. Ofício. Itumbiara, 1998. Ofício enviado pelo Prefeito Municipal de Itumbiara Cairo Ferreira Batista à Câmara Municipal. Disponível no arquivo do Palácio da Cultura de Itumbiara-GO.

Legislação

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=106>. Acesso em: 27 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=106>. Acesso em: 27 mai. 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUMBIARA. Projeto de Lei Nº 039/99 aprovado pela Câmara Municipal de Itumbiara e sancionado pelo Prefeito Municipal Cairo Ferreira Batista em 16 de junho de 1998. Disponível no arquivo do Palácio da Cultura de Itumbiara-GO.

Guias Turísticos / Postais / Catálogos / Materiais De Divulgação

ASSOCIAÇÃO SÃO BENEDITO E NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CONGADOS E MOÇAMBIQUE REAL DE ITUMBIARA. *Festa do Zumbi dos Palmares, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*. Itumbiara, 2007. Cartaz.

ITUMBIARA. Prefeitura Municipal de Itumbiara. *Itumbiara, o maior canteiro de obras de nossa história*. Itumbiara, 2006. Material de divulgação.

ITUMBIARA. Prefeitura Municipal de Itumbiara. *Programação do centenário de Itumbiara*. Itumbiara, 2009. Folder.

Correspondências

FUNDAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES DE ITUMBIARA. Paróquia de Cristo Rei. *Encontro de Congadas, Moçambiques e Guachupês*. Itumbiara, 1996. Convite.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITUMBIARA. Convite enviado a Dona Iracema Pereira da Silva. 23 abr. 2010.

Periódicos

DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia, 24 out. 1993. Exemplar único. Compõe o acervo pessoal de Luzia Santos Florêncio.

FOLHA DE NOTÍCIAS, Itumbiara, 2008-2009. Exemplares avulsos.

ITUMBIARA EM EVIDÊNCIA, Goiânia, ano 1, n. 1., Gráfica e Editora O Popular, Jul. 1991. Acervo Biblioteca Municipal de Itumbiara.

JORNAL DE ITUMBIARA (1980-1987). Acervo Biblioteca Municipal de Itumbiara.

O REGIONAL, Itumbiara, 1985-2006. Acervo mantido e disponibilizado para pesquisa na sede do próprio jornal.

REVISTA CONTEMPORÂNEA, Itumbiara, 2008-2009. Exemplares avulsos. Acervo Biblioteca Municipal de Itumbiara.

VAREJO S/A: 100 anos de comércio forte. Itumbiara. ed. 1, ano 1, n. 1, nov. 2009. Exemplar único. Compõe o acervo pessoal do autor.

Mapas

MAPA I: Itumbiara – Bairros Integrados. Itumbiara. Disponível em: <http://www.camaradeitumbiara.kimolos.uni5.net/v2/site/index.php?p=conteudo&id=5>. Acesso em 06 mai. 2011.

Fontes em meio eletrônico

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUMBIARA. Disponível em:
<<http://www.camaradeitumbiara.kimolos.uni5.net>>.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em:
<<http://www.palmares.gov.br>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUMBIARA. Disponível em:
<<http://www.itumbiara.go.gov.br>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Disponível em:
<<http://www.historia.uff.br>>.

WWW.cultura.gov.br.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ruy Pereira de. *Meninos de Santa Rita*. Goiânia: Editora Kelps, 2010.

_____. *Itumbiara: nas janelas do tempo*. Goiânia: Editora Kelps, 2008.

ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara A.; MACIEL, Laura A. (Orgs.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

ALMEIDA, Paulo R.; CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloísa P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa Helena P.; MACHADO, Maria Clara T. (Orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11-38.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. Da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BARBOSA, Marta Emísia J. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades...* São Paulo: Olho d'Água, 1999, p. 153-171.

_____. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 94- 115.

BOSI, Antônio de Pádua. Os “Sem Gabarito”: experiências de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980. Cascavel: Edunioeste, 2000.

CARMO, Luiz Carlos do. *Salve o Rosário, o Rosário Salve: sentidos e modos de viver das populações negras no Brasil Central*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. Sinuosas vivências: famílias negras em Uberlândia/MG (1945/1960). In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 24, p. 159-190, jan./jun. 2001.

CUBAS, Aristéia Braga de. *Memórias e raízes*. Itumbiara: Editora Terra Azul, 1996.

CUNHA, Maria Clementina (Org.). *O direito à memória*. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRUZ, Heloisa de Faria. O avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. In: *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, jul. dez. 2008.

DESIDÉRIO, Minéia Cantalogo. *A Congada e o Movimento Negro: espaços de manifestações político-culturais em Itumbiara*. 2006. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Estadual de Goiás, Itumbiara, 2006.

FENELON, Déa R. Introdução. In: FENELON, Déa R. (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

_____. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 73- 90, 1993.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23 jan/jun, 1992.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o sujeito na história. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 116-138.

FERREIRA, Rogério Arédio. *Recortes de Itumbiara*. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

FLORENCIO, Luzia. *Mesmo assim eu sou feliz*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

_____. A Reviravolta Cultural. In: *A História dos Homens*. Edusc: São Paulo, 2004, p. 381- 411.

FREIRE, Nilson. *Obituário de ilustres e anônimos nos cem anos de Itumbiara*. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

_____. *Itumbiara, cidade imaginária*. Itumbiara: Gráfica Terra, 2006.

FREITAS, Sheille Soares De. *Por Falar em Culturas...: histórias que marcam a cidade*. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GABARRA, Larissa O. *A dança da tradição: Congado em Uberlândia (séc. XX)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

GARCIA, Januario. (Org.). *25 anos 1980–2005: Movimento negro no Brasil = 25 years of the Black movement in Brazil*. 1. Ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política e método. In: FENELON, Déa R. et. al (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005. p. 282- 295.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário?, In *Produções e Transgressões*, Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1985.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Trad. de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973. 2 vol.

HOBBSAWN, Eric. Deveriam os pobres se organizar? In: _____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 391-408.

_____. Notas sobre consciência de classe. In: _____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 35-55.

KHOURY, Yara Aun et al. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 79-104, jun./2001.

_____. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara A. *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 26-27.

LINEBAUGH, P. Todas as Montanhas do Atlântico estremeceram. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol 5, n. 08, 1984.

KOWARICK, Lúcio. Introdução – As lutas sociais e a Cidade: repensando um objeto de estudo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 45-52.

LIMA, Getúlio. *Mergulhos no passado*. Goiânia: Editora Kelps, 2007.

_____. *Mergulhos no passado II*. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa R. et. al (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 14-40.

MARTINS, Álvaro. *Minha aldeia: prosa e verso*. Itumbiara: Gráfica Planeta, 2008.

_____. *A saga dum aldeão*. Itumbiara: Gráfica São Paulo, 2005.

_____. *Preso ao presente, ligado ao passado*. Itumbiara: Gráfica Planeta, 2008.

NETO, Sidney Pereira de Almeida. *Itumbiara*, um século e meio de história. Itumbiara: 1997. Produção Independente.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina (Org.) *O direito à memória*. Patrimônio histórico e cidadania. Cunha. São Paulo: DPH, 1992.

PAOLI, M.C., SADER, Eder & TELLES, V. S. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, p.129-149, Marco Zero, 1986.

PAULA, Dilma Andrade De. O futuro traído pelo passado: a produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’ Água, 2005, p. 41-67.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 8-9, dez./1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf>. Acesso em: out. 2010.

_____. História oral como gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun./2001.

_____. Tentando aprender um pouquinho. In: *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 41-58, dez./1993.

_____. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa R. et al. (Org.) *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho

d'Água, 2004, p. 296-313.

RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: memórias, identidades e tradições no Congado de Oliveira (1950-2009)*. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RUDÉ, G. *Ideologia e Protesto Popular*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982, p.13-36.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970- 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, José Carlos Gomes da. Carolina Maria de Jesus e os discursos da negritude: literatura afro-brasileira, jornais negros e vozes marginalizadas. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 59-88, jul./dez. 2008.

TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: ANT, Clara et al (Orgs.). *As lutas sociais e a cidade – São Paulo: passado e presente*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

THOMSON, Alistair et al. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 65-91.

TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 233-245.

VIEIRA, Camila Camargo. *No giro do Rosário: dança e memória corporal na Comunidade dos Arturos*. 2003. 183 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: jul. 2010.

WILLIAMS, Raymond. “Hegemonia”. In: *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1979.